

*Sistemas de Documentação e Inventário de uma Colecção de
Cerâmica Arqueológica da
Quinta do Rouxinol*

Ana Isabel Vieira Braga

Relatório de Estágio de Mestrado em Museologia

Março de 2012

*Sistemas de Documentação e Inventário de uma Colecção
de Cerâmica Arqueológica da
Quinta do Rouxinol*

Relatório de Estágio de Mestrado em Museologia

Ana Isabel Vieira Braga

Orientação de: Professora Raquel Henriques da Silva

Dr. Jorge Raposo

Março de 2012

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Museologia realizado sob a orientação científica
de: Professora Raquel Henriques da Silva e Dr. Jorge Raposo

À família:

Carlos, Laura, Miguel, Vânia, Rui, Joana, e Mike

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não seria possível sem a colaboração, apoio, e incentivo de várias pessoas e entidades que de alguma forma me acompanharam neste trajecto, e às quais manifesto o meu agradecimento.

Agradeço à Câmara Municipal do Seixal, entidade de tutela do Ecomuseu Municipal do Seixal, por ter autorizado que desenvolvesse este estágio na instituição referida, e pelo apoio que sempre disponibilizou.

Aos meus orientadores, Professora Raquel Henriques da Silva, e Dr. Jorge Raposo, agradeço a sapiência, a disponibilidade, e o rigor crítico com que orientaram o meu trabalho.

A todos os docentes e colegas de Mestrado em Museologia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, agradeço a solidariedade e o excelente ambiente de troca de conhecimentos que sempre pautou as aulas de mestrado.

Agradeço ainda ao Ecomuseu Municipal do Seixal, e em particular à sua equipa técnica, que sempre se mostrou disponível para me auxiliar no decurso do meu trabalho de estágio.

Ao Cézer, ao Henrique, à Olga, à Adelina, e à Ana, agradeço por me terem recebido de braços abertos, e por todo o auxílio prestado no decurso deste trabalho de estágio. Mas agradeço sobretudo porque mais do que colegas, foram uma verdadeira família. Por toda a amizade, por todo o apoio, pelo incentivo, e pela partilha incondicional, o meu muito obrigado!

Aos meus amigos, eles sabem quem são, obrigada pelo companheirismo, pela paciência, e sobretudo pela compreensão.

Um agradecimento especial à minha família porque é em grande medida a responsável pelo ser humano que sou. Ao meu pai e à minha mãe, não apenas pelos valores que me transmitiram, ou por todo o apoio, sempre incondicional, em todas as fases ou escolhas de vida, mas sobretudo por constituírem o exemplo pelo qual me guio. Ao Miguel e à Vânia, por me terem acolhido, pela amizade, pela paciência, um obrigado especial. Ao Rui e à Joana pelo apoio, pelo incentivo, pelo afecto, e por nunca me terem deixado desistir, muito obrigada!

Finalmente ao Mike, por suportar todas as mudanças de humor, e todas as ausências, por constituir o estímulo que me fez avançar, por me ter obrigado a “viver” durante este processo, mas sobretudo por ser o companheiro incondicional, muito obrigada!

RESUMO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Sistemas de Documentação e Inventário de uma Coleção de Cerâmica Arqueológica Proveniente da Quinta do Rouxinol

Os conceitos de documentação e inventário, em contexto museológico, evoluíram no sentido de uma concepção abrangente enquanto função museológica essencial à própria condição de museu. Nesse sentido, actualmente, as instituições procuram integrar e interligar toda a informação disponível num mesmo sistema, otimizando assim os processos de busca e recuperação da informação.

A evolução dos Sistemas de Documentação e Inventário acompanhou não apenas as transformações da sociedade, mas também a evolução dos próprios paradigmas museológicos.

A introdução da informática e a sua aplicação às áreas museológicas, particularmente a documentação e o inventário, fez sobressair a importância da normalização de conceitos, procedimentos e práticas. A definição de normas é um processo complexo, mas apresenta-se como factor indissociável da fiabilidade e qualidade de um sistema de informação.

Durante o século XX foram várias as instituições de relevo, a nível internacional, que criaram instrumentos com o objectivo de normalizar a informação e as práticas de documentação e inventário. A título de exemplo referimos os instrumentos criados pelo CIDOC, como o *International Guidelines for Museum Object Information* ou o *CIDOC Conceptual Reference Model*, ou pela MDA com o *SPECTRUM standard*. Salientamos também o trabalho do *Getty Research Institute*, o programa *Joconde* em França, ou o *DOMUS* em Espanha. Em Portugal sobressaem os esforços de enquadramento legal vertidos na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, e distinguem-se a criação de um programa comum de inventário das colecções museológicas dos museus tutelados pela administração central - o *Matriz* - bem como a disponibilização de parte dos seus registos na *internet*, e a publicação dos vários volumes de *Normas de Inventário* pelo IMC.

O século XXI assume uma nova etapa na documentação e inventário em museus, através da disponibilização e interligação dos registos na *web*, como é o caso, a título de exemplo, dos programas *MatrizNet* e *Europeana*. Esta nova etapa relança a reflexão acerca da importância de definição e normalização de conceitos, procedimentos, e práticas, a este nível.

Os objectos arqueológicos constituem uma realidade específica no âmbito da documentação e inventário em contexto museológico. Para isso contribuem: a sua condição de documentos históricos; a própria natureza deste tipo de materiais, que os aproxima de objectos do quotidiano, sem valor artístico - e por vezes estético - relevante; e as questões decorrentes das quantidades de objectos resultantes de trabalhos arqueológicos (principalmente trabalhos de escavação arqueológica), associadas ao seu carácter fragmentário, que inviabilizam o inventário efectivo de todos os materiais. Todas estas

questões fazem sobressair a urgente necessidade de normalização de procedimentos, práticas, e conceitos, ao longo de todo o processo de documentação e inventário.

O Ecomuseu Municipal do Seixal constitui também um caso singular no que concerne o seu Sistema de Documentação e Informação. Para isso concorre a própria natureza da instituição: uma instituição polinucleada, de tutela municipal, com um acervo e campo disciplinar diversificados, que se orienta por uma noção dinâmica de património em relação com a sua envolvente social e territorial. Mais do que um museu, no sentido convencional do termo, o EMS é uma experiência museológica, de gestão do património cultural referente a um território, e a uma realidade em mudança.

Partindo do inventário de uma colecção de cerâmica comum local da Quinta do Rouxinol, e da observação atenta da realidade do Ecomuseu Municipal do Seixal, propusemo-nos reflectir sobre estas questões, e propôr novas soluções quando justificado.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema de Documentação e Inventário, Sistema de Informação, normalização, museu, colecções de objectos arqueológicos, Ecomuseu Municipal do Seixal.

ABSTRACT

INTERNSHIP REPORT

Documentation and Inventory Systems of an Archaeological Ceramics Collection Coming from Quinta do Rouxinol

The concepts of documentation and inventory in the museological context, have evolved into a wide concept as an essential function to the very condition of the museum. Accordingly, at present, the institutions seek to integrate and interconnect all available information in a single system, thereby optimizing the process of search and information retrieval.

The evolution of Documentation and Inventory Systems has accompanied not only the transformation of society, but also the evolution of museological paradigms.

The introduction of computer technology and its application to museological fields, particularly to documentation and inventory, has highlighted the importance of standardization of concepts, procedures and practices. The determination of standards is a complex process, but presents itself as an inseparable factor from the reliability and quality of an information system.

During the twentieth century there were several relevant institutions on the international level, that have created instruments aiming to standardize the information, and the documentation and inventory practices. For example, the instruments created by CIDOC, as the *International Guidelines for Museum Object Information* or the *Conceptual Reference Model*, and by the MDA with *SPECTRUM standard*, by the Getty Research Institute, the Joconde program in France, or the *Domus* in Spain. In Portugal stand the efforts of legal framework poured into *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*, and we also emphasize the creation of a joint program to inventory of museum collections protected by central government: the *Matriz*. We also stress the importance of part of its records being available on the *Internet*, and the publication of several volumes of “*Normas de Inventário*” by IMC.

The twenty-first century takes a new step in museum documentation and inventory, through the provision and interconnection of records on the *web*. Such is the case, for example, of *MatrizNet* and *Europeana*. This new step relaunches the debate concerning the importance of definition and standardization of concepts, procedures, and practices.

The archaeological objects are in a special category in museological documentation and inventory due to: their status as historical documents; the very nature of such materials, often everyday objects without significant artistic – and sometimes aesthetic – value; and questions arising from the quantity of objects found in archaeological works (mainly archeological excavation), which associated with its fragmentary nature, prevent effective inventory of all materials. All these issues stress the urgent need for standardization of procedures, practices and concepts throughout the documentation and inventory processes.

The *Ecomuseu Municipal do Seixal* is also a unique case regarding its Documentation and Information System. To this contributes the very nature of the institution: a polynuclear institution, of municipal tutelage, with diversified collections and disciplinary field that is guided by a dynamic notion of heritage, in relation to its social and territorial surroundings. More than a museum, in the conventional sense, the *Ecomuseu Municipal do Seixal* is a museological experience of cultural heritage management related to a territory, and a changing reality.

Starting from the inventory of a common local ceramic collection from *Quinta do Rouxinol*, and close observation of the *Ecomuseu Municipal do Seixal*'s reality, we have put ourselves to reflect on these issues, and propose new solutions whenever convenient.

KEYWORDS: Documentation and Inventory System, Information System, standardization, museum, archaeological objects collections, Ecomuseu Municipal do Seixal.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APOM – Associação Portuguesa de Museologia
- CD – Centro de Documentação
- CDI – Centro de Documentação e Informação
- CIDOC – *ICOMs International Committee for Documentation*
- CIDOC-CRM – *CIDOC Conceptual Reference Model*
- CHIN – *Canadian Heritage Information Network*
- CMS – Câmara Municipal do Seixal
- DBMS – *Database Management System*
- DOMUS - *Sistema Integrado de Documentacion y Gestion Museográfica*
- DGEMN – Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
- EEP – Estimativa de Equivalente de Peça
- EMS – Ecomuseu Municipal do Seixal
- IBIM-SIGME - *Inventário Básico Informatizado de Museos/ Sistema Integrado de Gestión de Museos Españoles*
- ICOM – *International Council of Museums*
- ICONCLASS – *Iconographic Classification*
- IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
- IMC – Instituto dos Museus e da Conservação
- IPM – Instituto Português de Museus
- MDA – *Museum Documentation Association*
- MLA – *Council for Museums Archives and Libraries*
- OIM – *Office International des Musées*
- PEPAL - Programa de Estágios Profissionais na Administração Local
- RPM – Rede Portuguesa de Museus
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. A Documentação e o Inventário em contexto museal: algumas considerações.....	7
2.1 Estado da Questão.....	7
2.1.1 Perspectiva Histórica	7
2.1.2 Instrumentos de referência	14
2.1.3 Os Conceitos de Documentação e Inventário	22
2.2. A Problemática Arqueológica	25
3. Caracterização da Instituição	29
4. Caracterização da Colecção em Estudo	37
4.1. Metodologia Classificatória.....	40
4.2. Universo de Trabalho.....	45
5. O Sistema de Documentação e Informação do EMS.....	49
5.1 O sistema de Documentação e Informação e o Serviço de Arqueologia.....	55
5.2 O sistema de Documentação e Informação e a colecção em estudo	58
5.2.1 Metodologia de Inventário.....	59
6. Apresentação de propostas	61
6.1. Definição de terminologias.....	61
6.2. Definição de critérios de inventário.....	62
6.3. Elementos para uma Proposta de uniformização da Informação	65
6.3.1. “Elementos para uma Proposta de uniformização da Informação” - Clarificação de Conceitos	66
6.3.2 “Elementos para uma Proposta de uniformização da Informação” - O Campo de Descrição	68
6.3.3. “Elementos para uma Proposta de uniformização da Informação” - O campo de Dimensões	75
6.4 O relacionamento e a optimização da Informação	79

7. Considerações Finais	81
Lista de Tabelas	92
Lista de Gráficos	93
Anexos	94

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da componente não-lectiva, do Mestrado em Museologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, propus-me realizar um Estágio com Relatório. Este estágio desenvolveu-se no Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS), sob o tema *Sistemas de Documentação e Inventário de uma Coleção de Cerâmica Arqueológica Proveniente da Quinta do Rouxinol*.

O tema do presente estágio surgiu graças à formação académica de base – Licenciatura em Arqueologia. De facto, foi sempre nossa convicção que as instituições museológicas constituem instrumentos preferenciais de investigação, preservação, e comunicação não apenas de materiais, mas também de toda a “vida arqueológica”. No entanto, para que sejam cumpridos estes preceitos, é necessário um conhecimento constante e efectivo das colecções, dos seus instrumentos, dos seus percursos, e dos seus contextos. Enfim, é necessário um Sistema de Documentação e Inventário eficaz.

O estágio no Ecomuseu Municipal do Seixal concretizou-se graças ao consentimento da instituição no sentido da realização deste trabalho, que surgiu também da proximidade que mantivemos com a colecção em estudo, durante o período prévio de colaboração, em regime de voluntariado, com o Serviço de Arqueologia.

Na proposta que foi entregue à faculdade para registo da componente não-lectiva, identificaram-se algumas problemáticas relativas à documentação e inventário de colecções de cerâmica arqueológica. Entre elas contam-se: a indispensabilidade de normalização de conceitos e procedimentos no âmbito dos sistemas de documentação e inventário, com vista a assegurar a sua fiabilidade e qualidade; a condição dos materiais arqueológicos, enquanto documentos históricos; a própria natureza deste tipo de materiais, que os aproxima de objectos do quotidiano, sem valor artístico - e por vezes estético - relevante; as questões decorrentes das quantidades de objectos resultantes de trabalhos arqueológicos (principalmente trabalhos de escavação arqueológica), associadas ao seu carácter fragmentário, que inviabilizam o inventário efectivo de todos os materiais; e, principalmente, a urgente necessidade de normalização de procedimentos, práticas, e conceitos, ao longo de todo o processo de documentação e inventário deste tipo de objectos. Estas e outras questões foram desenvolvidas no capítulo *A Documentação e o Inventário em Contexto Museal*, do presente Relatório de Estágio.

Identificou-se então, como objectivo principal de estágio, desenvolver as problemáticas enunciadas, com base num trabalho de inventário das colecções de cerâmica

arqueológica da Quinta do Rouxinol. Com este inventário, pretendia-se aprofundar os conhecimentos adquiridos ao longo da parte lectiva do Mestrado em Museologia, e da formação académica inicial (Licenciatura em Arqueologia), aplicando-os e inter-relacionando-os, num trabalho baseado em sistemas de documentação e inventário. Foi também nosso objectivo constituir uma mais-valia para o Ecomuseu Municipal do Seixal, contribuindo para a actualização dos seus registos de inventário, ao mesmo tempo que se realizava uma reflexão acerca das práticas existentes, propondo sempre que necessário (e possível), novas soluções.

Procurava-se assim reforçar e completar a nossa formação académica, ao mesmo tempo que se adquiria conhecimento prático sobre o funcionamento do museu, familiarização com as suas diversas áreas, adaptação a modos de trabalho em equipa, novos conhecimentos e competências na área específica de Sistemas de Documentação e Inventário, e se desenvolviam problemáticas específicas relacionadas com o tema em questão.

O presente estágio iniciou-se assim com um período de integração na instituição de acolhimento, durante o qual se realizou o estudo e compreensão da história da instituição, missão, vocação e objectivos. Este trabalho baseou-se, antes de mais, num processo de observação, e pesquisa bibliográfica e documental, realizado pela estagiária, com o auxílio sempre que necessário da própria equipa técnica do Ecomuseu. O fruto desta primeira etapa de trabalho encontra-se reflectido no capítulo *Caracterização da Instituição* do presente Relatório de Estágio.

Após esta primeira etapa, seguiu-se um período de aproximação mais efectiva ao tema do Estágio a realizar. Deste modo, foi realizado o estudo, a par com a compreensão, e posterior manipulação, do Sistema de Documentação e Inventário utilizado na instituição, em particular para a colecção em estudo.

Depois deste trabalho preliminar, procurámos focalizar-nos no objecto de Estágio: a colecção de cerâmica arqueológica da Quinta do Rouxinol. Realizou-se assim um estudo geral sobre as características e especificidades deste acervo, e das suas metodologias de documentação e inventário, que se encontra reflectido no capítulo *Caracterização da Colecção em Estudo*.

Rapidamente percebemos que o sistema de documentação e inventário de colecções arqueológicas no EMS é bastante complexo. Decidimos então realizar, em primeiro lugar, um trabalho de compreensão das diferentes fases de Documentação e Inventário de materiais arqueológicos no EMS, desde o registo preliminar de campo até ao

inventário em suporte informático *Micromusée*. Para isso, além de várias questões colocadas em contexto informal à equipa do Serviço de Arqueologia do EMS, procedeu-se ao estudo de alguma bibliografia e documentação sobre o tema, e que será desenvolvida ao longo do presente *Relatório de Estágio*. O resultado deste trabalho encontra-se reflectido no capítulo *O Sistema de Informação do EMS*.

Simultaneamente foi realizado também um exercício de comparação com outras realidades museológicas e práticas existentes. Para isso procedeu-se à análise da bibliografia internacional e nacional de referência, bem como à análise de registos publicados no sítio online *MatrizNet*. Gostaríamos de ter efectuado um contacto mais efectivo com instituições museológicas e paramuseológicas com coleções de arqueologia a seu cargo, no entanto o reduzido período de tempo no qual decorreu este estágio (Agosto de 2011 a Fevereiro de 2012) levou a que optássemos por uma estratégia diferente.

Quando iniciámos este estágio, decorria em paralelo um trabalho de investigação, de mestrado em Arqueologia, sobre a mesma colecção (SANTOS, 2011). Nesse sentido, procurámos coordenar esforços, e trabalhar interdisciplinarmente, no sentido da definição de metodologias que servissem satisfatoriamente as duas abordagens: a arqueológica, e a museológica. Esta intenção reflectiu-se na nossa contribuição no trabalho de triagem, selecção, descrição, e categorização de objectos, desenvolvido no âmbito da dissertação atrás referida.

Com base neste enquadramento, procedeu-se à revisão das fichas de inventário de objectos de cerâmica comum local da Quinta do Rouxinol, inseridas no suporte informático utilizado pela instituição, bem como à documentação e inventariação de outros materiais deste acervo.

Tal como se sugeriu na proposta de Estágio com Relatório entregue na faculdade, estas tarefas foram realizadas com base numa postura crítica, procurando detectar carências nos procedimentos utilizados, e propondo novas soluções, que se encontram explicitadas no capítulo *Apresentação de Propostas*.

O presente *Relatório de Estágio* não pretende ser apenas um relato das funções desempenhadas no âmbito do estágio no Ecomuseu Municipal do Seixal, mas sobretudo constituir um instrumento de reflexão acerca das diversas questões enunciadas. Procurámos traduzir a nossa postura crítica, e apresentar as propostas que nos pareceram mais adequadas. Pretendemos com isso contribuir não apenas para a uniformização e normalização de práticas, procedimentos e conceitos no Ecomuseu Municipal do Seixal, mas também contribuir para a discussão destas problemáticas a nível nacional. De facto é

nossa convicção, que um trabalho deste tipo é tanto mais eficaz quanto generalizada for a sua aplicação.

2. A DOCUMENTAÇÃO E O INVENTÁRIO EM CONTEXTO MUSEAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

2.1 ESTADO DA QUESTÃO

Actualmente entende-se por inventário, em contexto museal, um conceito abrangente integrado nos contextos de Sistemas de Informação (conjunto ordenado de procedimentos normalizados que permite a gestão dos documentos e a exploração metódica da informação mediante as tecnologias adequadas ([S.N.], 2005, p. 13), Sistemas de Gestão Documental, e das Ciências da Informação.

Nesse sentido, as entidades museológicas passaram a ser consideradas estruturas que reúnem, produzem, e sistematizam informação sobre as colecções que albergam, associada à informação de carácter administrativo e documental, numa lógica que procura integrar toda a informação, independentemente da sua natureza e localização. Os registos podem ser utilizados como base para investigação, acesso público, exposição, educação, desenvolvimento do acervo, gestão do acervo e segurança (ICOM, 2004).

2.1.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA

A evolução do conceito de documentação e inventário em museus foi um processo lento, com avanços e recuos, e que acompanhou não apenas as transformações da sociedade no geral, como também a evolução dos próprios paradigmas museológicos. Teve como principal objectivo, num momento inicial, apenas o registo dos objectos no sentido de posse e salvaguarda, mais tarde, aproxima-se da organização das colecções, e actualmente está relacionada também com o acesso e difusão da informação com vista à construção de conhecimento.

As consequências da Primeira Grande Guerra Mundial motivaram na Europa uma crescente preocupação com a salvaguarda dos objectos culturais, nomeadamente as obras de arte. Este ímpeto conservacionista provocou a necessidade, cada vez mais evidente, de criação de um organismo internacional que regulamentasse a actividade dos museus e todos os temas dela decorrentes, a um nível superior que o nacional ou o regional.

É assim criado em Janeiro de 1927 *L'Office International des Musées* (OIM). Sediada em Paris, esta instituição, integrada no *International Institute of Intellectual Cooperation* (*Sociedade das Nações*), prosseguia a obra de estudo e análise que já se iniciara com as grandes associações nacionais de museus: a britânica *The Museum's Association*, fundada em 1889 em York; a americana *American Association of Museum*; e a alemã *Deutsches Museum Bunde*, fundada em 1917 (ALONSO FERNÁNDEZ, 1993).

A OIM explorou os assuntos relacionados com a museologia, discutindo-os numa publicação em formato de revista (*Museion*), recomendou o emprego de fichas de inventário e a padronização de etiquetas descritivas que dessem suporte ao intercâmbio de obras de arte no âmbito internacional, e publicou os dois volumes de *Muséographie* – a primeira publicação internacional sobre esta matéria, resultado das actas de uma conferência organizada pela própria Sociedade das Nações em Madrid em 1934.

Henri Focillon¹, um dos impulsionadores da OIM, almejava criar um centro de documentação para museus de carácter internacional. A sua proposta seria que a OIM oferecesse aos conservadores o boletim da OIM, como meio de comunicação e difusão das ideias e trabalhos realizados, enquanto que os conservadores ficariam obrigados a enviar o último catálogo editado, assim como a resposta a uma série de perguntas impressas numa ficha normalizada. Pretendia-se assim constituir um grande centro de informação, ao serviço de todas as instituições museológicas, que teria como funções a normalização de terminologias para as classificações de objectos em uso, a constituição de anuários, a unificação dos catálogos iconográficos, e a construção de um directório de todos os museus do mundo. A OIM assumia-se assim como um grande centro de documentação incentivando o carácter enciclopédico e pedagógico dos museus.

Os objectivos da OIM no sentido da uniformização e normalização da documentação, nomeadamente no âmbito dos catálogos, nunca foram cumpridos uma vez que apesar do apoio que recebiam por parte de alguns profissionais, eram também alvo de fortes críticas e controvérsia por parte de outros. Preocupava-os a perda de identidade da instituição ao adoptar uma forma padronizada num dos seus instrumentos de divulgação preferenciais: os catálogos. De facto, cedo se percebeu, que o que realmente fazia falta naquele momento era a unificação das práticas documentais – mais do que dos seus instrumentos de divulgação – com vista à partilha de informação entre as várias instituições, sem comprometer a sua identidade e o seu processo comunicacional.

¹ M. Henri Focillon, professor de História da Arte na Sorbonne, apresentou em Janeiro de 1926 um relatório ao Instituto de Cooperação Internacional, organismo da Sociedade das Nações, com o objectivo de fundar uma instituição internacional que assegurasse uma cooperação permanente de todos os museus dos países membros. (ALONSO FERNÁNDEZ, 1993)

A partir da Segunda Grande Guerra surgem uma série de novas tendências sociais e museológicas que acabam por influenciar não apenas a dimensão teórico-conceptual da museologia, como também os aspectos mais pragmáticos e quotidianos da vida museológica.

Mr. J. Chaucey Hamlin, director do museu de ciências de Búffalo, Estados Unidos da América, criou em 1946, em França, com sede em Paris, o *International Council of Museums* (ICOM²), uma organização não-governamental, vinculada à *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO). Entre os seus principais objectivos contam-se: promover o estabelecimento, desenvolvimento, e gestão profissional de museus; e incrementar o conhecimento e a compreensão da natureza, função e papel deste tipo de instituições (ICOM, 2007).

O ICOM assume-se hoje como uma organização internacional de museus, para profissionais de museus, cuja actuação é centrada na conservação, preservação e divulgação do Património Cultural e Natural, presente e futuro, tangível e intangível³. Caracteriza-se ainda como uma rede com cerca de 30.000 membros, distribuídos por Comitês Internacionais (num total de 31 comités) e Nacionais (num total de 117 comités) que representam 137 países⁴.

O *ICOM Portugal* possui estatutos próprios desde 20 de Maio de 1975 e tem como objectivo fundamental: “*cooperar com instituições museológicas e com outras organizações profissionais em programas de interesse comum, lutar pelo desenvolvimento dos Museus, como instrumentos de educação e de cultura, ao serviço da comunidade*” (GUEDES, 2009).

Em Portugal o panorama museológico do Estado Novo (entre os anos 30 e os anos 60) reflecte os princípios ideológicos do regime: o restauro interpretativo do património edificado, e o comemorativismo nacionalista. Nesse sentido, é inaugurado no Porto o Museu Nacional Soares dos Reis, é impulsionado um plano de museus regionais etnográficos, e incentivam-se as actividades associadas às Comemorações Centenárias (1940), das quais é exemplo o Museu de Arte Popular inaugurado em 1948. A partir de 1974, e da instauração do novo regime democrático, assiste-se a um novo interesse pelo património natural e cultural, bem como a uma explosão da iniciativa comunitária de

² ICOM em português significa *Conselho Internacional de Museus*

³ Missão do ICOM, para mais informações: <http://icom.museum/> [consultado em Janeiro de 2012]

⁴ Os comités do ICOM agrupam especialistas nas mais diversas áreas da museologia, tendo em vista o aprofundamento de várias matérias de índole museológica. Os comités nacionais assumem-se como o principal instrumento de comunicação entre o secretariado do ICOM e os seus membros, enquanto os comités internacionais representam um elemento fundamental na colaboração internacional, permitindo a definição de normas e procedimentos na óptica de uma sociedade global de informação. O seu órgão de comunicação é a revista trimestral *Museum*, a par com o boletim *ICOM News*, no qual são difundidas informações de interesse museológico e museográfico.

autarquias e populações locais, que contribuíram sobremaneira para uma verdadeira explosão museal. As décadas de 80 e 90 caracterizam-se pelo aparecimento de novos projectos museológicos, parte dos quais, inspirados nas linhas doutrinárias da Nova Museologia.

A Nova Museologia pode ser descrita como a expressão de uma mudança na concepção do papel social do museu. É o produto de importantes movimentos culturais e sociais que marcam o fim dos anos 60 e o início dos anos 70. A França, em parte graças aos movimentos de ecomuseologia iniciados alguns anos antes, como por exemplo o *Ecomuseu de Creusot*, teve um papel piloto na Nova Museologia, uma vez que grande parte dos valores da ecomuseologia serão acolhidos por este novo movimento.

As primeiras manifestações públicas acontecem em 1983, e são protagonizadas por um grupo de pessoas que se encontram primeiro em Londres, a propósito da Conferência Geral do ICOM, e depois no Québec, aquando do primeiro ateliê internacional intitulado “*Ecomuseus/Nova Museologia*”. A contestação ao modelo tradicional de museu, e a vontade de criar um novo tipo de museologia, vão-se estruturando e organizando até à criação em 1985 de uma federação internacional da nova museologia, em Lisboa, aquando do Segundo Ateliê Internacional. O texto base deste movimento é a Declaração de Québec, formulada a 13 de Outubro de 1984⁵.

Nesta declaração podemos encontrar algumas palavras-chave como: a interdisciplinaridade, o desenvolvimento sustentado, a museologia popular, e as noções de museu global ou de museu comunitário. No entanto, o princípio base da Nova Museologia, e o ponto em que mais se afasta da “museologia tradicional”, é o relevo dado às questões sociais. De facto, a função social dos novos museus deve sobrepor-se a todas as funções “tradicionais” do museu, incluindo a conservação (MAYRAND, 1985).

Nesta declaração, caracteriza-se ainda o movimento como um meio possível de aproximação entre os povos, o seu auto-conhecimento, o seu desenvolvimento crítico, e a sua preocupação de criação de um mundo que respeite a sua riqueza intrínseca (MAYRAND, 1985). Salvaguarda-se também a criação de instrumentos museológicos específicos para sítios e projectos específicos.

Em grande parte, foi a Nova Museologia, e em particular a Ecomuseologia, que associaram ao domínio dos museus termos e conceitos que anteriormente não estavam associados como: identidade, territorialidade, comunidade e desenvolvimento, tendo como

⁵ [Em Linha] Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127347eo.pdf#68373>
[Acedido em Janeiro de 2012]

pano de fundo as colecções materiais e as manifestações do património imaterial da população.

De facto, utilizando as palavras de Hugues de Varine⁶, a modernização do museu, e por isso, em parte, o movimento da Nova Museologia segue « ...o caminho de abertura a todo o homem e a todos os aspectos da aventura humana, antiga e actual, pela utilização da única linguagem que transcende as diferenças culturais, a do objecto, da coisa real”⁷ (VARINE, 1985, p. 185).

Em Portugal, o movimento da Nova Museologia foi acolhido por diversas instituições – como o Ecomuseu Municipal do Seixal - que iniciaram processos de aproximação a um novo paradigma museológico. O património cultural passa agora a ser estudado, investigado, conservado, inventariado, documentado, e comunicado, não só pelas suas características físicas mas também por todas as interacções que acompanham a sua vida de objecto: as pessoas, os lugares, os valores, as actividades. A museologia passa a centrar-se no estudo das relações entre o Homem, o objecto/bem cultural, e o seu espaço.

Esta alteração de paradigma, ainda que não tenha sido generalizada, que não tenha sido absorvida pela totalidade das instituições museológicas, e cujos frutos não possamos ainda estar em posição de analisar, provocou alterações também nos conceitos e práticas da documentação e do inventário museológicos. A documentação passa a ser entendida como um sistema de recuperação de informação, que transforma um objecto em fonte de pesquisa científica e dá-lhe novas significâncias, enquanto instrumento de produção de conhecimento. A documentação deixa de ser entendida como um fim em si mesma para passar a constituir um instrumento: um instrumento de conhecimento, e por inerência, um instrumento de gestão. A documentação e o inventário assumem-se assim como funções museológicas vitais que dão suporte à concretização das restantes funções museológicas⁸.

⁶ Hugues de Varine, nascido em 1935, formou-se na Universidade de Paris (Sorbonne) em estudos superiores de História e de Arqueologia. Entre 1958 e 1960 foi coordenador do centro de documentação da missão cultural francesa na Embaixada de França pelo que viveu alguns anos em Portugal. Entre 1965 e 1974 foi director do Conselho Internacional de Museus (ICOM), e de 1982 a 1984 foi director do Instituto Franco-Português. A par com Georges-Henri Rivière é considerado o pai da Ecomuseologia e um dos fundadores da Nova Museologia. Em grande medida, a influência que Hugues de Varine teve na museologia portuguesa fez-se sentir através de contactos estabelecidos com os museólogos responsáveis por projectos emergentes e intercâmbios entre França e Portugal, assim como pelo apoio à visita da APOM a museus da Bretanha e o apoio à organização do “*Atelier Internacional Nova Museologia – Museus Locais*”, em Lisboa (1985).

⁷ Traduzido da versão original: “. «...le chemin de l'ouverture à tout l'homme et à tous les aspects de l'aventure humaine, ancienne et actuelle, par l'utilisation du seul langage qui transcende les différences culturelles, celui de l'objet, de la chose réelle. »

⁸ “O objectivo da museologia tende a visar muito mais a interpretação e a compreensão de um domínio, ou de um aspecto da realidade, do que a tarefa de fazer coleccionismo de objectos e documentos por si mesmos.(...) Afirmar que os objectos a musealizar necessitam de sofrer uma relação de comunicação para conseguirem adquirir significado ou valor patrimonial (já que por si sós não conseguem esse ganho senão por uma relação estabelecida com o exterior) equivale a constatar que os objectos não se explicam a si mesmos. Faltando-lhes os contextos, as relações e os problemas que lhes dão sentido e os ligam à realidade.” (PEREIRA, 2004, p. 74)

Aos poucos, durante o século XX, a documentação vai-se assumindo como uma das funções essenciais à vida museológica. Nos anos 70 o tema integra já um curso ministrado por George Henri Rivière⁹ que o coloca a par com a investigação (CERAVOLO e TÁLAMO, 2007). A sua definição conceptual e metodológica carecia no entanto de aprofundada reflexão. Faltava-lhe a discussão conducente à normalização de práticas, procedimentos, e instrumentos, que a tornassem univocamente um instrumento fundamental da gestão e de todo o fazer museológico.

O desenvolvimento da informática foi por vezes encarado como a solução para esta falta de uniformização. Foi precisamente o advento dos programas de documentação e inventário em suporte informático que lançou a verdadeira discussão acerca da definição conceptual da documentação e dos seus “sistemas de documentação”. Estes “sistemas de documentação”, como o próprio nome indica, implicam uma concepção sistémica, relacionada com uma sucessão de etapas que se interligam organicamente, e que graças à normalização, são compatíveis e coerentes entre si. Deste modo, nos anos 90, com o desenvolvimento da informática, assistiu-se ao impulso da discussão acerca da normalização sobretudo no que concerne o controlo terminológico.

Actualmente, o conceito de documentação e inventário evoluiu no sentido da sua afirmação enquanto função museológica essencial à própria condição de museu.

No panorama internacional, a definição de museu adoptada pelo ICOM nos seus estatutos estabelece que o museu é “*uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição*”¹⁰. Ainda que não apareça menção explícita às funções de documentação e inventário, estas estão implícitas nas restantes funções expressas no documento, visto que todas geram documentação e informação relevante para o inventário dinâmico e cumulativo dos objectos.

⁹ Georges Henri-Rivière foi um dos responsáveis pela definição da Ecomuseologia, publicando-se, após a sua morte, em 1989, na revista *Museum*, um artigo intitulado “*Ecomusens – uma definição evolutiva*”, que constitui, ainda hoje, um dos documentos essenciais no estudo da Ecomuseologia. Iniciou o curso de “*Musen Studies*” na *Ecole du Louvre* em 1925, e concluiu-o em 1928. Entre 1928 e 1937, esteve ligado enquanto curador, comissário, ou apenas impulsionador, a vários projetos museológicos de relevo, dos quais se destacam: em 1928 a exposição sobre arte antiga americana no *Musée des Arts Décoratifs*, a renovação do *Musée du Trocadéro* que seria reaberto em 1938 com o novo nome de *Musée de l’Homme*, e a abertura, em 1937, do *Musée National des Arts et Traditions Populaires*. Foi o primeiro director do ICOM (1948-1965), ao qual regressou, em 1968, como conselheiro permanente.

¹⁰ Extraído dos Estatutos do ICOM, adoptados na 16^a Assembleia Geral do ICOM (Haia, Holanda, 5 de Setembro de 1989) e alterados pela 18^a Assembleia Geral do ICOM (Stavanger, Noruega, 7 de Julho de 1995) e pela 20^a Assembleia Geral do ICOM (Barcelona, Espanha, 6 de Julho de 2001) Artigo 2º Definições [em linha] Disponível em: http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,220,detalhe.aspx [acedido em Janeiro de 2012]

Vejamos no entanto o “*Código Deontológico do ICOM Para Museus*” (ICOM, 2009) aprovado pela *XV Assembleia Geral do ICOM*, realizada em Buenos Aires, Argentina, em 4 de Novembro de 1986, modificado na *XX Assembleia Geral* em Barcelona, Espanha, em 6 de Julho de 2001, e revisto pela *XXI Assembleia Geral* realizada em Seul, Coreia do Sul, em 8 de Outubro de 2004, que “*estabelece normas mínimas para a prática profissional e actuação dos museus e seu pessoal*” (ICOM, 2009, p. 1). Neste documento incluem-se várias referências à documentação e inventário, em várias secções, mas reserva-se um ponto na secção 2, no capítulo de *Protecção de acervos*, para considerações acerca da *Documentação de acervos*¹¹, estabelecendo que os acervos devem ser documentados de forma bastante exhaustiva – compreendendo a identificação e descrição de cada item, dos elementos que lhe estão associados, do seu estado de conservação e tratamentos a que esteve submetido, e da sua localização – e considerando já fundamental a existência de sistemas de recuperação da informação acessíveis quer a profissionais da instituição museológica, quer a públicos externos.

Quanto a Portugal, atentemos à Lei-quadro dos Museus Portugueses (Lei 47/2004 de 19 de Agosto de 2004) onde no artigo 3º se esclarece acerca do “*Conceito de Museu*” e na alínea a) se assegura que uma instituição só é considerada museu se “*Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação*”. Neste mesmo diploma legal reserva-se toda uma secção (secção IV), com cerca de onze artigos, ao “*Inventário e documentação*”. Curiosamente verificamos que no total dos onze artigos reservados a esta temática, apenas se consagra um curto artigo à definição do conceito de *documentação*¹² em âmbito museológico, explorando-se largamente o conceito e âmbito do *inventário museológico*¹³, bem como as formas de o realizar.

¹¹ “2.20 – **Documentação dos acervos:** Os acervos dos museus devem ser documentados de acordo com normas profissionais reconhecidas. Esta documentação deve permitir a identificação e a descrição completa de cada item, dos elementos a ele associados, de sua procedência, de seu estado de conservação, dos tratamentos a que já foram submetidos e de sua localização. Estes dados devem ser mantidos em ambiente seguro e estar apoiados por sistemas de recuperação da informação que permitam o acesso aos dados por profissionais do museu e outros usuários autorizados.” (ICOM, 2009, p. 19)

¹² Artigo 25º: “O inventário museológico deve ser complementado por registos subsequentes que possibilitem aprofundar e disponibilizar informação sobre os bens culturais, bem como acompanhar e historiar o respectivo processamento e a actividade do museu” (“Lei Quadro dos Museus Portugueses,” 2004)

¹³ Artigo 16º, 1- “O inventário museológico é a relação exhaustiva dos bens culturais que constituem o acervo próprio de cada museu, independentemente da modalidade de incorporação” (“Lei Quadro dos Museus Portugueses,” 2004)

No contexto da Rede Portuguesa de Museus¹⁴, cuja adesão pressupõe o cumprimento das funções museológicas previstas na Lei-quadro dos Museus Portugueses (Lei 47/2004), no seu *Despacho Normativo nº3/2006* de 25 de Janeiro (publicado em *Diário da República – I Série – B*), no *anexo I* e no *anexo III*, respectivamente, enunciam-se os pontos constantes do formulário de candidatura à credenciação de museus e respectivas instruções de preenchimento, nos quais se especificam considerações acerca: do número de inventário, da ficha de inventário e respectivos componentes, e do sistema de registo e informatização e respectivas informatização do inventário e cópias de segurança.

Podemos assim afirmar que actualmente os conceitos de documentação e inventário em museus evoluíram no sentido de se assumirem como funções museológicas essenciais à própria condição de museu.

2.1.2 INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA

A partir do século XX foram criados, internacionalmente, alguns instrumentos com o objectivo de normalizar a informação e as práticas de documentação e inventário museológico¹⁵.

Salientamos em primeiro lugar os esforços realizados pelo organismo internacional de referência: o ICOM. De entre os comités internacionais do ICOM destacamos o que se refere mais concretamente à documentação museológica: o *International Committee for Documentation - CIDOC*. Este organismo, constituído por cerca de 650 especialistas, entre os quais documentalistas, conservadores, analistas de sistemas informáticos, entre outros, de mais de 60 países, tem a seu cargo a investigação na área do registo e documentação de colecções museológicas, e a criação e divulgação de orientações e boas políticas nesta área. O CIDOC assume-se ainda como um fórum de debate acerca das questões de normalização de práticas e conceitos, e propõe iniciativas mediante um conjunto de *Working Groups*.

¹⁴ “A Rede Portuguesa de Museus é um sistema organizado de museus, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus.” ([em linha] disponível em: <http://www.imc-ip.pt/pt-PT/rpm/ContentDetail.aspx> [acedido em Janeiro de 2012]). Este organismo foi criado pelo *Despacho Conjunto nº616/2000* ([em linha] disponível em: <http://www.imc-ip.pt/Data/Documents/RPM/Despacho%20Conjunto%20-%20616-2000.pdf> [acedido em Janeiro de 2012])

¹⁵ Optamos aqui por mencionar apenas aqueles que nos parecem mais relevantes no âmbito do presente trabalho, remetemos uma listagem mais exaustiva para o trabalho de Ana Patrícia Remelgado (REMELGADO, 2008, p. 29-67) particularmente no seu capítulo 2. *Identificação dos princípios orientadores e normalizadores do inventário*

Em 1978, percebendo-se a necessidade de implementar regras para a identificação e registo da história e dos testemunhos materiais do Homem, como acontecia nas bibliotecas e arquivos, Robert G. Chendall e Peter Homulos propuseram um conjunto de *Categorias de Informação para objectos museológicos*¹⁶ à consideração dos membros do ICOM. Este documento, com 16 categorias gerais, foi concebido para identificar um objecto, registar a sua história (propriedade e uso), e fornecer informações para uso de inventários internos dos museus. No final desta reunião o documento foi recomendado como base para elaboração de normas nacionais.

Depois, entre 1980 e 1992, o CIDOC desenvolveu este trabalho com base em duas iniciativas paralelas: o *Data Standard Working Group* e o *Data Model Working*, que mais tarde, em 1995, dariam origem ao *Data Standards Working Group*. Ao primeiro incumbia-se a análise e construção de categorias distintas de informação para as colecções de arqueologia e arte, e ao segundo architectar um modelo de dados que permitisse o registo da informação relativa às colecções. Daqui resultou que em 1992, na conferência do ICOM em Québec, se reavaliasse a situação e se iniciasse a construção de um documento orientador: o actual *International Guidelines for Museum Object Information* (ICOM, 1995), apresentando-se a sua primeira edição na Conferência Trienal do ICOM de 1995 em Stavanger, Noruega.

De grande relevância são também os esforços do CIDOC no sentido de definir um modelo de dados para museus. Deste modo, em 1999, foi concluída a primeira edição do *CIDOC Conceptual Reference Model* (CRM), e apresentada à *International Standards Organization* (ISO) que validou este documento em 2006. O CIDOC-CRM tem como objectivo principal a criação de “*uma plataforma de entendimento, uma linguagem sobre sistemas de informação de Património Cultural e Natural, que facilitará a sua concepção implementação e comunicação entre diferentes sistemas de gestão do Património, favorecendo a estruturação da informação existente em cada instituição*” (REMELGADO, 2008, p. 46).

Actualmente, a documentação produzida pelo CIDOC assume-se como uma das referências, a nível internacional, na normalização de documentação em âmbito museal, quer ao nível da estrutura de dados, quer do controlo da linguagem. No sítio do CIDOC na internet¹⁷ é possível consultar os princípios orientadores da prática museológica na área da documentação.

¹⁶ Tradução livre de “*Information Categories for museum objects*” (ICOM, 1995)

¹⁷[em linha] Disponível em: <http://cidoc.mediahost.org/home%28en%29%28E1%29.xml> (consultado em Novembro de 2011)

Destacamos ainda, no panorama internacional de normalização de dados em museologia, o *SPECTRUM, standard*¹⁸, gerido pela *Museum Documentation Association* (MDA), que se assume como o diploma de referência para a documentação nos museus do Reino Unido. Foi pela primeira vez publicado em 1994, a partir de 2003 inicia-se um processo de profunda reflexão e revisão por mais de cem instituições, e torna-se finalmente um *standard* (ou norma) a partir de 2005. Actualmente, esta norma é largamente utilizada, e feita de acordo com os requisitos de documentação exigidos pelo *Arts Council of England*¹⁹ para a credenciação de museus no Reino Unido.

O *SPECTRUM* está dividido em duas secções principais: os procedimentos e os requisitos de informação. Na primeira são definidos os procedimentos que devem ser usados, em termos de documentação, nas instituições museais, na gestão de acervo (aquisição, empréstimo, transporte, acções de conservação e restauro), e na segunda são explicitados os requisitos de informação necessários à documentação das colecções. Esta norma é a referência essencial, para a indústria de *software* para museus, na construção dos sistemas de informação a nível internacional. No entanto, mais do que um modelo de dados que permite a construção de uma base de dados, o *SPECTRUM* é uma norma de procedimentos que permite que as instituições saibam as etapas necessárias à documentação das acções inerentes ao quotidiano de uma instituição museológica.

No panorama internacional, no que concerne a normalização de procedimentos e terminologias na documentação museológica, particularmente no Estados Unidos da América, salientamos a actuação do *Getty Research Institute*²⁰ concretamente com a criação das suas *Categories for the Description of Works of Art* ou do “*Introduction to Controlled Vocabulaires: Terminology for Art, Architecture, and Other Cultural Works*”, ou ainda “*Introduction to Object ID: Guidelines for Making Records that Describe Art, Antiques, and Antiquities*”²¹.

No Canadá destacamos a criação, em 1972, do *Canada National Inventory Program* pelo *National Museum Policy*, cujo objectivo foi a criação de um sistema de inventário

¹⁸ Disponível em linha em: <http://www.collectionslink.org.uk/spectrum-standard> [consultado em Novembro de 2011]

¹⁹ O *Arts Council England* é a entidade oficial responsável no Reino Unido pela credenciação de museus e pelo desenvolvimento das bibliotecas, para além de outros serviços da área do património cultural. Esta responsabilidade esteve, desde o ano 2000 até Outubro de 2011, a cargo do *Council for Museum, Libraries and Archives* (MLA) a quem estava acometida a responsabilidade de definir e desenvolver a estratégia nacional no âmbito dos três tipos de instituições que tutelava: museus, bibliotecas e arquivos (cf. <http://www.mla.gov.uk/> [consultado em Setembro de 2011]). Salientamos no âmbito das suas publicações o “*From Australia to Zanzibar Museums Standards Schemes Overseas. A research Project for Resource: The Council for Museums Archives and Libraries*” (MASON e WEEKS, 2002)

²⁰ [em linha] Disponível em: <http://www.getty.edu/research/index.html> [consultado em Janeiro de 2012]

²¹ Ambos os títulos estão disponíveis na *Web* em: http://www.getty.edu/research/publications/electronic_publications/index.html [consultado em Janeiro de 2012]

informatizado que facilitasse a partilha de informação relativa às colecções, favorecesse a investigação, e contribuísse para o desenvolvimento e aplicação de normas de gestão de informação²². Agora denominado *Canadian Heritage Information Network*²³ (CHIN) contribuiu para a definição e estabelecimento de normas que promovem a consistência da documentação museológica salientando-se o *CHIN Data Dictionaries*, construído de acordo com o SPECTRUM e o *CIDOC Guidelines for Museum Objects Information* (REMELGADO, 2008).

Em França relevamos as iniciativas, nos anos 60, do então ministro da cultura, André Malraux, que determinou a organização de um inventário geral do património cultural francês, motivando a criação de um Secretariado Geral do Inventário, de uma Comissão Nacional, e de duas Comissões Regionais (na Alsácia e na Bretanha). No seguimento deste trabalho de inventário é criada em 1975 o *Joconde*²⁴, um catálogo colectivo das colecções dos museus franceses. No panorama legislativo, a França destaca-se pela publicação de diplomas legais que regulamentam e normalizam as práticas museológicas de documentação e inventário, como por exemplo o “*Arrêté du 25 mai 2004 fixant les normes techniques relatives à la tenue de l’inventaire du registre des biens déposés dans un musée de France et au récolement*”²⁵.

Em Espanha, nos anos 90, a *Subdirección General de Informatica del Ministerio de Cultura* dá início ao projecto de *Inventário Básico Informatizado de Museos/Sistema Integrado de Gestión de Museos Españoles* (IBIM-SIGME) que na realidade constituiu um primeiro passo para a concretização, em 1998, do “*Proyecto de Normalización Documental: elementos para una aplicación informática de gestión museográfica*” (CARRETERO PÉREZ [et al.], 1998). Este projecto resultou no desenvolvimento de uma aplicação informática de gestão museológica denominada *DOMUS – Sistema Integrado de Documentación y Gestión Museográfica* que originou o aparecimento de alguma regulamentação no que concerne a terminologia utilizada para designar, descrever, e classificar os bens culturais (por exemplo os chamados “*Grupos de Vocabulários Técnicos*”: grupos de trabalho formados por pessoal técnico e especializado, de museus e outras instituições congéneres, com o objectivo de definir grupos de termos para várias temáticas como artes gráficas, numismática, cerâmica, mobiliário, escultura, têxteis, metais e vidro) (CARRETERO PÉREZ, 2005).

²² Informações disponíveis na Web em: <http://www.thecanadianencyclopedia.com/articles/art-galleries-and-museums> [consultado em Janeiro de 2012]

²³ [em linha] disponível em: <http://www.rcip-chin.gc.ca/index-eng.jsp> [consultado em Janeiro de 2012]

²⁴ [em linha] disponível em: <http://www.culture.gouv.fr/documentation/joconde/fr/pres.htm> [consultado em Janeiro de 2012]

²⁵ “*Arrêté du 25 mai 2004 fixant les normes techniques relatives à la tenue de l’inventaire, du registre des biens déposés dans un musée de France et au récolement*,” 12 de Junho de 2004)

Na Europa podemos ainda mencionar, de entre outros, o caso holandês com o ICONCLASS²⁶ (*Iconographic Classification*), criado em Leiden, nos Países Baixos, nos anos 50 mas só concluído nos anos 70, por um grupo de investigadores da *Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences*. Constitui-se como um sistema de classificação iconográfico, organizado hierarquicamente, cuja linguagem documental é usada em diversas bases de dados europeias e americanas.

Em Portugal, destaca-se a adopção de um mesmo programa informático pelos museus tutelados pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) que motivou a criação de alguma normalização no que concerne o inventário.

O projecto *Matriz* iniciou-se em 1993, pela mão do então *Instituto Português de Museus* (IPM), com o objectivo de dotar os museus tutelados pela Administração Central com um programa comum de inventário das colecções museológicas. A primeira versão deste *software* é instalada em 29 museus e palácios nacionais tutelados pelo IPM, entre 1993 e 1998. Em 2000 surge o *Matriz 2.0* no qual, para além do módulo de inventário, é proporcionado um conjunto de ferramentas para a gestão integrada das colecções museológicas, incluindo as actividades inerentes à vida museológica (organização de exposições, transporte, intervenções de conservação, etc.). Já no início da década de 2000, o IPM, desenvolveu o interface *Web* do programa *Matriz* - o *Matriznet* – que permite o acesso *online* aos conteúdos de inventário relativos às colecções dos museus tutelados pelo Instituto, bem como a informação relativa a exposições.

Em Junho de 2011 foi apresentada nacionalmente a nova versão do programa – o *Matriz 3.0* – que nasce das necessidades sentidas com a implementação da Rede Portuguesa de Museus (RPM) de o adaptar a uma maior variedade de colecções: colecções constituídas por bens culturais móveis, imóveis, materiais e imateriais, e património natural.

O *Matriz 3.0* assume-se como uma ferramenta transversal aos vários serviços e profissionais de museus. Esta nova versão, ancorada num servidor da internet onde é alojada a informação das várias instituições que utilizam o programa, cria as categorias de objectos de *Ciência e Técnica*, *História Natural Ciências da Terra* e *História Natural Ciências da Vida*, para além das já existentes categorias de *Arte*, *Arqueologia*, e *Etnologia*; permite a realização de inventário de fundos documentais – cartografia, desenho, fotografia, filme, som, fontes escritas, e fontes orais; e cria uma ficha de inventário de bens imóveis

²⁶ [em linha] disponível em: <http://www.iconclass.nl/> [consultado em Janeiro de 2012]

normalizada em conjunto com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHURU)²⁷. Concomitantemente com o lançamento do *Matriz 3.0* é também lançado o novo sítio *on-line* do *MatrizNet*²⁸ com um *layout* mais intuitivo, novas possibilidades de *pesquisa orientada* para públicos especialistas, e a disponibilização *on-line* das publicações de *Normas de Inventário*. Simultaneamente foi também lançado o *MatrizPCI*²⁹ que constitui o sistema de informação de suporte ao *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, ao mesmo tempo que está vocacionado para a divulgação de boas práticas, e para a valorização do Património Cultural Imaterial.

As publicações de *Normas de Inventário* do antigo IPM, e actual *Instituto Português de Museus* (IMC), iniciaram-se no final do século XX com o primeiro volume dedicado a *Normas gerais. Artes plásticas e artes decorativas* com os objectivos de “servir de instrumento de uso corrente aos museus tutelados pelo IPM (...) em segundo lugar, o de poder orientar outros museus portugueses que, dispondo ou não de programas de inventário informatizado, pretendam utilizar ou confrontar a experiência que acumulamos e desejamos partilhar” (PINHO e FREITAS, 2000, p. 7). Actualmente, com 13 volumes publicados³⁰, assumem-se como as normas de referência de documentação e inventário – nomeadamente no que concerne a definição de terminologias e procedimentos - para os profissionais dos museus portugueses.

Independentemente das limitações que estas publicações evidenciem – quanto a nós derivadas precisamente do facto de se assumirem como normas gerais, direccionadas em primeiro lugar aos museus tutelados pelo IMC (Museus e Palácios Nacionais), e por isso muitas vezes distantes das práticas inerentes a instituições de dimensão mais reduzida que têm a seu cargo colecções de natureza muito distinta, ou das particularidades de determinadas disciplinas, como a Arqueologia – constituem ainda assim a referência a nível nacional, e representam um passo fundamental no sentido da normalização de procedimentos e conceitos relativos à documentação e ao inventário museológicos.

²⁷ Organismo que resulta da reestruturação e red denominação do antigo Instituto Nacional de Habitação (INH), no qual foram integrados o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e parte da Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) [em linha] disponível em: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/> [consultado em Janeiro de 2012]

²⁸ [em linha] disponível em: <http://www.matriznet.imc-ip.pt/matriznet/home.aspx> [consultado em Janeiro de 2012]

²⁹ [em linha] disponível em: <http://www.matrizpci.imc-ip.pt/matrizpci.web/Home.aspx> [consultado em Janeiro de 2012]

³⁰ Os volumes de *Normas de Inventário* publicados até à data de apresentação deste trabalho são: “*Normas gerais. Artes plásticas e artes decorativas*”; “*Cerâmica. Artes Plásticas e Artes Decorativas*”; “*Escultura. Artes Plásticas e Artes Decorativas*”; “*Instrumentos Musicais. Arte*”; “*Pintura. Artes Plásticas e Artes Decorativas*”; “*Mobiliário. Artes Plásticas e Artes Decorativas*”; “*Ourivesaria. Arte*”; “*Têxteis. Artes Plásticas e Artes Decorativas*”; “*Espólio Documental. Artes Plásticas e Artes Decorativas*”; “*Arqueologia. Normas Gerais*”; “*Cerâmica Utilitária. Arqueologia*”; “*Ciência e Técnica. Normas Gerais*”; “*Alfaias Agrícola. Etnologia*”; “*Tecnologia Têxtil. Etnologia*”;

Salientamos ainda a existência de outros sistemas de gestão de colecções museológicas, utilizados por museus que não são tutelados pelo IMC, como é o caso, por exemplo, de *Micromusée* (comercializado pela *Mobydoc*), ou os *In Arte, In Patrimonium, In Domus, In Natura*, e *In Memoria* (comercializados pela *Sistemas de Futuro*).

A *Mobydoc* é uma empresa francesa, dedicada à construção e comercialização de sistemas de gestão de colecções para museus, bibliotecas, arquivos, centros de documentação, e colecções privadas, desde 1985. O seu *software* é utilizado em mais de quinhentas instituições um pouco por todo o mundo. Exemplo disso é o *Micromusée*: um sistema de gestão, multilíngue³¹, de colecções diversificadas - desde objectos de Arte, à Arqueologia, passando pela Etnografia, Indústria e Técnica, ou Ciências Naturais. O sistema foca-se em três grupos de informação - sobre o objecto, sobre o objecto na instituição, e a difusão *online*³² - e quando integrado no sistema *MUM* (como acontece no EMS) possibilita a relação com as bases *SNbase* (gestão de colecções de ciência natural), *Mobytext* (dirigido a centros de documentação e bibliotecas), *Gapi* (gestão de arquivos), *Mobydoc Photo* (gestão de colecções fotográficas), *Mobydoc Filmo* (gestão de colecções em suporte filmico), e *Mobydoc Archi* (gestão de património imóvel).

A *Sistemas do Futuro*, fundada em 1996, tem por missão “*Através das Novas Tecnologias, dar uma nova dimensão ao Património Cultural e Natural*”³³. Esta empresa portuguesa conta já com uma carteira de clientes diversificada³⁴ e foi considerada em 2007, por Alexandre Ribeiro Matos (MATOS, 2007b), uma das empresas líderes de sector em Portugal.

Desde finais do século XX temos vindo a assistir a uma nova etapa no que concerne à documentação e inventário em museus: a disponibilização e interligação dos registos na *Web*. De facto, sendo verdade que estaremos provavelmente a atravessar a era da informação, os museus - enquanto instituições que se inserem na sociedade e que

³¹ Disponível em Francês, Inglês, Holandês, Polaco, Alemão, Espanhol, Português, e Árabe.

³² [em linha] Disponível em: http://www.mobydoc.fr/pdf/produits/micromusee_UK_web.pdf [consultado em Fevereiro de 2012]

³³ [em linha] Disponível em: <http://www.sistemasfuturo.pt/> [consultado em Fevereiro de 2012]

³⁴ A *Sistemas do Futuro* conta, entre os seus clientes, com: Associações (como por exemplo a Associação de Arqueólogos Portugueses ou a Associação Nacional de Farmácias), a Autarquias (como a Câmara Municipal de Lisboa, de Lousada, de Almada, e de Matosinhos, entre outras), Direcções Regionais (como a *Consejería de Cultura e Deporte – Gobierno de Cantabria*, ou a Direcção Regional de Cultura e Vale do Tejo, entre outras), Ensino (como a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ou a Escola Profissional de Arqueologia de Mértola, entre outras), Fundações (como a Fundação Calouste Gulbenkian ou a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, entre outras), Igreja (por exemplo a Diocese de Braga, Coimbra, ou Porto, entre outras), Institutos (como o Instituto de Desporto de Portugal, ou o Instituto Geológico Mineiro, entre outros), Museus (como o Museu Municipal de Penafiel, ou o Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, entre outros), e outras (como a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva S. A., ou a Empresa Portuguesa de Águas Livres).

absorvem as suas transformações - acompanharam esta evolução utilizando, na maioria dos casos, as novas ferramentas de informação e comunicação, e abriram-se, agora de modo mais amplo e diversificado, a novas formas de comunicação com públicos mais alargados.

Assistimos no século passado à proliferação dos meios de comunicação que o museu tem ao seu dispor, especialmente dos *sítios* na *web*, sendo prática comum, actualmente, cada museu possuir o seu *sítio* institucional. Agora assistimos à interligação das instituições na *Web*. Quer dizer que as instituições museológicas, genericamente, aperceberam-se que o caminho do futuro é o cruzamento da informação, e associaram os seus registos em *sítios on-line* que podem funcionar como catálogos colectivos, ou como nada mais do que motores de busca. Se num primeiro momento estes *sítios Web* (normalmente de iniciativa de um poder central) agrupavam os registos dos museus de cada país (é o caso da *Joconde*³⁵ para os museus franceses, da *Ceres Colecciones en Red*³⁶ para os museus espanhóis, e do *Matriz.Net* para os portugueses) actualmente vemos nascer *sítios* de iniciativa comunitária que extravasam os limites territoriais. É o caso da *Europeana*, uma iniciativa europeia que agrupa os registos de várias tipologias de instituições, de vários museus, e de várias nacionalidades.

O projecto *Europeana*³⁷ foi lançado em 20 de Novembro de 2008 pelo *Comissariado para a Sociedade de Informação e Meios de Comunicação* da União Europeia. Actualmente permite o acesso *on-line* a cerca de 2 milhões de objectos digitais entre filmes, fotografias, pinturas, sons, mapas, manuscritos, livros, jornais, e documentos de arquivo dos vários estados-membros da União Europeia, provenientes de museus, bibliotecas, arquivos, e colecções audiovisuais. Os principais objectivos da *Europeana* são: “*promover o acesso do público em geral à cultura europeia; tornar simples e apelativo o acesso aos recursos culturais dos diferentes Estados-Membros; facilitar o acesso dos investigadores a elementos vários, multidisciplinares e em vários formatos*”³⁸.

Os projectos de publicação de dados sobre o património cultural, sobretudo no que concerne a publicação de registos de inventário de instituições museológicas, têm como principal objectivo comum a disponibilização da informação a um número alargado de utilizadores. No entanto, para que este objectivo seja cumprido, é imprescindível a adopção

³⁵ [em linha] disponível em: <http://www.culture.gouv.fr/documentation/joconde/fr/pres.htm> [consultado em Janeiro de 2012]

³⁶ *Ceres Colecciones en Red* é a *Red Digital de Colecciones de Museos de España* [em linha] disponível em: <http://ceres.mcu.es/pages/SimpleSearch?index=true> [consultado em Janeiro de 2012]

³⁷ [em linha] disponível em: <http://www.europeana.eu/portal/> [consultado em Janeiro de 2012]

³⁸ [em linha] disponível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4562&p_est_id=10182 [consultado em Janeiro de 2012]

de normas de registo, documentação e inventário, tendo em vista, tanto a fiabilidade da informação disponibilizada, quanto a pesquisa célere e eficaz por parte dos utilizadores.

2.1.3 Os CONCEITOS DE DOCUMENTAÇÃO E INVENTÁRIO

Como vimos em momentos anteriores do presente trabalho, os conceitos de documentação e inventário em contexto museológico, evoluíram historicamente no sentido de um alargamento da sua definição, fazendo-os corresponder a funções essenciais à própria condição de museu.

Podemos distinguir duas concepções metodológicas distintas acerca da documentação em museus, ainda que ambas mantenham em comum o objectivo último da salvaguarda do património: a perspectiva *tecnicista*, mais relacionada com a abordagem norte americana, e a perspectiva *reflexiva*, mais conotada com as instituições europeias (CERAVOLO e TÁLAMO, 2007). Para a primeira, o objectivo principal da documentação é satisfazer as necessidades de controlo do existente, e a informação destina-se principalmente às instituições ou aos utilizadores internos. Os procedimentos visam a elaboração e preenchimento de registos, e o armazenamento e recuperação da informação, centrando-se em informações como a localização do objecto, o seu estado de conservação, ou os registos relacionados com a incorporação. Para a segunda, a perspectiva reflexiva, os museus constituem centros de documentação, cujo objectivo de informação são os utilizadores externos, para além dos internos. A informação aqui assume diferentes abordagens e cumpre diferentes objectivos: gestão do acervo, investigação, divulgação. Os objectos, nesta perspectiva, apenas possuem significado se um destinatário o reconhecer (PEREIRA, 2004).

Adoptando a perspectiva reflexiva, devemos distinguir dois tipos de informação inerentes ao Inventário Museológico: o espólio propriamente dito, constituído por objectos, cuja história e morfologia constituem, só por si, fontes de informação; e os fundos documentais (com tipologias diversificadas) que contribuem para o conhecimento do objecto. Ambos concorrem para a constituição do inventário enquanto instrumento documental museológico, o qual deverá garantir a recuperação da informação por parte dos diferentes utilizadores, sob pena de comprometer um sistema documental que se pretende efectivo. Um sistema de informação engloba assim, para além de informações acerca dos objectos, os procedimentos utilizados para gerir a informação sobre os fundos dos museus e as suas funções.

Podemos então considerar três características essenciais num sistema de documentação: fiabilidade (a capacidade de um sistema assegurar a cobertura e a qualidade de todos os processos de documentação através dos instrumentos adequados), flexibilidade (a possibilidade de adaptação a diversos museus com diferentes tipos de colecções), e economia (pesquisa célere e eficiente da informação) (YASSUDA, 2009).

Sobressai, no panorama nacional (mas também no internacional) uma crescente preocupação, por parte de diversos organismos de tutela, no sentido de sensibilizar os profissionais dos museus para a importância da documentação das colecções museológicas. No entanto, a introdução da informática nas instituições museológicas evidenciou as complicações e fragilidades decorrentes da ausência de regulamentação na maioria dos museus. Este vazio normativo reflectia-se na diversidade de práticas existentes, na diversidade de estruturas catalográficas, na multiplicidade de fichas de inventário consoante a tipologia das colecções. Esta realidade compromete não só a consistência dos registos, como também as potencialidades de integração em redes informáticas especializadas, como por exemplo o *MatrizNet* ou a *Europeana*, e a sua divulgação junto dos diferentes públicos (REMELGADO, 2008).

Internacionalmente, os museus têm vindo a desenvolver sistemas informáticos, no domínio das suas actividades, desde os anos 60 do século XX. Num primeiro momento, eram sistemas muito simples, não relacionais, com funcionalidades muito reduzidas, e utilizados por uma única instituição, o que logo à partida se traduzia numa desvantagem evidente: os sistemas, a sua estrutura e componentes, variavam consoante a instituição em que se desenvolviam. Esta realidade constituía uma condicionante à implementação de sistemas integrados de colecções museológicas.

Deste modo, ao longo das últimas décadas, caminhou-se no sentido da criação de sistemas de documentação adaptados às várias realidades museológicas, que permitam o cruzamento de informação através de sistemas integrados de gestão de colecções, acessíveis aos públicos através da *Internet* ou de locais de pesquisa nas próprias instituições museológicas.

No entanto, este tipo de sistemas não se compadece com a proliferação de procedimentos e classificações sobre uma mesma realidade. De facto o volume de informação não corresponde automaticamente à qualidade e utilidade da mesma. A eficácia de um sistema com estas características, e portanto a garantia da qualidade e utilidade em volumes crescentes de informação, depende da eliminação do ruído gerado pela informação não uniformizada, por classificações e procedimentos heterogéneos, e pela falta

de controlo nos procedimentos e nos resultados. Para uma partilha efectiva é necessária uma sistematização da informação, normalização, monitorização e avaliação dos procedimentos, homogeneização de classificações, e clarificação de conceitos e terminologias.

Deste modo, a definição de normas condiciona definitivamente a eficácia de um sistema de informação, quer no que diz respeito à sua concepção, quer à sua utilização. A norma deverá uniformizar aquilo que à partida representa alguma diversidade, e será tanto mais útil e eficaz quanto efectiva for a sua generalização.

No registo e catalogação de um objecto, a questão da normalização, reveste-se de especial complexidade. A multiplicidade de variantes que influenciam o modo de registo e catalogação concorrem para esta complexificação. Tomemos como exemplos a escolha dos critérios de base para a descrição de determinado objecto (a produção, a função, a estética), a terminologia e os conceitos utilizados, ou a perspectiva individual da instituição, na figura do inventariante, que inevitavelmente reflecte diferentes perspectivas de análise, estudo, investigação. Todas estas variáveis (que ainda assim representam apenas uma amostra do universo de variáveis reais) influenciam determinantemente a informação a colocar num registo de inventário

Para o sucesso de um sistema de informação, é ainda necessário que os normativos sejam claros, generalizados a todo o sistema, e conhecidos e reconhecidos por todos os utilizadores do sistema: tanto os que o alimentam quanto os que o consultam.

Uma norma não poderá assim atentar aos particularismos e especificidades de determinado objecto, mas sim identificar e traduzir a generalidade das características e conceitos comuns. Não obstante, os particularismos que o singularizam devem ser registados em sede de inventário museológico, desde que esse registo respeite a normas em vigor.

Tanto na planificação de um projecto de documentação e gestão de uma colecção museológica, como na sua execução, a normalização funciona como pilar central, sem a qual corremos o risco de *derrocada* do sistema. A normalização - processo de extrema complexidade dada a heterogeneidade do seu objecto - é assim indissociável dos conceitos de documentação e inventário.

2.2. A PROBLEMÁTICA ARQUEOLÓGICA

Uma parte significativa do acervo dos museus de tutela municipal em Portugal é composta por colecções de arqueologia. Para isso concorre quer a proliferação dos trabalhos arqueológicos decorrentes de intervenções urbanísticas, quer a responsabilidade do Estado e das Regiões Autónomas, designadamente das administrações regionais e locais, pela salvaguarda do espólio resultante de trabalhos arqueológicos³⁹.

No processo de documentação e inventário em contexto museal, as colecções de arqueologia, pela sua natureza, levantam algumas questões que lhes conferem uma certa especificidade. Na concepção, execução, e utilização de sistemas de gestão de informação não se podem ignorar questões como a quantidade de objectos resultantes de uma escavação, a natureza destes objectos, ou o registo de trabalho de campo, pois de outro modo condicionaremos a eficácia e o rigor dos processos de documentação e inventário, e de recuperação de informação (MATOS, 2007a).

Em primeiro lugar, de forma a caracterizar as especificidades das colecções arqueológicas em contexto museológico, devemos ter em mente que estas colecções constituem acima de tudo documentos históricos e, como tal, requerem a explicitação dos contextos que as envolvem. Podemos pensar neste tipo de materiais como palavras soltas e dispersas de um livro, que só poderão fazer sentido se forem correctamente contextualizadas.

Investigar em Arqueologia significa frequentemente recolher espólio através de escavação, ou seja, recorrendo a uma metodologia intrusiva e irrepetível que exige um grande cuidado técnico e um complexo registo documental, de modo a minimizar a inevitável descontextualização (estratigráfica, planimétrica ou tridimensional). *“Voltar a “enterrar” esse espólio num depósito “mudo” e “morto”, sem dele retirar nem partilhar o que tem para nos*

³⁹ A este respeito citamos: na Lei 107/2001 de 18 de Setembro o artigo 74º “3 – Os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional, competindo ao Estado e às Regiões Autónomas proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação através dos organismos vocacionados para o efeito, nos termos da lei” e o artigo 75º “2 – Em qualquer lugar onde se presuma a existência de vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos, poderá ser estabelecido com carácter preventivo e temporário, pelo órgão da administração do património cultural competente, uma reserva arqueológica de protecção, por forma a garantir-se a execução de trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse.”; no Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho o Artigo 16º “5 – No prazo máximo de dois anos após a incorporação em depósito provisório, o IPA deverá propor ao Ministério da Cultura a incorporação definitiva dos bens, ouvidos os serviços competentes, o arqueólogo responsável, o Instituto Português de Museus e as entidades públicas e privadas envolvidas, designadamente as administrações regionais e locais das respectivas zonas de proveniência, e tendo em atenção a rede nacional de museus.”; na Lei-quadro dos Museus Portugueses, Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto o artigo 14º: “1 – A incorporação de bens arqueológicos provenientes de trabalhos arqueológicos e achados fortuitos é efectuada em museus. 2 – A incorporação referida no número anterior é feita preferencialmente em museus da Rede Portuguesa de Museus”.

dizer, é uma forma de delapidar o património que constitui herança comum” (RAPOSO, J., 2002, p. 2). Deste modo, o inventário de bens arqueológicos deve estar inter-relacionado com a sua documentação, ou seja, com os contextos dos quais estes foram retirados com vista à preservação da sua relevância documental.

Os materiais arqueológicos possuem uma outra particularidade, que neste caso os aproxima das colecções etnográficas, uma vez que se situam maioritariamente na área dos objectos do quotidiano, muitas vezes sem o valor artístico que é comumente atribuído à maioria dos objectos museológicos. Daí que no campo da *descrição* do inventário de materiais arqueológicos, em suporte *Matriz* ou outro, raramente haja lugar para descrições de carácter iconográfico, dificultando a individualização do objecto. Quando falamos de uma pintura, ou de um outro qualquer objecto de Arte (entendida no sentido mais corrente do termo), a descrição das figuras que apresenta é factor identitário e distintivo. No caso dos objectos arqueológicos a descrição estará mais relacionada com aspectos técnicos e/ou morfológicos que muitas vezes se assemelham a centenas de outros objectos, mas que para fins de estudo e investigação são de vital relevância. Daí que mais uma vez salientamos a importância, no âmbito do inventário museológico, da contextualização destes objectos como forma de distinção identitária.

Por outro lado, os materiais arqueológicos são os únicos que se apresentam em esmagadora maioria, sob forma fragmentária, muitas vezes até meramente residual. Este factor, aliado à enorme quantidade de materiais que são recolhidos no campo e depositados em museu (uma escavação pode resultar em dezenas de milhares de objectos!) colocam um problema elementar de inventariação: *o que inventariar?*

É necessário à partida dissociar objecto arqueológico de objecto museológico, uma vez que a sua associação traduzir-se-ia em tarefas hercúleas de inventariação que pela sua morosidade conduziriam à ausência de registo de grande parte dos objectos.

Então, a montante de qualquer procedimento de inventário museológico deste tipo de bens, é fundamental realizar trabalhos de registo preliminar, conservação e restauro, documentação, investigação, e triagem, a partir dos quais, mediante juízos de valor com

base científica, alguns objectos sofrerão uma metamorfose conceptual: do “*caco*” ao objecto museológico⁴⁰.

Nesta fase, os que permanecerem como “*cacos*”, podem, mediante um método de avaliação científica, integrar, no todo ou em parte, um inventário arqueológico específico. Independentemente desta avaliação, os “*cacos*”, globalmente, devem ser objecto de um processo de inventário (que não tem que ser necessariamente orientado por pressupostos estritamente museológicos), bem como de formas adequadas de acondicionamento em reserva, pois constituem bens culturais com potencial informativo que poderá suscitar no futuro novos olhares, e poder-se-ão constituir em peças fundamentais de investigação mediante novos paradigmas⁴¹.

Neste processo que antecede o inventário é importante também interrogarmo-nos sobre que critérios transformam o “*caco*” em objecto museológico? Estes critérios não se encontram convenientemente regulamentados ou normalizados pelo que a realidade corresponde a uma multiplicidade de actuações que dependem essencialmente do posicionamento teórico do inventariante. Urge, por isso, encontrar normas que possam uniformizar a prática arqueológica neste campo.

Ainda assim podemos identificar alguns preceitos que são frequentemente utilizados mas que carecem ainda de aprofundada definição conceptual e terminológica. Entre eles encontram-se critérios museográficos como o valor artístico, a relevância para determinada investigação, critérios de excepcionalidade, e critérios que os qualifiquem como fonte de outras informações (por exemplo os bordos de cerâmica, ao contrário dos fragmentos de pança, permitem encontrar uma série de informações relativas à peça de que fariam parte) (RAPOSO, L. MARTINS e CORREIA, 2000); (CRUZ e CORREIA, 2007).

A documentação e o inventário de objectos arqueológicos enfrentam ainda uma outra dificuldade: a indefinição de alguns conceitos e terminologias. A arqueologia é uma ciência patrimonial ainda relativamente recente cuja prática esteve durante muitos anos órfã

⁴⁰ Este processo é de resto semelhante ao que acontece noutras colecções de objectos não arqueológicos. Por exemplo, quando o conjunto a incorporar corresponde a grandes quantidades de objectos (fundos documentais, por exemplo), é frequente realizar-se, num primeira fase, um *Registo de Entrada*, com informação sumária acerca da colecção. Depois, mediante trabalhos de estudo, investigação, conservação, e triagem, os objectos são documentados e inventariados no sistema de informação da instituição. Este procedimento é suportado pelo artigo 15º, nº 3, da Lei-Quadro dos Museus Portugueses: “*Em circunstâncias excepcionais, decorrentes da natureza e características do acervo do museu, a incorporação pode não ser acompanhada da imediata elaboração do inventário museológico de cada bem cultural.*”

⁴¹ “*Provavelmente, será impossível (ou desaconselhável), inventariar todo o material recolhido, por exemplo, em escavações arqueológicas feitas sob metodologias modernas. Haverá portanto que seleccionar o material a inventariar sob uma óptica museológica; para o restante material deve ser criado um sistema de registo distinto, que deve quanto possível respeitar o sistema de registo e recolha próprio da escavação*” (RAPOSO, L. MARTINS e CORREIA, 2000, p. 23)

de qualquer tipo de regulamentação. Actualmente possui já um enquadramento legal bastante preciso, mas carece ainda de investigação acerca das metodologias inerentes ao seu campo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à “arqueologia em museus”.

Durante muitos anos foi prática corrente em Portugal realizarem-se escavações cujos resultados nunca chegaram a ser publicados, e cujo espólio era recolhido em reservas privadas, muitas vezes propriedade dos responsáveis pelos trabalhos arqueológicos. Actualmente, apesar de regulamentada esta situação, existe ainda uma insuficiente partilha de informação entre os profissionais de arqueologia.

Todos estes factores resultam na ausência de normalização de terminologias e conceitos, próprios da Arqueologia, mas fundamentais no quotidiano museológico. No caso das cerâmicas, por exemplo, a sua divisão em subcategorias não é ainda unânime. Alguns profissionais utilizam como referência os aspectos funcionais, outros utilizam aspectos técnicos, e outros ainda aspectos morfológicos. Do mesmo modo, no que concerne aos aspectos morfológicos, está ainda por definir um *thesaurus* que uniformize terminologias e que esclareça sobre a utilização de determinados conceitos ainda pouco clarificados (veja-se por exemplo a utilização indiscriminada dos conceitos taça, tigela ou malga na descrição de um mesmo objecto). Urge então uma maior partilha de informação entre profissionais de arqueologia, e entre estes e profissionais de museologia, no sentido da criação de um *thesaurus* abrangente utilizado tanto por investigadores quanto por profissionais de Museus.

No panorama internacional foram feitos já alguns esforços nesse sentido⁴², no entanto carecem de tradução para Língua Portuguesa, e de adaptação à realidade arqueológica nacional.

⁴² Exemplos de Thesaurus e Listas de Valores disponíveis na Internet:

- ARENA (Archaeological Records of Europe – Networked Access <http://ads.ahds.ac.uk/arena/links/standards.html>
- Archaeological objects Thesaurus | MDA http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=144&thes_name=MDA%20Object%20Type%20Thesaurus
- Archéologie | Direction des Musées de France <http://www.culture.gouv.fr/documentation/joconde/fr/pres.htm>;
- IGESPAR / IPA – Endovélico <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/>
- National Monuments Record Thesauri / Archaeological Sciences http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=560;
- National Monuments Record Thesauri, English Heritage <http://thesaurus.english-heritage.org.uk/newuser.htm>;
- UNESCO thesaurus <http://www2.ulcc.ac.uk/unesco/index.htm>

3. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS) é uma instituição museológica territorialmente descentralizada, constituído em núcleos e extensões espalhados pelo território que lhe serve de referência, foi criado em 1982 enquanto Museu Municipal do Seixal e só um ano mais tarde, em 1983, adoptou a denominação actual.

A criação em 1982 do Museu Municipal do Seixal teve na sua génese um levantamento histórico-cultural do concelho, iniciado em 1979, e levado a cabo por uma equipa de técnicos, autarcas, e elementos de organizações locais.

No seguimento desta iniciativa, inaugura-se em 1981 uma exposição promovida pela Câmara Municipal do Seixal, intitulada “*O Trabalho na História do Seixal*” e que terá servido de barómetro à criação do Museu Municipal (Ecomuseu Municipal do Seixal, 1997). De facto, a exposição comprovou a necessidade da criação de um Museu Municipal do Seixal, quer pelo número de visitantes que obteve, quer pelas inúmeras doações de peças que necessitavam agora de um espaço de armazenamento e exposição⁴³.

Este projecto polinucleado, já muito próximo das correntes da *Nova Museologia*, evoluiu segundo uma perspectiva global do património concelhio, conservado preferencialmente *in situ*, e com especial abertura à participação da população.

Em 1983, a instituição, acolhendo as sugestões de Hugues de Varine, adopta a denominação de Ecomuseu Municipal do Seixal, continuando a partir de então a desenvolver um sistema de gestão patrimonial adaptado à realidade de um território (que não se restringe obrigatoriamente aos limites administrativos do concelho) em mudança, em estreita relação com as comunidades locais, e segundo uma perspectiva dinâmica do património cultural e natural, nas suas vertentes materiais e imateriais, móveis e imóveis.

Nas várias definições de Ecomuseologia está explícita a estreita relação entre o Museu e as comunidades. Nesta perspectiva o museu é feito por e para a população de determinado local, assumindo-se como um instrumento eminentemente cultural, no qual a população deixa de funcionar apenas como visitante, ou como objecto de estudo, para passar a ser o sujeito fundamental da instituição. Dito de outro modo, museu e população local cooperam para o desenvolvimento sustentado de determinado território através da valorização e preservação dos respectivos patrimónios. Define-se assim uma instituição de

⁴³ “Todas estas iniciativas lançaram raízes para um Museu, de tal modo que se tornou imperiosa a sua criação. Porque existem colecções e a população quer um Museu.” (NABAIS, 1980-1981)

âmbito participativo, onde a população é encorajada a envolver-se activamente na construção da sua identidade e na preservação da memória colectiva.

Este posicionamento em relação às comunidades locais levanta questões que se prendem desde logo com a definição dessas mesmas comunidades (quem são? como as caracterizamos e distinguimos?), e ainda com a sustentabilidade de uma instituição cujos públicos preferenciais (as populações locais) não são entendidos como visitantes, e por isso não são geradores de receita pela cobrança de bilhete de entrada.

O Ecomuseu Municipal do Seixal assume-se por isso como um caso de estudo bastante particular, quer pelo paradigma museológico que acolhe, desde logo através da sua denominação, quer pela singularidade da sua Missão⁴⁴.

De facto a principal característica que distingue esta instituição é a sua relação com o território: “*difundir testemunhos do Homem e do Meio, reportados ao território e à população do concelho do Seixal*” (Câmara Municipal do Seixal, 2001; Ecomuseu Municipal do Seixal, 2009b). Um Ecomuseu, tendo uma definição de natureza evolutiva (RIVIÈRE, 1992), espalha-se pelo território que o acolhe e que deve reflectir, aproximando-se por isso da noção de museu polinucleado. A definição do território, neste caso, levanta algumas questões: qual o território a que o Ecomuseu do Seixal se deve reportar? O território administrativo correspondente ao Município do Seixal será suficiente? Quais os critérios de base para a definição deste território?

Aqui os limites administrativos do Concelho não são suficientes, uma vez que a sua actividade se reporta a um sistema de gestão patrimonial, que se procura adaptar à realidade de um território em mudança e de contornos culturais que não se restringem obrigatoriamente a limites administrativos. Compreendemos facilmente esta noção se considerarmos que as actividades socioeconómicas da população seixalense extravasam (e extravasaram) o território definido para o Concelho do Seixal. Tomemos como exemplo o património flúvio-marítimo: fará sentido estudar as embarcações tradicionais construídas no Seixal esquecendo as rotas que fariam, os locais com os quais manteriam relações, as comunidades que intervinham na construção deste património? A resposta é não. Se entendermos o Património numa perspectiva global devemos também estudá-lo e abordá-lo de uma perspectiva globalizante.

⁴⁴ “*investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do Homem e do Meio, reportados ao território e à população do concelho do Seixal, contribuindo para a construção e para a transmissão das memórias colectivas e para o reforço das identidades locais. Através do trabalho museal, nas suas diversas vertentes, tem a missão de estimular e ser instrumento do desenvolvimento sustentado da região.*” (Câmara Municipal do Seixal, 2001)e (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2009b)

No entanto, é necessário não esquecer que esta noção global de património interfere directamente com a gestão das colecções. Se considerarmos que só o concelho (ou seja os limites administrativos) do Seixal tem cerca de 94 km², distribuídos por 6 freguesias, e mais de 157 mil habitantes⁴⁵, percebemos que o volume de património a incorporar será imenso. Deste modo o museu deve assegurar os recursos necessários à conveniente gestão do acervo existente, e definir através de uma política de incorporações em que medida as suas colecções poderão ainda crescer. O EMS possui uma Política de Incorporações enunciada no *site* institucional que define o acervo incorporado e a incorporar, e prevê que:

*“As incorporações no EMS são portanto **condicionadas pelos recursos económicos e pelas condições materiais por parte da tutela**, definidas de acordo com a orientação programática evolutiva do museu e com a referida pluralidade de campos temáticos, decorrente das diversidades identitárias e da interpretação multifacetada e multidisciplinar do território de referência do Ecomuseu (o concelho do Seixal)”* (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2009a, p. 5).

Complexificando o volume de património a incorporar e a dificuldade na gestão dos recursos necessários à correcta salvaguarda do mesmo, o EMS é a entidade municipal responsável pelos trabalhos arqueológicos do município (Câmara Municipal do Seixal, 2012, Artigo 97º). Cabe-lhe deste modo a gestão do património arqueológico nos seus diversos domínios, resultando em quantidades apreciáveis de património móvel (entre outros) cuja salvaguarda e gestão é de total responsabilidade do EMS.

Daqui se depreende também a dificuldade na definição do acervo do EMS e respectivo campo temático. Não é de certo uma instituição museológica vocacionada para um único campo temático ou disciplinar. Pelo contrário, o acervo incorporado, atendendo à missão e objectivos institucionais⁴⁶, e de acordo com a sua estrutura descentralizada, abrange a arqueologia e a história regional e local, tendo por referência e principal contexto o território e a população do Concelho; o património técnico e industrial, reportando-se aos contextos, aos meios técnicos e às unidades transformadoras e industriais instaladas ou referentes ao território e à população do Concelho; e o património e a cultura flúvio-

⁴⁵ Segundo os dados preliminares dos Censos 2011

Informações obtidas em: [em linha] Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/pt/GC19/Documentos/MAAP/Fichas_Municipios/Seixal.pdf [acedido em Janeiro de 2012]

⁴⁶ O EMS estabelece como principais objectivos: a preservação, a interpretação e a divulgação do património cultural, material (imóvel, móvel e flutuante) e imaterial, como recurso de desenvolvimento; o registo e a transmissão de conhecimentos, técnicas e saberes-fazer; a prestação de serviços ao público, através de uma equipa multidisciplinar, com a participação de comunidades interessadas em promover o património cultural e natural, entre as quais se inscrevem os Amigos e Doadores do Ecomuseu. (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2009b, Capítulo I, Artigo 5º)

marítimos relativos ao estuário do Tejo (Ecomuseu Municipal do Seixal 2009b, Capítulo I, Artigo 5º).

Esta abrangência temática tem também implicações ao nível da equipa técnica que assegura a activação das funções museológicas. Deste modo, o EMS, no desenvolvimento das suas actividades norteia-se pela concepção inter e transdisciplinar dos projectos. Para isso conta quer com as disciplinas de base de formação da sua equipa técnica, quer com recursos científicos e técnicos exteriores, nomeadamente através de parcerias e colaborações.

A actual equipa do EMS é constituída por elementos cujas formações e áreas disciplinares académicas abarcam a História, a Arqueologia, a Antropologia, a Geografia, a Arquitectura, a Conservação e Gestão do Património Cultural, e ainda a Museologia (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2009b, Capítulo I, Artigo 5º).

O Ecomuseu, enquanto instituição museal inscrita e logo credenciada pela Rede Portuguesa de Museus (RPM)⁴⁷, possui *Política de Incorporação* (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2009a) e *Regulamento* (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2009b) próprios, e coloca ao serviço da sua missão as funções previstas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei 47/2004 de 19 de Agosto)⁴⁸, segundo uma perspectiva inter-relacional. A investigação, enquanto função museológica que compreende o estudo e a documentação, relaciona-se directamente com a incorporação. Da mesma forma, a preservação, em sentido amplo, engloba para além da conservação e restauro, as funções de aquisição e gestão de colecções. Todas as anteriores estão ainda intimamente ligadas à função de comunicação que reúne a interpretação, a exposição, a educação e a difusão.

No cumprimento das funções museológicas o Ecomuseu do Seixal apresenta também algumas especificidades que se prendem sobretudo com uma noção dinâmica de património, e consequentemente da sua conservação. Esta deve ser feita preferencialmente *in-situ* e em actividade, procurando-se assim conservar não apenas o “objecto” mas também os diálogos que este mantém com a envolvente, o contexto, e a própria população, bem como os *saberes-fazer*, os gestos de trabalho, enfim o património imaterial implícito ao objecto cultural. Um exemplo é a Extensão na Tipografia Popular do Seixal que inclui um tipógrafo que põe agora os seus conhecimentos e a sua formação ao serviço dos utentes do

⁴⁷ [em linha] Disponível em: <http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/ContentDetail.aspx>. [acedido em Dezembro de 2011]

⁴⁸ “O Museu prossegue as seguintes funções: a) Estudo e investigação; b) Incorporação; c) Inventário e documentação; d) Conservação; e) Segurança; f) Interpretação ;g) Educação.” Artº 7 Lei Quadro dos Museus (Lei 47/2004 - “Lei Quadro dos Museus Portugueses,” 2004)

Ecomuseu, e o Moinho de Maré de Corroios onde um técnico do Ecomuseu⁴⁹ com conhecimentos de moagem contribui também para a manutenção destes saberes-fazer. Esta noção alargada de património, e consequentemente de conservação e gestão do mesmo, leva assim a um alargamento da equipa técnica. De facto, para além das disciplinas normalmente atribuíveis a uma instituição museológica, a equipa técnica do EMS integra também saberes nas áreas de mecânica, navegação à vela e náutica de recreio, construção artesanal de modelos de barcos em madeira, moagem, e tipografia.

Esta noção dinâmica de conservação relaciona-se também com um modelo de gestão patrimonial e política de incorporações que conduz a uma selecção de património a gerir em relação muito estreita com intervenções de conservação e salvamento.

Por outro lado, daqui decorre também a estrutura territorialmente descentralizada e polinucleada desta instituição. O EMS constitui-se assim em núcleos (“*sítios ou espaços de propriedade e tutela municipais, musealizados ou com aproveitamento museológico*”⁵⁰) e extensões (“*sítios ou patrimónios integrados de tutelas mistas, com parcial aproveitamento museológico*”⁵¹).⁵² O centro administrativo corresponde ao Núcleo da Mundet⁵³ no qual se localizam os Serviços Centrais, existindo ainda o Núcleo Naval⁵⁴, o Núcleo da Quinta da Trindade (no qual foram instalados os serviços de Reservas, Conservação e Inventário Geral, e Arqueologia)⁵⁵, o Núcleo do Moinho de Maré de Corroios⁵⁶, o Núcleo da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol⁵⁷, a Extensão na antiga fábrica de pólvora de Vale de Milhaços⁵⁸, a

⁴⁹ Este é já o terceiro técnico afecto ao *Moinho de Maré de Corroios*. Não é moleiro de profissão, no entanto foram-lhe passados os conhecimentos necessários ao desempenho das suas funções. Durante as duas primeiras “gerações” de técnicos, os conhecimentos relativos à profissão foram transmitidos directamente, visto que o primeiro era moleiro de profissão, e passou os seus conhecimentos à pessoa que o foi substituir e que gozou ainda de um período de contacto directo com o seu antecessor. Infelizmente o mesmo processo não se verificou entre este último e o seu sucessor.

⁵⁰ [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/nucleos_home.html [acedido em Dezembro de 2011]

⁵¹ [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/nucleos_home.html [acedido em Dezembro de 2011]

⁵² Anexo I

⁵³ Para mais informações: [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/nucleos/nucleo_mundet.html [acedido em Fevereiro de 2012]

⁵⁴ Para mais informações: [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/nucleos/nucleo_naval.html [acedido em Fevereiro de 2012]

⁵⁵ Para mais informações: [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/nucleos/nucleo_qtrindade.html [acedido em Fevereiro de 2012]

⁵⁶ Para mais informações: [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/nucleos/nucleo_moinho_mare.html [acedido em Fevereiro de 2012]

⁵⁷ Para mais informações: [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/nucleos/nucleo_olaria.html [acedido em Fevereiro de 2012]

⁵⁸ Para mais informações: [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/extensoes/extensao_polvora.html [acedido em Fevereiro de 2012]

Extensão na Quinta de S. Pedro⁵⁹, e ainda a Extensão na Tipografia Popular do Seixal⁶⁰. O EMS dispõe também de Instalações Técnicas na Torre da Marinha. A *Proposta de Regulamento do Ecomuseu Municipal do Seixal* de 2009 previa que estas fossem desactivadas “*em função da atribuição de áreas e instalações técnicas adequadas às reservas museológicas em espaços a definir pela tutela*” (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2009b, p. 3), no entanto à data de realização deste trabalho as referidas instalações não foram ainda desactivadas.

Esta descentralização territorial tem implicações também ao nível da gestão das colecções. O acervo não está obviamente concentrado num único espaço físico (como é habitual na maior parte dos museus) mas sim distribuído por vários edifícios de acordo com o seu campo temático. Esta distribuição no espaço coloca problemas óbvios, por exemplo ao nível do inventário que serão abordados em fases posteriores do presente trabalho.

Administrativamente o EMS, de acordo com o *site* institucional da Câmara Municipal do Seixal⁶¹ integra a estrutura orgânica da Câmara Municipal do Seixal, na Direcção Municipal de Administração Geral e Desenvolvimento Sociocultural, do qual faz parte o Departamento de Cultura que por sua vez inclui a Divisão de Património Histórico e Museus.

À tutela cabe a definição de políticas, planos e orçamentos, através de um Vereador de Pelouro e de um Director de Departamento no qual se insere a Divisão correspondente ao Ecomuseu. O Chefe de Divisão, enquanto órgão intermédio de gestão, possui responsabilidade científica e técnica, propõe políticas, avalia e propõe programas de actividade, gere o funcionamento da organização museal, e é ainda o responsável pela equipa técnica. A Equipa Técnica possui um papel fundamental no quotidiano da instituição quer pelas suas competências específicas nas diferentes áreas funcionais, quer pela participação e contributo pessoal no cumprimento da missão, e dos objectivos que todos ajudam a definir.

Este enquadramento institucional define que cabe à entidade de tutela, Câmara Municipal do Seixal, a aprovação de orçamento e plano de actividades anual proposto pelo Chefe de Divisão. A contratação e a afectação de pessoal estão também a cargo da entidade de tutela, cabendo ao director a sua gestão corrente. Este modelo apresenta algumas

⁵⁹ Para mais informações: [em linha] Disponível em http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/extensoes/extensao_qspedro.html [acedido em Fevereiro de 2012]

⁶⁰ Para mais informações: [em linha] Disponível em http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/pdf/tipografia.pdf [acedido em Fevereiro de 2012]

⁶¹ [em linha] Disponível em: <http://www.cm-seixal.pt/CMSEIXAL/CAMARA/> [acedido em Dezembro de 2011]

fragilidades na medida em que sendo a tutela uma instituição pública da Administração Local, está sujeita ela própria às contingências orçamentais emanadas superiormente, devendo depois distribuí-las por diversos departamentos dos quais o EMS é apenas uma parte. Por outras palavras, o orçamento destinado ao EMS, sendo definido anualmente pela entidade de tutela, corre o risco de sofrer alterações de acordo com contingências relativas à gestão autárquica como um todo, podendo remeter a instituição museológica para um grave problema de sustentabilidade financeira.

Por outro lado, por estar enquadrado na estrutura orgânica da entidade de tutela, o Ecomuseu, beneficia de mais-valias já que tem garantida a dotação de um orçamento anual (realidade cada vez mais valorizada tendo em conta o momento de crise económica e financeira que o nosso país atravessa), bem como de recursos humanos necessários para o correcto funcionamento da instituição.

Nesta abordagem, o EMS baseia-se - do ponto de vista funcional - na gestão integrada de serviços, por que se reparte uma equipa permanente de cerca de 50 pessoas. A tutela atribui-lhe responsabilidades sobre o património museológico, cultural, material e imaterial, móvel e imóvel.⁶²

Internamente, o EMS organiza-se em serviços tecnicamente dependentes do Chefe de Divisão. Dito de outro modo, o *Director* trabalha directamente com os coordenadores dos serviços de: Conservação e Inventário Geral, Centro de Documentação e Informação, Arqueologia, Inventário e Estudo de Património Industrial, Património Marítimo, Serviço Educativo, Secção Administrativa e de Atendimento Público, e Gabinete de Gestão de Embarcações Tradicionais. Com o objectivo de preencher as áreas de investigação e de projecto, e dotadas dos respectivos recursos humanos, estão também constituídas áreas de trabalho: Área de Investigação e de Projecto sobre Moinhos de Maré, Área de Investigação e de Projecto sobre Património e Cultura Flúvio-marítimos, e Área de Arquitectura e Património Cultural Imóvel. Os serviços anteriormente nomeados, à excepção do Gabinete de Gestão de Embarcações Tradicionais e da Secção Administrativa e de Atendimento Público, correspondem a estruturas não formais existentes apenas numa perspectiva de organização interna da instituição museal.

De forma sucinta, o Ecomuseu Municipal do Seixal é uma instituição que cumprindo as funções museológicas previstas nas definições de Museu adoptadas pelo ICOM e plasmadas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto), não

⁶² De acordo com o artigo 97º do “*Regulamento dos Serviços Municipais da Câmara Municipal do Seixal*” (Câmara Municipal do Seixal, 2012)

corresponde verdadeiramente a um *museu* no sentido convencional e tradicional da palavra, mas sim a uma experiência museológica, de gestão do património cultural referente a um território e a uma realidade em mudança.

4. CARACTERIZAÇÃO DA COLECÇÃO EM ESTUDO

O presente trabalho, abordando a temática dos sistemas de documentação e inventário de bens arqueológicos em contexto museal, versa uma colecção de cerâmica arqueológica pertencente à Câmara Municipal do Seixal e gerida pelo Ecomuseu Municipal do Seixal.

Esta colecção é fruto de trabalhos de escavação arqueológica na Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, sítio classificado como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 26-A/92, de 1 de Junho, situado na freguesia de Corroios, concelho do Seixal⁶³. Este sítio arqueológico assumiu desde logo bastante relevância no panorama nacional, e até internacional, por constituir a primeira estrutura deste tipo identificada no estuário do Tejo, alterando completamente o conhecimento acerca da ocupação romana nesta zona, e permitindo melhor compreensão das relações comerciais no seio do Império, sobretudo as que dizem respeito ao comércio a longa distância (RAPOSO, J. e DUARTE, 2000, p. 13).

A Quinta do Rouxinol, antiga exploração agrícola diversificada (horticultura, fruticultura, criação de gado, etc.) conhece um processo de urbanização a partir dos anos 70 do século XX, pelo que actualmente resta apenas uma pequena faixa junto ao esteiro do rio, quase totalmente ocupada pelo viveiro municipal⁶⁴.

Segundo informações orais os primeiros achados arqueológicos terão ocorrido nos anos 60 do século XX aquando da construção de uma central de captação de águas no local. Na altura ter-se-á recolhido diverso espólio romano cujo paradeiro infelizmente não foi ainda possível identificar. Mais tarde, entre 1982 e 1983 o Ecomuseu Municipal do Seixal fez as primeiras prospekções sistemáticas no local, recolhendo uma moeda de Constantino I juntamente com alguns fragmentos cerâmicos, e motivando a inclusão no projecto de investigação regional *Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo*⁶⁵. Em 1986, o EMS viu-se obrigado a precipitar o início dos trabalhos de escavação com carácter de emergência, devido a trabalhos de saneamento básico realizados pela autarquia no local. Depois, entre 1987 e 1991 realizaram-se novas campanhas de escavação agora já de forma planificada (DUARTE, 1990; DUARTE e RAPOSO, 1996; RAPOSO, J. e DUARTE, 2000).

⁶³ Localização cartográfica: R. 120.869 Folha 442 da Carta 1/25.000 dos Serviços Cartográficos do Exército; Coordenadas geográficas: 38° 39' 08,50" N; 9° 08' 35,90" W.; n.º IPA: PT031510050004; Código Nacional de Sítio: 3683; Processo *ENDOVELLICUS*: 86/1(190), C - 03683 e S - 03683

⁶⁴ Anexo II

⁶⁵ Projecto iniciado em 1985 com a participação da Câmara Municipal do Seixal, Câmara Municipal de Alcochete, Câmara Municipal de Benavente, e coordenado pelo Centro de Arqueologia de Almada.

Nos trabalhos arqueológicos foram detectados dois fornos de produção oleira, vestígios de um terceiro forno, uma pequena estrutura de combustão e ainda algumas fossas de despejo⁶⁶.

Na intervenção de 1986 foi escavado integralmente o primeiro forno (Forno 1) do qual se conserva a base da câmara de combustão, encaixada em sedimento arenoso e construída com tijolo e tijoleiras. Tem forma ovóide e um pequeno corredor de acesso na zona mais estreita. Foram ainda detectadas as bases das três arcadas que suportavam a grelha sobre a qual eram colocadas as peças a cozer. Não existem no entanto vestígios dessa grelha, nem da câmara superior que completava o forno e permitia controlar as condições de cozedura.

O Forno 2, escavado posteriormente, possui também três arcadas de suporte da grelha, mas, ao contrário do Forno 1, incorpora algumas pedras na construção da parede, apresenta um pequeno pilarete de suporte de uma dessas arcadas, e o pavimento do corredor é realizado com placas de argila. À semelhança do primeiro forno, no Forno 2, também não se encontraram vestígios da grelha sobre a qual coziavam as peças, nem da câmara superior.

O Forno 3 está limitado a um pequeno fragmento de parede, de aparelho construtivo semelhante aos restantes. Na proximidade, uma concentração de tijolos e tijoleiras sugere o derrube desta estrutura, a que se junta grande quantidade e diversidade de fragmentos de ânforas, e peças de loiça doméstica que ilustram as suas produções.

A pequena estrutura de combustão detectada possui planta em forma de ferradura encontrando-se também encaixada no sedimento arenoso. Construída com pequenos tijolos paralelepípedicos, e outros fragmentos cerâmicos, a estrutura poderá ter funcionado em associação com o Forno 2, eventualmente para cozedura de materiais mais frágeis ou que carecessem de cuidados especiais.

A investigação levada a cabo na olaria, que terá funcionado entre as últimas décadas do século II e o início do século V, permitiu classificar o vale do Tejo como um dos centros de produção de ânforas mais significativos do território português (DUARTE e RAPOSO, 1996).

O espólio resultante destes trabalhos de escavação foi encaminhado para o Ecomuseu Municipal do Seixal sendo logo objecto de trabalhos de limpeza, marcação, registo, classificação, acondicionamento, e intervenções pontuais de conservação e/ou restauro quando justificado. À época, e em trabalhos posteriores de investigação resultantes

⁶⁶ Anexo II

em publicação de artigos sobre o tema, foram inventariados em suporte *Filemaker*⁶⁷ os materiais considerados mais relevantes.

No âmbito da metodologia de tratamento e acondicionamento dos materiais na instituição realizaram-se várias fases de triagens de materiais. Num primeiro momento foi efectuada uma separação tipológica e por tipo de fragmento (bordos, fundos, asas, panças, etc.), dando prioridade ao estudo das ânforas, no âmbito do qual foram publicados variados resultados quer arqueológicos quer arqueométricos⁶⁸.

Este é um estudo ainda em aberto que se desenvolve no âmbito do projecto de investigação “*Olaria Romana do Estuário do Tejo: centros de produção e consumo (Porto dos Cacos, Quinta do Rouxinol e Rua dos Correiros) – OREST*”. Este projecto envolve o EMS, o Centro de Arqueologia de Almada e o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Para os trabalhos mais recentes, relativos ao EMS, foi importante a colaboração de uma Técnica Superior de Arqueologia - primeiro através de um estágio promovido pelo *Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL)*, e depois em regime de prestação de serviços - para a realização de trabalhos de triagem, classificação, medição e inventário de objectos.

No decurso dos estudos efectuados foi realizada a exposição “*QUINTA DO ROUXINOL – Uma Olaria Romana no Estuário do Tejo*”⁶⁹. Esta exposição, como tantas vezes acontece nas instituições museológicas, motivou uma série de trabalhos de estudo e investigação, de revisão do inventário já realizado, e ainda de selecção de novos objectos, não apenas no âmbito dos materiais anfóricos, como também acerca do sítio arqueológico, e dos restantes materiais exumados. No seguimento desta exposição, e dos trabalhos que motivou no seio do EMS, foi realizada uma dissertação de Mestrado, por um dos técnicos de arqueologia do EMS⁷⁰, no âmbito da qual foram feitas novas triagens desta vez sobre materiais de cerâmica comum.

O material exumado na Quinta do Rouxinol, quer pela relevância que assume no panorama da investigação arqueológica, quer pelo potencial museológico que encerra, foi já

⁶⁷ Referimo-nos a *FileMaker Pro 4.1*, versão 4.1v1 (9/8/98), software usado na construção de uma base de dados específica desenvolvida pelo Serviço de Arqueologia do EMS.

⁶⁸ Alguns exemplos de estudos publicados:

(DUARTE e RAPOSO, 1996) (RAPOSO, J. [et al.], 2005) (RAPOSO, J. SABROSA e DUARTE, 1995) (DUARTE, 1990) (CABRAL FONSECA e GOUVEIA, 2002)

⁶⁹ Referimo-nos à exposição “*QUINTA DO ROUXINOL – Uma Olaria Romana no Estuário do Tejo*” resultante de uma parceria entre o EMS e o Museu Nacional de Arqueologia (MNA), ao abrigo do programa *Pro-museus*, inaugurada em Março de 2009, à data de realização do presente trabalho ainda visitável, e complementada pelo livro-guia “*Quinta do Rouxinol: uma olaria romana no estuário do Tejo (Corroios/Seixal)*” (FILIPE e RAPOSO, 2009)

⁷⁰ Referimo-nos à dissertação em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sobre o tema “*As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*”, realizada por Cézer Santos, com classificação final de 18 valores, ainda não publicada. (SANTOS, 2011)

fruto de variados trabalhos de investigação, abordando diversas temáticas, e continuará decerto a ser objecto de interesse e investigação por muito mais tempo graças às quase inesgotáveis perspectivas de investigação que pode proporcionar.

4.1. METODOLOGIA CLASSIFICATÓRIA

A colecção a que se refere o presente trabalho formou-se a partir de uma série de triagens realizadas sobre os fragmentos de *cerâmica comum local*⁷¹, já plenamente no âmbito do trabalho de Mestrado anteriormente referido (SANTOS, 2011). Para a realização desse estudo usaram-se os bordos que possibilitassem (pela porção do objecto representada) a classificação formal e funcional das peças, e nos casos em que não houve dúvidas quanto à classificação (raros quando comparados com a totalidade de fragmentos) foram incluídos também fundos⁷².

Este trabalho, realizado entre Novembro de 2010 e Agosto de 2011⁷³, permitiu contabilizar a totalidade dos bordos de cerâmica comum exumados na Quinta do Rouxinol – 9585 – e concomitantemente proceder à sua triagem, descrição, medição, classificação de fabrico, classificação morfológica, e tratamento estatístico.

A classificação morfológica apoiou-se no quadro classificatório utilizado pela instituição, “*Elementos de Apoio à Classificação e Documentação de Coleções Cerâmicas*” (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007 - [em permanente actualização]), para o qual também contribuiu acrescentando novas informações. Foi então estudada a totalidade dos bordos de cerâmica de produção local – referentes à Quinta do Rouxinol – independentemente da sua classificação funcional, exceptuando-se as ânforas por estarem já a ser tratadas no âmbito de outros estudos.

Esta classificação morfológica teve ainda por base a separação dos fragmentos em categorias e formas. Tratando-se de um contexto de olaria, e portanto de produção, a classificação por critérios funcionais tornava-se duvidosa uma vez que a maioria dos

⁷¹ A designação *cerâmica comum local*, em arqueologia, refere-se à cerâmica de uso quotidiano - para confecção, consumo e armazenamento de alimentos - e de produção endógena, por oposição à cerâmica fina, ou cerâmica de excepção, que corresponde normalmente a materiais mais finos, de pastas e conformação mais cuidadas, por vezes elaboradas com recurso a outros processos técnicos e tecnológicos, e frequentemente importados. Esta designação é largamente utilizada no âmbito da arqueologia mas a sua definição é quanto a nós pouco precisa. No âmbito do presente estudo, cingimos esta designação aos materiais endógenos utilizados quer em ambiente doméstico, quer laboral/oficinal.

⁷² (SANTOS, 2011) a adopção desta metodologia é suportada, entre outros, pelos estudos de Fanette LAUBENHEIMER (LAUBENHEIMER, 1985), e dá continuidade à metodologia anteriormente adoptada para o estudo de materiais anfóricos.

⁷³ Participei neste trabalho no âmbito da colaboração em regime de voluntariado com os Serviços de Arqueologia do EMS

objectos, provavelmente, não chegaram a ter a utilização que lhes estaria destinada. De facto é necessário ter em mente que um objecto, ou uma tipologia de objectos, raras vezes possui apenas um fim, uma utilização única. Por exemplo, não podemos afirmar com toda a certeza que os pratos produzidos na Quinta do Rouxinol se destinassem apenas ao consumo de alimentos à mesa, e descartar a hipótese de terem sido também usados, por exemplo, na preparação de alimentos a fogo. Esta realidade torna-se ainda mais complexa quando nos deparamos com objectos que são muitas vezes utilizados tanto em contexto doméstico, quanto oficial/laboral, ou ainda em contexto funerário.

Esta realidade levou a que a metodologia classificatória utilizada tivesse em conta tanto aspectos formais (a morfologia do objecto) quanto funcionais, dando muitas vezes primazia aos primeiros. Podemos assim dizer que foi adoptado um critério classificatório híbrido que viria depois a influenciar a forma como os objectos foram inventariados, uma vez que foi seguido o mesmo critério de classificação.

Em primeiro lugar foram distinguidas as formas abertas⁷⁴ - nas quais se incluem os pratos, os pratos covos, as tigelas, as bacias, os almofarizes, os alguidares, e os funis - as formas fechadas⁷⁵ - onde se incluem os tachos, os potes/panelas, os potinhos, os jarros, as bilhas, os cântaros, os grandes potes canelados, e as talhas - e outras formas⁷⁶ - que incluem as tampas, as lucernas, os moldes, os suportes, os pesos, a cerâmica figurativa, e a cerâmica arquitectónica. Para além destes foram individualizados os fragmentos de forma indefinida, também denominada indeterminada⁷⁷. Numa fase ulterior do trabalho de triagem foram definidas e identificadas as variantes e sub-variantes dentro das diversas formas.

Desde uma fase inicial do trabalho de triagem e classificação com o qual colaborámos, houve a preocupação de criar uma metodologia classificatória o mais abrangente possível. Pretendia-se que as formas, variantes, e sub-variantes, identificadas e definidas fossem úteis, não apenas na análise do universo em estudo, mas também em futuros trabalhos que versem a cerâmica arqueológica, sobretudo as cerâmicas comuns. Para isso, foi criado um sistema de designação numérico (composto por quatro a cinco

⁷⁴ “Formas abertas: regra geral, são recipientes que não apresentam restrições de diâmetro e onde o diâmetro máximo coincide com a abertura (sem contar com a eventual curvatura do lábio). No entanto, também se incluem aqui peças com paredes ligeiramente curvadas, onde o diâmetro da abertura pode ser um pouco inferior ao diâmetro máximo” (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007 - [em permanente actualização], p. 12)

⁷⁵ “Formas fechadas: recipientes que, acima do diâmetro máximo, apresentam diâmetros mais estreitos, coincidentes com a abertura ou não.” (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007 - [em permanente actualização], p. 13)

⁷⁶ “Outras formas: recipientes que podem assumir formas abertas ou fechadas ou peças que não se podem incluir nesse tipo de classificação.” (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007 - [em permanente actualização], p. 13)

⁷⁷ “Formas indefinidas: quando não é possível a atribuição mais precisa.” (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007 - [em permanente actualização], p. 13)

números separados entre si por pontos) que permite classificar os fragmentos quanto à sua categoria (1º número), forma (2º número), variante (3º número), e sub-variante (4º e 5º números) de modo equivalente. Quer isto dizer que, por exemplo, uma mesma variante, independentemente da forma em que ocorra, tem sempre atribuído um mesmo número. Este sistema classificatório foi traduzido na seguinte tabela:

Tabela 1 - *Tabela Tipológica*.

(Utilizada na classificação de fragmentos segundo a *Categoria*, a *Forma*, e a *Variante*)

Tabela Tipológica				
Categoria	Forma		Variante	
1. Abertas	1.	Prato (Prato Grande, Pratel)	1.	BH – Bordo Horizontal
	2.	Prato Covo	2.	BD – Bordo Direito
	3.	Tigela (Taça)	3.	BVI – Bordo Voltado para o Interior
	4.	Bacia	4.	BVE – Bordo Voltado para o Exterior
	5.	Almofariz	5.	BT – Bordo Triangular
	6.	Alguidar	6.	BAM – Bordo Amendoado ou Arredondado
	7.	Funil	7.	BDO – Bordo com Dobra sobre o Ombro
	8.	Frigideira	8.	BB – Bordo Bífido
	9.	Terrina	9.	BCC – Bordo Contracurvado
2. Fechadas	1.	Tacho (Caçarola)	10.	BDA – Bordo Direito com Aba
	2.	Pote/Panela (Púcaro)	11.	BAA – Bordo em Aba Amendoada
	3.	Potinho (Copo, Caneca, Chávena)	12.	BAI – Bordo com Aba Interna
	4.	Jarro	13.	BDC – Bordo com Dobra ou carena
	5.	Bilha (Garrafa)	14.	BTRI – Bocal Trilobado
	6.	Cântaro		
	7.	G. P. Canelado		
	8.	Talha		
3. Ânforas	1.	Africana Grande	1.	Bordos
	2.	Almagro 50		
	3.	Almagro 51a-b		
	4.	Almagro 51c	2.	Fundos
	5.	Beltran 72		
	6.	Dressel 14		
	7.	Dressel 28		
	8.	Lusitana 9		
	9.	QtR. 35		
4. Tampas	1.	BD - Bordo Direito	1.	Perfil Oblíquo
	2.	BT - Bordo Triangular	2.	Perfil Horizontal
	3.	BVI - Bordo Voltado para o Interior		
	4.	BVE - Bordo Voltado para o Exterior		
5. Lucernas	1.	MAN – Manual	1.	Peças Abertas
	2.	MLD – Moldada	2.	Peças Fechadas
	3.	Roda		
6. Moldes	5.1. Moldes de Lucerna		1.	MB - Molde Bloco
			2.	MR - Molde Recortado
7. Suportes	1.	SA - Suporte em Anel	1.	Secção Triangular
	2.	ST - Suporte Tubular	1.	PO - Parede Oblíqua
			2.	PV - Parede Vertical
			3.	PA - Parede Arqueada
8. Pesos	1.	CUR – Curvilíneo	1.	1. Discóide
	2.	ANG - Angulares	2.	2. Bobine
			3.	3. Quadrante
9. Cerâmica Figurativa	1.	Antropomorfo	1.	Manual
	2.	Zoomorfo		
	3.	Fitomorfo	2.	Molde
10. Cerâmica Arquitectónica	1.	Tijolo	1.	Angulares
	2.	Telha	2.	Curvilíneos
	3.	Revestimento	1.	Placa
	4.	Elementos de Canalização	2.	Meia-cana
			1.	Azulejo
			1.	Tubular cilíndrico

As formas presentes na olaria romana da Quinta do Rouxinol.

As ânforas estão presentes mas não foram contempladas neste estudo.

Esta tabela é lida da esquerda para a direita de acordo com os três níveis representados (*Categoria*, *Forma*, e *Variante*). Deste modo, se por exemplo, estivermos perante a designação 1.1.4 sabemos que nos referimos a uma forma aberta, que é um prato, com o bordo voltado para o exterior.

O quarto e o quinto nível de classificação, a sub-variante, não estão explícitos nesta tabela visto que correspondem a especificidades que não podem ser generalizadas, e por isso devem ser identificadas, em cada estudo, caso a caso.

A construção desta tabela é da responsabilidade do Serviço de Arqueologia do EMS, particularmente no âmbito do trabalho de Mestrado em Arqueologia anteriormente referido⁷⁸. O seu objectivo, para além da utilidade nos estudos referentes à cerâmica da Quinta do Rouxinol, é conferir alguma normalização às terminologias e classificações utilizadas nos estudos de cerâmica arqueológica de forma genérica. Deste modo foi elaborada com base em designações amplamente utilizadas no panorama arqueológico e que se incluem no documento de classificação elaborado e utilizado no EMS (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007 - [em permanente actualização], p. 29-54), e foi construída de modo a poder-se expandir caso se identifiquem categorias, formas, ou variantes, até então desconhecidas, como de resto aconteceu no decurso do trabalho de triagem e classificação em apreço.

Todos os dados recolhidos na análise do conjunto de fragmentos seleccionados foram inseridos em folhas de cálculo informatizadas em Excel. Num primeiro ficheiro, referente a dados de carácter morfológico, foram inseridos os dados do contexto arqueológico, os dados de fabrico e grupo tipológico, e por fim os dados que caracterizam particularidades nas diversas formas (tipo de asa, existência de sulcos no bordo, defeitos de cozedura, presença de vestígios de uso, existência de decoração ou grafito, etc...). Este ficheiro constituído por tabelas⁷⁹ onde se registaram as informações orientadas pelo contexto de recolha dos objectos, teve por referência ficheiros já existentes utilizados na classificação de materiais anfóricos no EMS, mas foi substancialmente alterado, com base nos descritores incluídos no manual de trabalho interno anteriormente referido - *“Elementos de Apoio à Classificação e Documentação de Coleções Cerâmicas”* (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007 - [em permanente actualização]). Num segundo ficheiro⁸⁰ introduziram-se as medições de diâmetro das peças, de acordo com a sua forma, mantendo em comum com a primeira

⁷⁸ Contribuímos também com o Serviço de Arqueologia na construção e definição desta tabela que se assume agora como instrumento vital de trabalho.

⁷⁹ Anexo III, 1.

⁸⁰ Anexo III, 2.

folha as informações de contexto arqueológico enquanto meio de identificação dos objectos. Acreditamos que esta metodologia facilitará futuras contabilizações e tratamentos estatísticos.

A par da análise morfológica realizou-se também a análise dos fabricos e matrizes cerâmicas com o objectivo de determinar uma eventual relação entre estes e a morfologia dos objectos que permitisse inferir considerações acerca da sua funcionalidade.

No que concerne os fabricos e matrizes cerâmicas, foi desenvolvida no âmbito do trabalho de Mestrado já referido, uma ficha em *Filemaker* específica para este tipo de análise⁸¹. Foi atribuído um código alfanumérico de dois a três dígitos aos grupos petrográficos⁸². Nesse sentido foram individualizadas desde as pastas mais grosseiras e as técnicas de conformação mais simples, até pastas mais finas e técnicas mais complexas (SANTOS, 2011)⁸³ num total de sete grupos técnicos de fabricos distintos.

No caso da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, a questão da relação entre os dados técnicos de fabrico e os dados morfológicos complica-se, e os resultados obrigam-nos a muitas cautelas neste tipo de relações. No que concerne ao fabrico mais comum no universo analisado (Grupo C de Cézer Santos (SANTOS, 2011)) não existe, à partida, uma relação entre o grupo técnico e a função. No entanto, quando comparados os principais grupos de fabrico, verifica-se que existe uma distinção entre os fabricos com características de ir à mesa, e os que não o sejam. Podemos assim dizer que os fabricos de carácter mais fino (Grupo D de Cézer Santos (SANTOS, 2011)) se destinavam essencialmente à loiça de mesa, ainda que apareçam residualmente em formas cuja funcionalidade se associa à preparação de alimentos ou a armazenamento de líquidos (por exemplo tachos e panelas, ou cântaros). Mas não podemos dizer com segurança que outros tipos de fabricos se destinem exclusivamente a outras funcionalidades.

A metodologia de análise descrita, que incluiu a análise morfológica, a análise de grupos de fabrico e matrizes cerâmicas, e a definição e distribuição dos fragmentos estudados por tipologias e respectivas variantes e sub-variantes tipológicas, estruturou e agilizou o trabalho de registo de inventário que se realizou no âmbito do presente estudo.

⁸¹ Anexo IV, 1.

⁸² “Os fabricos e matrizes cerâmicas foram observados com recurso a lupa de bolso de 20X e lupa-binocular de 45X. Desenvolveu-se uma ficha específica para este tipo de análise, tendo como base modelos pré-existent e com o apoio de manuais de ceramologia.” (SANTOS, 2011, p. 32)

⁸³ Anexo IV, 2.

4.2. UNIVERSO DE TRABALHO

O presente estudo partiu do mesmo universo de objectos que a dissertação de Mestrado já referida (SANTOS, 2011).

O total de 9585 fragmentos de bordos distribuíram-se então pelas diversas formas, variantes e sub-variantes anteriormente definidas.

Tabela 2 - Distribuição do nº de fragmentos por Formas

	Nº de Fragmentos	Frequência Relativa (%)
Prato	1502	15,67%
Prato Covo	519	5,41%
Tigela	665	6,94%
Bacia	77	0,80%
Almofariz	273	2,85%
Alguidar	507	5,29%
Funil	1	0,01%
Tacho	1984	20,70%
Pote/Panela	2116	22,08%
Potinho	585	6,10%
Jarro	281	2,93%
Bilha	324	3,38%
Cântaro	73	0,76%
Grande Pote Canelado	41	0,43%
Talha	27	0,28%
Tampa	262	2,73%
Lucerna	6	0,06%
Molde	3	0,03%
Suporte	328	3,42%
Peso	11	0,11%
Total	9585	100%

Gráfico 1 - Distribuição de fragmentos por Formas

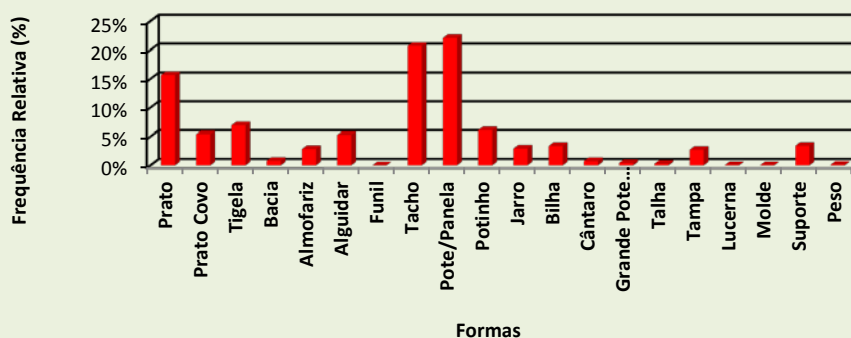


Tabela 3 - Relação entre Formas e nº de Sub-variantes Tipológicas

	Nº de Sub-variantes Tipológicas
Prato	9
Prato Covo	4
Tigela	13
Bacia	5
Almofariz	3
Alguidar	9
Funil	1
Tacho	5
Pote/Panela	8
Potinho	8
Jarro	4
Bilha	11
Cântaro	3
Grande Pote Canelado	3
Talha	5
Tampa	6
Lucerna	3
Molde	2
Suporte	7
Peso	4
Total	113

A subdivisão em variantes encontra-se em anexo⁸⁴ e permite-nos perceber a grande diversidade de variantes tipológicas presentes no espólio em estudo.

A cada uma destas tipologias acrescenta-se ainda um grupo denominado “*Indeterminadas*” que corresponde a fragmentos de bordos cujas dimensões ou características morfológicas não permitem determinar variantes ou sub-variantes, num total de 1925 fragmentos (cerca de 20% do total de fragmentos com forma atribuída).

Depois desta triagem foi seleccionado um conjunto de fragmentos para serem inventariados mediante critérios que serão mais tarde, no decurso do presente relatório, abordados. Do conjunto de peças seleccionadas para inventário, foi ainda constituído um segundo grupo, mais reduzido, que serviu de objecto de estudo no presente trabalho. Este

⁸⁴ Anexo V

grupo, seleccionado em conjunto com o autor da dissertação de Mestrado anteriormente referida, incluía os fragmentos mais representativos (pela percentagem de objecto conservado) de cada sub-variante tipológica, e ainda todos os objectos com decoração, inscrições, ou grafitos. A este grupo acrescentaram-se ainda os objectos que já se encontravam inventariados na base de dados *Filemaker*, fruto de trabalhos de investigação anteriores, formando um total de 271 objectos.

A colecção em estudo é então constituída por 271 fragmentos de cerâmica comum local, maioritariamente bordos e fundos, alguns elementos de cerâmica arquitectónica, e cerâmica figurativa, distribuídos pelas seguintes formas:

Tabela 4 – Distribuição da colecção por formas

Forma	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Prato	23	8,49%
Prato Covo	9	3,32%
Tigela	48	17,71%
Bacia	7	2,58%
Almofariz	6	2,21%
Alguidar	18	6,64%
Funil	3	1,11%
Tacho	11	4,06%
Pote/Panela	18	6,64%
Potinho	14	5,17%
Jarro	11	4,06%
Bilha	25	9,23%
Cântaro	4	1,48%
Grd. Pote Canelado	9	3,32%
Talha	10	3,69%
Tampa	7	2,58%
Lucerna	5	1,85%
Molde	3	1,11%
Suporte	27	9,96%
Peso	9	3,32%
Cerâmica Figurativa	1	0,37%
Cerâmica Arquitectónica	3	1,11%

É a partir deste conjunto de objectos de cerâmica comum do sítio arqueológico da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol que nos propomos, mediante um exercício de inventário, desenvolver algumas questões inerentes à documentação e ao inventário de colecções de arqueologia em contexto museal.

5. O SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO EMS

No Ecomuseu Municipal do Seixal, as funções de documentação e inventário são asseguradas por um Sistema de Documentação e Informação. Quer isto dizer que esta instituição museológica possui e aplica já uma noção de documentação e inventário museológico integrada na noção de sistema de informação, transversal aos vários serviços e campos temáticos que abrange.

Abordámos já no Capítulo III (*Caracterização da Instituição*) do presente trabalho, a estrutura territorialmente descentralizada do EMS, que em conjunto com a sua missão, se traduz na diversidade de acervo gerido, na consequente multiplicidade de campos temáticos, e na postura interdisciplinar com que idealiza e realiza os seus projectos. Esta realidade suporta-se num modelo sistémico de gestão integrada de recursos e serviços, cujo funcionamento se baseia na circulação e na partilha de informação. De facto, todos estes elementos reflectem-se nas diversas funções museológicas cumpridas pelo EMS, e necessitam de um sistema de tratamento e gestão da documentação polivalente e transversal (FILIPE, 2005).

O sistema de documentação e informação actualmente utilizado e gerido pelo EMS passou por um processo de implementação que acompanhou a história da própria instituição, mas também dos sistemas de documentação e inventário no contexto museológico português e internacional.

Ainda antes da institucionalização do *Museu Municipal do Seixal* (que se passaria a denominar Ecomuseu Municipal do Seixal em 1983), já a entidade de tutela (a Câmara Municipal do Seixal) manifestava alguma preocupação pela documentação e inventário em âmbito museológico, cometendo à *Área de Museografia* as tarefas de “*catalogação e classificação das espécies*” (Câmara Municipal do Seixal, 1982, Artigo 5º, nº 2, alínea c).

Em 1981, realizam-se assim os primeiros registos de objectos existentes em arquivo (FILIPE, 2000, p. 99), seguindo os princípios e os instrumentos documentais recomendados pelo ICOM, implementados pelo *Departamento da Cultura da Generalitat da Catalunya*, e descritos por Luis Caballero Zoreda numa publicação intitulada “*A propósito del «Sistema de Documentacion para Museos»*” (CABALLERO ZOREDADA, 1983). Realizavam-se em formulário tipo: as folhas de registo constituíam um livro de formulários, em duplicado, e destacáveis, de modo a que a folha de preenchimento original se destinasse a circulação

ou à entidade de origem do objecto, e a cópia se destinasse aos serviços do EMS. Os formulários identificavam a Câmara Municipal do Seixal – Serviços de Dinamização e Planeamento Cultural – Património Histórico-cultural, e indicavam também a origem do objecto através da freguesia e do proprietário.

Segundo Graça Filipe (FILIPE, 2000), entre 1981 e 1983 os registos de entrada continuam a ser feitos no mesmo tipo de formulários, e a informação sobre os objectos é normalmente muito sumária, havendo até indicação, em alguns casos, que os mesmos não correspondiam à data de recolha ou de ingresso no museu. Algumas doações, pela sua importância, ficaram registadas em acta das sessões administrativas da Câmara Municipal do Seixal, como é o caso da oferta de dois barcos, em 1982, pela Associação Náutica do Seixal. Destaca-se a documentação dos objectos em fotografia, função atribuída a um elemento da equipa técnica do museu, em acumulação com outros trabalhos museográficos, e dos objectos recolhidos em estaleiros navais, nos quais se nota um maior cuidado no campo de descrição, mantendo-se ainda insuficiente a restante informação.

Ainda na década de 80, as primeiras escavações arqueológicas promovidas pelo museu despertam necessidades de resposta a um novo trabalho de incorporação e tratamento do espólio. No final desta década, a documentação, começa a ser encarada numa perspectiva de alargamento do trabalho museológico em duas frentes: por um lado a História local, competindo à instituição museológica a recolha e o tratamento de informação relativa à história do concelho; e por outro o Arquivo Histórico Municipal, competindo-lhe a sua organização e investigação.

Em 1991 o Ecomuseu Municipal do Seixal elaborou e seguiu um plano de inventário retrospectivo do acervo móvel. Esta actividade levou à reformulação e à normalização de critérios de documentação e de inventário, e à criação de bases de dados informatizadas, desenvolvidas internamente, em suporte *FileMaker Pro*: a base de dados de inventário geral, e as bases de dados de inventário e estudo de colecções arqueológicas. Delinearam-se novos projectos de trabalho para o património edificado, particularmente para o Núcleo Urbano Antigo do Seixal, e para o inventário do património proto-industrial e industrial. À data, estava já em fase de reflexão e estudo a criação de um sistema integrado de documentação para o EMS. A introdução do *software FileMaker Pro* permitiu a criação de várias bases de dados adaptadas a objectivos específicos de documentação e/ou de investigação, que mantêm, no entanto, pouca relação entre si.

Entre 1993 e 1995, procedeu-se à articulação entre a função de conservação e a de difusão, estabelecendo-se o eixo de organização das actividades e de estruturação dos

serviços aos quais foram atribuídos níveis diferenciados de gestão: os trabalhos de preservação nas áreas da incorporação, conservação, e “*procedimentos mínimos de documentação do acervo museológico*” (FILIPE, 2000, p. 231), concentraram-se numa mesma equipa de trabalho. Simultaneamente, o Centro de Documentação (CD), em conjunto com o serviço de museografia, mantêm-se numa área de interligação entre estas duas áreas funcionais – a conservação e a difusão. A transferência orgânica do Arquivo Municipal, e a sua saída física do museu, motivou uma nova reflexão acerca das atribuições do CD. No entanto, a insuficiência de recursos travou o salto qualitativo desejado como “*verdadeiro serviço de documentação do museu*” (FILIPE, 2000, p. 235). Nesse sentido, a perspectiva de gestão do CD aproximava-se bastante da do Serviço Educativo, visto que lhe cabia “*uma vertente essencial de resposta às necessidades e solicitações de um importante sector dos utilizadores do Ecomuseu*” (FILIPE, 2000, p. 231), constituído pelos públicos escolares dos vários graus de ensino (e dentro destes com especial relevância os públicos universitários), e pelos utilizadores particularmente interessados em informações históricas ou representações iconográficas locais, ou ainda numa simples orientação bibliográfica. Na primeira metade da década de 90 o Centro de Documentação do EMS constitui-se assim como um interface entre as áreas funcionais de investigação, preservação e difusão.

No período decorrido entre 1995 e 1998 assiste-se a uma reestruturação dos serviços do EMS, com particular destaque para a constituição do Serviço de Inventário e Estudo do Património Industrial, e para a reformulação do CD, a partir de então denominado Centro de Documentação e Informação (CDI). Neste período ganham também especial relevância os acervos arqueológicos, que motivam repercussões quer no serviço de conservação, quer no reformulado Centro de Documentação e Informação, quer ainda na programação de reservas que se pretendiam reinstalar convenientemente na nova sede do Ecomuseu.

A reformulação do Centro de Documentação e Informação perspectiva um sistema de documentação onde se incluem procedimentos, normas e métodos usados na planificação, incorporação, e tratamento da documentação, tendo por objectivo a organização e a gestão da informação utilizada dentro da instituição e difundida junto dos públicos ou grupos de utilizadores do museu. Nesse sentido, a documentação divide-se em três grandes grupos: o acervo museológico propriamente dito, repartido entre as reservas e as exposições; a documentação científica relativa às disciplinas de base do museu; e os documentos associados ou produzidos no âmbito do funcionamento da instituição. (FILIPE, 2000).

As reformulações internas de que foi alvo o EMS nos últimos anos da década de 90, fizeram sobressair a indispensabilidade de uma gestão integrada de informação, capaz de corresponder ao modelo de gestão desenvolvido, e simultaneamente, às crescentes solicitações externas. Concorreram ainda para este reconhecimento a diversificação acentuada de acervo, as crescentes exigências dos projectos de estudo e investigação (nomeadamente nas áreas de Arqueologia e do Património Industrial), o consequente volume de informação gerada, e finalmente, a organização e qualificação do CDI. Reconhecendo-se que o sistema assente no programa *FileMakerPro* se mostrava insuficiente, intensifica-se o processo de identificação de necessidades e pesquisa de mercado para um novo sistema de gestão da informação.

Os critérios definidos para a escolha do novo *software* foram: a capacidade de adaptação à diversidade das colecções do Ecomuseu; a capacidade de integração do inventário de acervo com vários níveis de documentação; o respeito pelas normas nacionais e internacionais, no campo da museologia, da biblioteconomia, e da arquivística; a utilização de uma arquitectura aberta, e de linguagem de programação actualizada, com perspectivas de desenvolvimento futuro e compatível com outras soluções informáticas; a adequação ao funcionamento multiposto e em rede; e a facilidade de importação, exportação, e divulgação da informação (RAPOSO, J., 2011).

Em 2002, após a pesquisa de mercado, e face à inexistência de produtos nacionais que correspondessem aos requisitos enunciados pelo EMS, optou-se pelo *software Mobydoc*, na altura circunscrito às bases de dados *Micromusée* (para o acervo móvel) e *Mobytext* (para fundos documentais). Estas aplicações garantiam a capacidade de integração de colecções diversificadas; a capacidade de inter-relacionamento de bases adaptadas a fundos diferentes; facilidade de importação e exportação de dados; níveis de segurança adequados; ambiente amigável para o utilizador; possibilidade de progressiva digitalização do acervo; e a documentação de património não gerido. (RAPOSO, J., 2011)

Simultaneamente, criou-se um grupo de trabalho - transversal aos vários serviços museológicos e coordenado pela direcção técnica do EMS - para o *Sistema de Documentação e Inventário* responsável pelo estudo e adaptação às estruturas das bases de dados existentes, a criação de tabelas e listas hierarquizadas de termos, a criação e/ou a adopção de *thesauri* específicos, a conversão de dados e testes de funcionalidades, e a definição de normas e procedimentos de utilização das bases de dados, pela elaboração de um *Manual de Ajuda ao Utilizador* (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007) baseado no *Manual Micromusée*, versão 5, de 1999 (FILIPE, 2005).

Em 2004 e 2007, respectivamente, introduziram-se as bases *Photo* (para registos fotográficos) e *Archi* (para inventário de bens imóveis, conjuntos, e sítios que integram a Carta do Património do Seixal).

Em 2007, o sistema de informação do EMS conhece mais um salto qualitativo, através do relacionamento de todas as bases (*Micromusée*, *Mobytext*, *Photo*, e *Archi*) num sistema de gestão integrado – o *Mobydoc MUM*. Este sistema integrado de informação abrange a gestão documental, a gestão de imagem, o acervo móvel, e o património imóvel, e permite a partilha de *thesauri*, ficheiros e tabelas, pesquisas cruzadas, e a relação entre registos de natureza diversa. No mesmo ano iniciou-se ainda a implementação da ferramenta *OPAC WEB* (fornecido também pela *MobyDoc*) para a divulgação *on line* da informação sobre o património inventariado pelo EMS.

Actualmente, o sistema de documentação do EMS integra quatro vertentes: os objectos que gere e/ou acolhe no seu acervo, os dados que resultam do seu registo, a documentação inerente ao estudo e interpretação do acervo bem como dos respectivos contextos, e ainda a sua comunicação. O sistema de informação baseia-se também na activação das funções museológicas e está em consonância com a missão institucional⁸⁵.

No EMS, a investigação é a actividade de base que estrutura as restantes funções museológicas (FILIPE, 2005). A política de incorporação, bem como a definição do estatuto do objecto museológico, e o sistema de documentação, são orientadas pela Investigação. De facto, no decurso do nosso trabalho de estágio pudemos comprovar esta realidade. A reflexão acerca do sistema de documentação e inventário dos objectos de cerâmica comum, bem como o trabalho de selecção de objectos a incorporar na base de dados institucional que nos propusemos para o nosso trabalho de estágio, surgiu do projecto de investigação sobre os objectos de cerâmica comum da Quinta do Rouxinol, vertido na dissertação de mestrado de Cézer Santos (SANTOS, 2011).

A incorporação de um objecto no EMS está também intimamente relacionada com o respectivo inventário museológico. De facto, sendo a incorporação “*o processo a partir do qual um bem cultural, uma colecção ou um documento ganha estatuto museológico formal, a partir do momento em que ingressa no EMS*” (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2009a, p. 1), e considerando que a política de incorporação “*integra as normas e procedimentos de entrada e registo de bens, de inventário e de documentação, em vigor no EMS, incluindo a gestão de movimentos – internos e*

⁸⁵ A esse propósito: “*o sistema de documentação do EMS propõe-se abranger, quer metodologias e normas inerentes à aplicação de funções museológicas aos bens geridos e acervo incorporado, quer um tratamento alargado aos outros tipos de documentos incorporados ou produzidos em contexto museal, tendo por referência e unidade de propósito o cumprimento da missão e objectivos programáticos do Ecomuseu e respectivas funções museológicas.*” (FILIPE, 2005, p. 10)

entre o EMS e outras entidades/instituições, por motivos de investigação, conservação ou exposição” (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2009a, p. 1), podemos afirmar que os procedimentos de registo e inventário dos bens culturais determinam a sua incorporação na instituição, e por isso, a sua mudança de estatuto para objecto museológico. Cabe ainda explicitar que no EMS, em momento prévio ao inventário de bens móveis, procede-se ao *Registo de Entrada* dos objectos, em suporte papel. Em casos excepcionais, como frequentemente representam os objectos de cerâmica arqueológica, o EMS pratica uma forma de inventário intermédia, em suporte informático. Esta forma de inventário que aparece em fase posterior ao *Registo de Entrada*, antecede o *Inventário Geral*, e está, em regra, associada a um determinado sítio arqueológico, obedece a critérios de estudo e investigação através dos quais se fundamenta a integração de parte do espólio no inventário geral da instituição (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2009a).

Enquanto estrutura descentralizada, com uma área temática diversificada, o EMS descentralizou também a tarefa de inventário dos seus bens culturais. Nesse sentido, as áreas responsáveis pela introdução e validação da informação no sistema informático de base de dados repartem-se fisicamente pelos núcleos da *Quinta da Trindade* e da *Mundet*, e integram os serviços de Arqueologia, Inventário e Estudo do Património Industrial, Património Marítimo, Conservação e Inventário Geral, e Centro de Documentação e Informação, com colaborações pontuais de outros serviços e áreas funcionais.

No que concerne o acervo móvel, a base de dados informática utilizada no EMS, inclui 33 zonas de introdução de dados de natureza diversa: administrativa, documental e técnica⁸⁶. A informação introduzida é “controlada por 29 ficheiros e 110 tabelas predefinidas, atualizáveis e na sua maioria hierarquizáveis” (RAPOSO, J., 2011, p. 6). Esta organização em tabelas e ficheiros, ao reduzir não apenas os campos de introdução de texto livre, mas também a repetição da informação, garante uma maior qualidade e uniformidade na informação introduzida, simplifica a reduz o tempo de alimentação, e diminui a probabilidade de erro humano.

A articulação entre a base de dados *Micromusée* e a base *Photo* permite a visualização de registos fotográficos associados em qualquer introdução ou consulta de dados, completando deste modo o registo escrito.

⁸⁶ As zonas de introdução de dados na base *Micromusée* no EMS são: *Número de Identificação, Designação, Criação, Execução, Utilização/Destino, Recolha, Matéria e Técnica, Medidas, Particularidades, Inscrições/Marcas, Funcionamento/Contexto, Descrição analítica, Indexação, Categoria, Coleção anterior, Estatuto Administrativo, Dados Patrimoniais, Departamento, Direitos de Autor, Valor Estimado, Verificação do Estado, Dados de Conservação, Localização e Movimentos, Reprodução, Fotografia, Bibliografia, Analítico, Exposição, Observações, Imagem digital, Objecto Associado, Catalogação, Informação do Sistema.*

Das potencialidades do sistema *MobyDoc Mum* em uso no EMS, salientamos a possibilidade de duplicação de campos dentro de uma mesma zona, ou até de repetição de zonas inteiras. Esta característica permite não apenas um registo tendencialmente mais completo, como ainda a possibilidade de adequação do discurso do registo de inventário ao perfil de utilizador. Esta ferramenta é particularmente útil no campo de descrição, como explicitaremos mais à frente no presente trabalho.

Destacamos também, de entre outras, a possibilidade de associação de objectos com algum tipo de relação entre si, incluindo objectos não directamente geridos pela instituição (RAPOSO, J., 2011), aumentando assim as potencialidades de contextualização de conhecimento.

Actualmente⁸⁷, o sistema de informação do EMS conta com cerca de cento e trinta mil registos, repartidos entre acervo e registos fotográficos, acervo móvel e imóvel, e fundos documentais.

5.1 O SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO E O SERVIÇO DE ARQUEOLOGIA

Segundo o *Regulamento do Ecomuseu Municipal do Seixal*, cabe ao Serviço de Arqueologia do EMS assegurar

“as atribuições e competências legalmente cometidas à CMS no domínio da Arqueologia, nomeadamente através da coordenação científica ou do acompanhamento de ações de inventário, documentação, investigação, interpretação, conservação, valorização e divulgação do património arqueológico relacionado com o território concelhio. A este serviço compete ainda promover um sistema integrado de informação e gestão do espólio arqueológico recolhido no Concelho, actualizar o inventário de sítios, imóveis ou conjuntos de natureza arqueológica integrados na Carta do Património do Seixal e participar em projectos de qualificação e desenvolvimento de núcleos e extensões do EMS, em particular o núcleo da Quinta do Rouxinol (Olaria Romana) e a extensão da Quinta de S. Pedro (Necrópole Medieval-Moderna).” (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2009b, p. 22, Capítulo V, Artigo 29º)

⁸⁷ Dados relativos a 31 de Janeiro de 2012

Quer isto dizer que compete ao Serviço de Arqueologia, para além das actividades de investigação de campo (preventiva ou de salvamento), e do tratamento, conservação, estudo e inventário de materiais arqueológicos (exumados por escavação, em trabalhos de prospecção, doados ao museu, etc), realizar acções de educação e informação (através de exposições, edições, acções de formação, etc) para públicos diversos. Todas estas actividades resultam, evidentemente, em grandes massas documentais que devem ser registadas na base de dados institucional, através da qual serão geridas, para se retirar o máximo potencial museológico ou museográfico.

O inventário no âmbito do Serviço de Arqueologia apresenta assim algumas especificidades, para além das que caracterizam a instituição museológica como um todo. Algumas decorrem da própria natureza das colecções e outras decorrerão do processo de documentação e inventário adoptado pelo EMS para este tipo de materiais.

De facto, como mencionámos já no decurso do presente trabalho⁸⁸, os objectos arqueológicos, particularmente os de cerâmica arqueológica, apresentam especificidades que os distinguem de outro tipo de objectos, e que devem ser considerados no momento de inventário. Este tipo de objectos constituem, antes de mais, documentos históricos, e por isso necessitam da explicitação dos contextos que as envolvem para atingirem a totalidade do seu potencial informativo e museográfico. Por outro lado, o facto de constituírem maioritariamente objectos de uso quotidiano retira-lhes a unicidade comum nos objectos museológicos, pelo que a sua descrição estará frequentemente mais relacionada com aspectos técnicos e/ou morfológicos, do que com aspectos estéticos ou artísticos. Ressalta ainda o facto de a maioria destes objectos se apresentarem sob forma fragmentária, e em enormes quantidades, o que inviabiliza o inventário da totalidade de objectos, e obriga a um processo de estudo, investigação, conservação, documentação e triagem, a partir do qual alguns serão alvo preferencial de investigação científica e, no todo ou em parte, sofrerão uma metamorfose conceptual do *caco* ao objecto museológico. Acresce ainda a problemática de indefinição de alguns conceitos inerentes à denominação dos objectos de cerâmica arqueológica.

A estas especificidades, deve juntar-se o sistema utilizado no Ecomuseu Municipal do Seixal para a documentação e inventário de objectos arqueológicos. Nesta instituição, o inventário em Arqueologia obedece a duas fases. Em primeiro lugar, são isolados os “*cacos*” indiferenciados (sem contexto de recolha relevante e/ou informação formal ou tecnológica

⁸⁸ Ver *Capítulo II – A Documentação e o Inventário em contexto museal*

relevante). Estes objectos são, ainda assim, contabilizados e registados em folhas de cálculo em suporte Excel, acondicionados e colocados em reserva. Os restantes são inseridos em inventário específico de sítio arqueológico, em suporte *FileMakerPro*, e acondicionados em reserva de modo diferenciado. Numa segunda fase, é seleccionado um grupo mais restrito de objectos que integra a base de dados *Micromusée*, utilizada pela instituição para o inventário geral do seu acervo móvel.

Esta opção metodológica encerra variadas motivações. Por um lado, a base de dados *Micromusée*, como todas as outras genericamente preparadas para a gestão de acervo móvel indiferenciado, não permite incluir informações mais específicas, de carácter iminentemente científico, imprescindíveis à investigação e aos trabalhos arqueológicos (sobretudo porque determinado tipo de informação, a ser introduzida no sistema de inventário geral, poderia pôr em causa os processos de normalização, e tornaria a ficha de registo praticamente ilegível a todos os que não tivessem formação específica em arqueologia). As bases de dados em suporte informático *FileMakerPro*, porque facilitam uma maior adaptabilidade de forma e conteúdos, e porque se destinam, quase exclusivamente, ao Serviço de Arqueologia, apresentam-se como a solução que no imediato melhor satisfaz estas necessidades.

Por outro lado, mesmo depois de realizada a separação dos objectos que encerram potencial informativo/científico para a prossecução das funções de estudo e investigação, de interpretação, de educação, e de comunicação, mantém-se um problema basilar na documentação e inventário de materiais arqueológicos, que é o da natureza e da enorme quantidade de objectos. De facto, esta instituição não possui recursos (financeiros, técnicos, ou humanos) para realizar o inventário e documentação conveniente, de todas as peças, na base de dados *Micromusée*. Deste modo, opta por realizar um registo mais rápido e expedito dos materiais menos relevantes, em *Excel*, e manter a documentação e inventário dos restantes, intimamente ligada à investigação, em bases de dados (*FileMakerPro*) criadas, adaptadas e alimentadas pelo Serviço de Arqueologia, com os níveis de complexidade e de exigência técnica requeridos pelo estudo de cada colecção. Destes, é depois seleccionado um grupo mais restrito, desta vez por critérios estritamente “museológicos” (como o potencial para o cumprimento das funções de interpretação, educação, e comunicação), que será introduzido, pelo Serviço de Arqueologia, num inventário mais generalista (*Micromusée*), com base na metodologia, regras, procedimentos, ficheiros e tabelas técnicas, aplicáveis a todo o acervo da instituição. Esta última forma de inventário visa a consulta geral, interna e

externa, neste último caso logo que se concretize a operacionalização da aplicação *Opac Web*, ou a participação institucional no programa *Europeana*.

Esta situação traz, obviamente, desvantagens que advêm logo do facto do acervo museológico não estar inserido numa única base de dados, e por isso a sua gestão não ser unitária. A consulta dos bens inventariados em suporte *FileMaker* é condicionada ao pessoal interno ao EMS, e ainda assim é feita normalmente pelo Serviço de Arqueologia, pois é preferencialmente a este que se destina a informação nela contida. Também a flexibilidade, de forma e conteúdos que o suporte *FileMaker* proporciona pode ser uma desvantagem, visto que dificulta um controlo da informação, quer ao nível da estrutura, quer ao nível da linguagem. Para além disso, a falta de recursos humanos não permite transitar para suporte *Micromusée* todos os objectos que o justificariam, sendo isso feito em função de disponibilidades nem sempre compatíveis com outros programas ou tarefas em curso.

A solução de inventário em *FileMaker* é assim uma situação de compromisso que permite registar os objectos, as suas movimentações ou acções de conservação e restauro, informações de carácter específico úteis sobretudo ao Serviço de Arqueologia, em momento prévio ao inventário na base de dados institucional. A situação desejável, *num* futuro, seria que a instituição possuísse os recursos necessários (técnicos, humanos, e financeiros) ao inventário e documentação de todos os seus bens de relevância científica na base de dados institucional, satisfazendo as necessidades específicas do Serviço de Arqueologia, sem comprometer a viabilidade de utilização da informação pelos restantes utilizadores, mesmo que isso significasse manter uma base de dados “paralela” em suporte *FileMakerPro* (por exemplo).

O inventário em suporte *FileMaker* assume-se assim como um instrumento de trabalho intermédio entre o que seria desejável (o inventário de todos os bens científicos/ “objectos museológicos”) e o que é possível.

5.2 O SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO E A COLECÇÃO EM ESTUDO

Para a colecção sobre a qual nos propusemos trabalhar durante a componente não-lectiva do Mestrado em Museologia em que nos enquadrámos, adoptámos o sistema de informação que temos vindo a descrever no presente capítulo.

5.2.1 METODOLOGIA DE INVENTÁRIO

O inventário de todos os fragmentos cerâmicos exumados na Quinta do Rouxinol é injustificado visto que, pelo seu carácter fragmentário, a maioria não encerra potencial informativo/científico, ou comunicativo em termos museais. Para além de pouco pertinente, a realizar-se este tipo de trabalho, traduzir-se-ia numa tarefa hercúlea que implicaria recursos humanos e financeiros indisponíveis quer nesta instituição, quer na maioria das instituições museológicas portuguesas com colecções de arqueologia sob sua responsabilidade. De facto, as colecções de arqueologia quer pela quantidade de objectos que incluem, quer pela natureza fragmentária desses mesmos objectos, quer ainda pelo seu carácter documental mais do que estético ou artístico, afastam-se em grande medida de outros tipos de colecções museológicas como de Arte ou de Ciência e Técnica. Nas colecções de arqueologia, em contexto museológico, temos que assumir a impossibilidade de inventariar tudo.

Deste modo, como nos propõem Luís Raposo⁸⁹, e como de resto é também prática do Ecomuseu Municipal do Seixal, é necessário à partida dissociar objecto arqueológico de objecto museológico, com base em trabalhos de registo preliminares, conservação e restauro, documentação, investigação e triagem, como se verificou na colecção em apreço. É com base nestes trabalhos que alguns objectos sofrerão a metamorfose conceptual abordada no *Capítulo II* do presente trabalho.

Nesse sentido, no âmbito de presente trabalho, a par com a triagem e o estudo anteriormente referidos, foram definidos critérios que permitiram seleccionar um grupo significativo de peças a inventariar. De acordo com a solução de inventário em duplo suporte que a instituição adopta, optámos também por criar um conjunto de normas que permitissem separar os objectos de inventário em *FileMaker* – ou inventário eminentemente arqueológico – dos que serão introduzidos na base de dados *Micromusée* – sendo por isso objecto de um inventário eminentemente museológico.

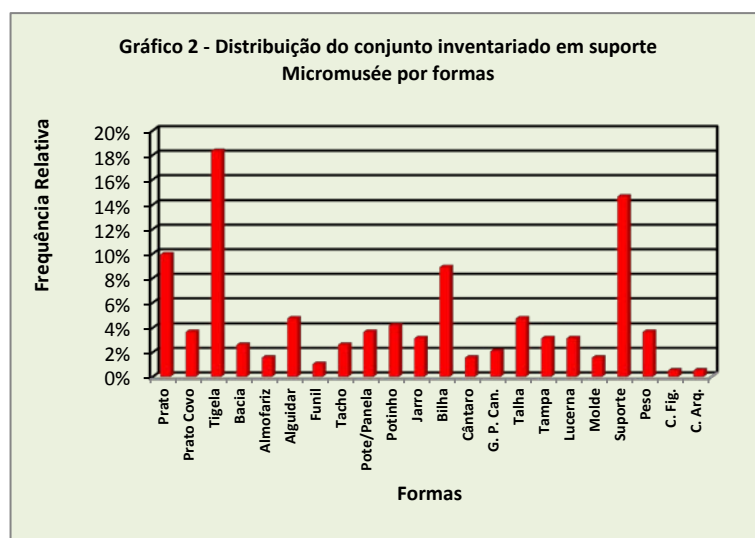
Com base nos critérios acima referidos realizou-se então, no âmbito do estágio que deu origem ao presente relatório, o inventário de um conjunto de objectos, e o seu registo e introdução na base de dados institucional. Os restantes mantêm-se apenas inventariados em suporte *FileMaker* mas desejamos que num futuro, preferencialmente próximo, possam

⁸⁹ Aula de Seminário em Programação Museológica do Mestrado em Museologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa no dia 03 de Dezembro de 2010

também ser introduzidos em *Micromusée*. A seguir apresenta-se uma relação entre o conjunto inventariado na base de dados institucional e as respectivas formas.

Tabela 5 - Distribuição do Conjunto Inventariado em suporte *Micromusée* por Formas

Forma	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Prato	19	9,95%
Prato Covo	7	3,66%
Tigela	35	18,32%
Bacia	5	2,62%
Almofariz	3	1,57%
Alguidar	9	4,71%
Funil	2	1,05%
Tacho	5	2,62%
Pote/Panela	7	3,66%
Potinho	8	4,19%
Jarro	6	3,14%
Bilha	17	8,90%
Cântaro	3	1,57%
Grd. Pote Canelado	4	2,09%
Talha	9	4,71%
Tampa	6	3,14%
Lucerna	6	3,14%
Molde	3	1,57%
Suporte	28	14,66%
Peso	7	3,66%
Cerâmica Figurativa	1	0,52%
Cerâmica Arquitectónica	1	0,52%
Total	191	100%



6. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

O enquadramento enunciado nos capítulos anteriores orientou o trabalho de estágio, desenvolvido no Ecomuseu Municipal do Seixal, no âmbito da componente não lectiva do mestrado em Museologia.

O diagnóstico da realidade da instituição, o levantamento de problemáticas relativas quer ao seu Sistema de Documentação e Informação, quer especificamente ao tratamento das colecções de cerâmica arqueológica, conduziram à formulação das hipóteses de resposta que a seguir se enunciam. Para os problemas que nos surgiram procurámos uma abordagem global, que por um lado tivesse em atenção as necessidades institucionais, e que por outro pudesse ser abrangente o suficiente para ser utilizada noutros contextos, noutras instituições.

6.1. DEFINIÇÃO DE TERMINOLOGIAS

No capítulo *A Documentação e o Inventário em Contexto Museal: algumas considerações* salientámos a importância fundamental da normalização de terminologias e procedimentos na prossecução dos objectivos de documentação e inventário museológico. Deste modo, procurámos ao longo do trabalho de estágio contribuir para essa mesma normalização no que concerne a documentação e inventário das cerâmicas comuns locais da Quinta do Rouxinol, no Ecomuseu Municipal do Seixal.

Numa fase inicial de estágio, acompanhámos e colaborámos com os trabalhos de selecção e triagem de materiais, no âmbito de uma dissertação de mestrado, sobre as cerâmicas comuns locais da Quinta do Rouxinol (SANTOS, 2011).

Nesse sentido, foi elaborada uma metodologia classificatória de fragmentos de cerâmica comum (SANTOS, 2011). Esta metodologia deu origem a uma *Tabela Tipológica*⁹⁰, elaborada interdisciplinarmente, e que prossegue os objectivos de normalização metodológica, estruturando não apenas trabalhos futuros no seio do EMS, mas também eventuais trabalhos externos.

Paralelamente, ainda num trabalho conjunto com a dissertação acima mencionada, foram revistas e ampliadas as terminologias a incluir na *Tabela Tipológica*, e que estavam já contempladas no manual de trabalho “*Elementos de apoio à classificação e documentação de colecções*

⁹⁰ Tabela 1 Capítulo IV.

de cerâmica” (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007 - [em permanente actualização])⁹¹. Esta definição terminológica conduziu à normalização da informação introduzida no campo *Denominação* no inventário posteriormente realizado.

6.2. DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE INVENTÁRIO

Depois de criteriosamente analisados, estudados, e triados os objectos que fariam parte do estudo realizado no âmbito da dissertação já referida, e tendo em mente as problemáticas inerentes ao inventário de materiais cerâmicos arqueológicos, procedeu-se à selecção de peças para inventário.

Tendo em conta o sistema de inventário do EMS em duas vertentes – *FileMakerPro* e *Micromusée* – era fundamental a definição de normas que orientassem os procedimentos de selecção de objectos para ambos.

As normas que presidiram a esta escolha foram seleccionadas com base num levantamento dos critérios utilizados no EMS, e em outras instituições, conforme a bibliografia publicada (CRUZ e CORREIA, 2007; MATOS, 2007a; RAPOSO, L. MARTINS e CORREIA, 2000), bem como em trabalhos de investigação arqueológica (BALFET FAUVET-BERTHELOT e MONZON, 2000; BALFET FAUVET-BÉRTHELOT e MONZON, 1992). De facto, é nosso objectivo contribuir para a normalização de práticas no seio desta instituição, e se possível para a discussão da normalização destes critérios no panorama nacional.

Considerando o inventário em *FileMakerPro*, no EMS, como o momento mais abrangente de inventário, foram definidos os seguintes critérios:

- **Peça completa:** o número de peças completas de cerâmica comum em contexto de escavação arqueológica, quer por recolha directa, quer por reconstituição após “*puzzle*” em laboratório, é por norma muito reduzido, pelo que sempre que se verifique este critério a peça deverá ser inventariada, independentemente de critérios estéticos ou de outra ordem.
- **Fragmento de perfil completo:** entende-se por fragmento de perfil completo os que apresentem uma secção conservada desde o bordo até ao fundo. Este tipo de fragmento, para além de permitir reconstituições do objecto mais fiáveis, permite também obter dados importantes quanto à sua tipologia e dimensões.

⁹¹ Anexo VI

- **Fragmento com 50% ou mais de diâmetro de bordo ou fundo conservado, e/ou Asa completa:** este tipo de fragmentos permite a contabilização mais fiável de EEP (Estimativa de Equivalente de Peça)⁹² e a obtenção de dados mais seguros no tratamento estatístico.
- **Fragmentos representativos de contexto e/ou tipologias/formas:** no decorrer dos trabalhos de investigação deverá ser seleccionado pelo menos um fragmento representativo de cada contexto estratigráfico, independentemente da metodologia utilizada durante os trabalhos de escavação, bem como de cada Categoria, Forma, Variante, ou Sub-variante tipológica.
- **Fragmentos com potencial datante:** os fragmentos que permitam atribuir cronologias mais precisas a determinado contexto (como por exemplo as *sigillatas*), devem ser sempre inventariados.
- **Fragmentos com marcas decorativas ou inscrições/grafitos:** os fragmentos decorados ou que apresentem inscrições ou grafitos devem ser sempre inventariados quer pelo potencial informativo que o estudo das técnicas e motivos decorativos/inscrição/grafito pode potenciar, quer pelo seu carácter excepcional, quer ainda pelo carácter estético.
- **Fragmentos com particularidades que o transformam em excepção:** sempre que o objecto apresente particularidades únicas no seio de determinada colecção, ou até da instituição museológica referente, ou ainda no panorama arqueológico nacional/internacional, deve ser inventariado. Aqui se incluem, entre outras, as peças reproduzidas em publicações.
- **Fragmentos que sejam objecto de intervenções de conservação e/ou restauro:** os fragmentos sujeitos a intervenções deste tipo devem ser inventariados como forma de assegurar o registo das transformações que neles ocorrem durante a sua “vida” na instituição museológica, independentemente da existência de fichas de laboratório que registam os pormenores técnicos da intervenção.

⁹² EEP, ou Estimativa Equivalente de Peça, trata os fragmentos de cerâmica não individualmente mas em termos de representatividade face a uma peça (ou parte dela) completa. Permite conhecer o número mínimo de objectos que podem estar representados num determinado conjunto de fragmentos (por exemplo se possuímos um fragmento com 50% ou mais de diâmetro de bordo conservado, será contabilizado como uma unidade, mas se tiver apenas entre 25% e 50% do diâmetro de bordo então será contabilizado como 0,5 de uma unidade, se tiver entre 10% e 25% como 0,25, entre 5% e 10% como 0,1, e menos de 5% como 0,05). (SANTOS, 2011)

Estes critérios não pretendem, de forma alguma, ser exclusivos, pelo que cabe à instituição avaliar a pertinência de inventário de objectos que não cumpram os acima mencionados. Consideramos, no entanto, que a adopção destes é uma mais-valia, impedindo a proliferação de práticas pouco normalizadas, e portanto de resultados indesejáveis.

Para além destes, no caso do EMS, faz sentido devido à sua metodologia de inventário, definir critérios que seleccionem os objectos cujo inventário deva ser considerado, prioritariamente, também em *Micromusée*. Estes têm como principal objectivo cumprir as funções de educação, comunicação, e interpretação, respeitando também as necessidades de estudo e investigação. Sublinhamos que esta realidade é uma situação de compromisso, e que, idealmente, não seria necessário seleccionar, de entre o conjunto definido, um novo grupo.

Elaborámos assim uma lista de critérios, ordenada por preceitos de prioridade, a seguir na escolha dos objectos:

- **Peça completa:** as peças que se encontrem completas, ou que esteja reconstituída parte significativa da sua forma original, devem constar da base de dados institucional pois são as que, à partida, possuem mais potencial comunicativo, investigacional, expositivo e interpretativo.
- **Fragmentos representativos de contexto e/ou tipologias/formas:** este tipo de objectos deve ser inventariado na base de dados institucional uma vez que constituem, *per si*, fontes documentais de vital importância para a investigação e documentação do contexto de recolha, e das suas eventuais significâncias.
- **Fragmentos com marcas decorativas ou inscrições/grafitos:** este tipo de objectos, para além do potencial informativo que encerram, são valiosos instrumentos de comunicação e exposição.
- **Fragmentos com particularidades que o transformam em excepção:** à semelhança do que atrás se referiu acerca destes objectos no âmbito do inventário em sentido lato, no caso da base de dados institucional, estes objectos devem fazer parte do grupo de inventário prioritário pois as suas características excepcionais conferem-lhes potencial para cumprimento das funções museológicas já referidas – a comunicação, a interpretação, a educação, a investigação, e a documentação.

Aplicámos estes critérios no decurso do nosso trabalho de estágio no EMS, resultando numa selecção de 271 fragmentos a inventariar em *FileMakerPro*, e 191 em *Micromusée*, de um universo de 9585 fragmentos.

Esta definição de critérios permitiu uma optimização de recursos, reduzindo o tempo de selecção e o erro humano, e estruturou o grupo de peças a inventariar, num conjunto coerente que satisfizesse não apenas as necessidades institucionais, como também de eventuais utilizadores externos do sistema de documentação e informação.

Depois de seleccionado o conjunto a inventariar, procedeu-se à introdução de dados em suporte *FileMakerPro* e *Micromusée*.

6.3. ELEMENTOS PARA UMA PROPOSTA DE UNIFORMIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

No decurso do trabalho de inventário, detectámos a necessidade de definição de terminologias, e de estrutura de informação, fundamentalmente, em dois campos: *medições* e *descrição*.

A ausência de uma mesma estrutura de informação nestes campos induzia, muitas vezes, o utilizador em erro face ao potencial informativo da peça. Por outras palavras, a ausência de determinada informação podia significar que o objecto não a permitia obter, ou simplesmente que o inventariante não a tinha contemplado no seu registo. Do mesmo modo, a indefinição de alguns conceitos como *comprimento*, *largura*, e *altura*, tornava a informação confusa, reduzindo a sua utilidade.

Para dar resposta a estas necessidades, elaborámos um manual de apoio cujas considerações fundamentais reproduziremos a seguir, e que apresentamos como proposta – ou *caminho* – para a resolução destas questões: “*Elementos para uma Proposta de uniformização da Informação*”. O principal objectivo deste documento é constituir um contributo para uma maior uniformização da informação a inserir no âmbito de inventário, sobretudo no que se refere à estrutura e organização da mesma. Estamos cientes que este é sempre um trabalho em aberto, idealmente realizado com recurso a uma equipa multidisciplinar, e por isso, este documento, não pode ser entendido de forma rígida, ou dogmática.

6.3.1. “ELEMENTOS PARA UMA PROPOSTA DE UNIFORMIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO” - *CLARIFICAÇÃO DE CONCEITOS*

Antes de mais, pensamos ser indispensável a clarificação de alguns conceitos inerentes aos sistemas de documentação e informação em âmbito museal.

A documentação e o inventário em contexto museológico realizam-se, actualmente e na maioria dos casos, com recurso a ferramentas informáticas, mais concretamente bases de dados.

Genericamente, uma base de dados é um conjunto de informações, organizadas segundo regras específicas, às quais se pode aceder para introduzir, extrair, actualizar, acrescentar, ou eliminar informação. No contexto informático, uma base de dados é um conjunto de dados estruturados, manipuláveis mediante um Sistema de Gestão de Bases de Dados ou *Database Management System* (DBMS)⁹³. Existem diversos tipos de bases de dados informáticas (*Bases de Dados Hierárquicas, Modelo em Rede, Base de dados por objectos, Base de dados Relacional*) que evoluíram historicamente no sentido de uma maior complexidade em termos de estrutura, e de maiores e melhores potencialidades tanto no registo da informação quanto na obtenção de informações distintas – mas relacionáveis – sobre um mesmo registo.

A que melhores soluções oferece, no contexto museológico, é a base de dados relacional. Este tipo de base de dados estrutura a informação em diversos ficheiros que se associam entre si através de campos comuns. Neste caso, um ou mais campos funcionam como *index*, ou seja, chaves – ou *descritores* – que interligam a informação entre os diversos ficheiros, e pelas quais esta é procurada quando necessário. Dito de outra forma, uma chave/descriptor é um campo que permite identificar de forma unívoca os registos/entidades de um ficheiro.

Os elementos fundamentais de uma base de dados relacional são assim os ficheiros: cada um corresponde a uma classe de entidades ou a um relacionamento entre entidades, e é designado por um nome único dentro da base. As bases de dados relacionais possuem uma “chave” comum – *chave primária* – que identifica, de igual modo, em cada base, diferentes tipos de informação sobre os registos individuais. A *chave primária* mais comum é a *referência* ou *número de inventário*. Para que haja uma relação efectiva, este campo terá de se repetir em todas as bases, com a mesma designação e formatação de dados.

⁹³ Um *Sistema de Gestão de Bases de Dados* “é uma aplicação informática que faz a gestão de toda a base de dados” (CARVALHO AZEVEDO e ABREU, 2008, p.39)

Um registo/*entidade* corresponde ao sujeito de informação da base de dados, ou seja, cada um dos elementos acerca dos quais queremos guardar informações. No caso da documentação e inventário em contexto museal, os registos/entidades mais comuns são os *objectos* que pretendemos inventariar.

Os registos/entidades são constituídos por atributos – características de um registo/entidade, ou neste caso particular, as características do objecto a documentar ou inventariar, através de conteúdos a inserir em diferentes campos. Cada registo/*entidade* possui ainda dois tipos de campos/*atributos* associados: o campo/*atributo* *identificador* (também designado *chave primária*) e os campos/*atributos* *descritores* – atributos que não pertencem à chave primária, ou seja, não identificam mas descrevem cada ocorrência da entidade.

Em bases de dados complexas os conjuntos de campos podem ser agrupados em zonas. Por exemplo, a *Base de Dados Micromusée*, utilizada pelo EMS, é constituída por 33 zonas de introdução de dados⁹⁴, alimentadas por 29 ficheiros e 110 tabelas. É através dos ficheiros que se organiza e partilha os dados relativos a “*cronologias, designações, exposições, intervenções realizadas, locais, matérias, palavras-chave, pessoas/colectividades, técnicas, etc.*” (RAPOSO, J., 2011, p. 6). Quanto às tabelas “*sistemizam categorias, coordenadas, condições de degradação, medidas, métodos de recolha, modos de incorporação, etc.*” (RAPOSO, J., 2011, p. 6). Esta organização garante um maior controlo na informação introduzida, e um aumento da fiabilidade através da redução do erro humano, uma vez que diminui os campos de texto livre, e simplifica e abrevia o tempo de alimentação (já que não é necessário repetir informação em registos diferentes).

Utilizaremos futuramente o vocabulário acima descrito quando nos referirmos aos suportes informáticos de inventário, exceptuando-se o termo *descriptor* que utilizaremos mais especificamente para designar as informações que caracterizam determinado objecto em determinado contexto – por exemplo os descritores de dimensão serão o comprimento, a altura, a largura e o diâmetro.

⁹⁴ As 33 zonas são: *Números de identificação, Designação, Criação, Execução, Utilização/Destino, Recolha, Matéria e Técnica, Medidas, Particularidade, Inscrições/Marcas, Funcionamento e contexto, Descrição analítica, Indexação, Categoria, Coleção anterior, Estatuto Administrativo, Dados Patrimoniais, Departamento, Direitos de autor, Valor estimado, Verificação do estado, Dados sobre a conservação, Localizações e movimentos, Reprodução, Fotografia, Bibliografia, Analítico, Exposição, Observações, Imagem digital, Objecto associado, Catalogação, Informações do Sistema* (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007)

6.3.2 “ELEMENTOS PARA UMA PROPOSTA DE UNIFORMIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO” - O CAMPO DE DESCRIÇÃO

O campo de *Descrição* das fichas de inventário em contexto museológico é de importância vital no âmbito da documentação e inventário de uma colecção, e assume-se como instrumento útil a qualquer uma das funções museológicas.

No entanto, esta ferramenta será tanto mais útil quanto rigoroso, claro, estruturado e organizado for o seu conteúdo.

Em alguns suportes informáticos de inventário – por exemplo o *Micromusée* - é possível duplicar a zona destinada à *Descrição* na ficha de inventário, permitindo adaptar a linguagem e os conteúdos ao público-alvo. Deste modo, as descrições terão complexidades, linguagens, e informações distintas caso se dirijam a um público especializado, por exemplo, aos utilizadores internos da instituição museológica, ou a um público generalizado como o é o da *Web*. Importa, em todo o caso, definir em cada uma das situações, quais as informações que pretendemos registar, em que sequência ordenada o faremos, e que vocabulário utilizaremos. Só assim poderemos ter alguma uniformidade na estrutura da informação, acelerando não só o processo de registo, como optimizando os processos de consulta e recolha de informação pelos diferentes destinatários.

Na tentativa de criarmos uma uniformização a esse nível para o Ecomuseu Municipal do Seixal, no que se refere às suas colecções de cerâmica arqueológica, e à informação destinada preferencialmente a utilizadores internos da instituição, achamos que será crucial atentar em primeiro lugar à realidade existente. Nesse sentido socorremo-nos de duas ferramentas que consideramos essenciais: a bibliografia nacional e internacional de referência sobre o tema⁹⁵, e a observação atenta da realidade dos museus nacionais.

Para esta última, no âmbito deste estudo, e dadas as limitações de tempo que impediriam a realização de uma análise mais aprofundada, decidimos centrar a nossa atenção nos museus tutelados pelo Instituto dos Museus e da Conservação cujo sistema de informação é o programa *Matriz*. Destes centramo-nos nas instituições que publicaram os seus registos sobre objectos de cerâmica arqueológica no interface *web MatrizNet*.

Escolhemos esta amostra porque pretendíamos analisar a informação inserida no campo *Descrição* do inventário de bens de cerâmica arqueológica, e para que não houvesse discrepâncias motivadas pela utilização de suportes informáticos distintos, necessitávamos de um conjunto significativo de instituições que utilizasse o mesmo suporte informático de

⁹⁵ Ver Anexo VII

inventário. Por outro lado, pareceu-nos relevante que os registos analisados fossem produzidos por instituições que adoptassem já as normas de inventário publicadas pelo Instituto dos Museus e da Conservação, supondo-se por isso que a introdução de informação no campo *Descrição* fosse já de algum modo normalizada. Concorreu ainda para a nossa escolha o facto de os registos estarem disponíveis para consulta na *Web* podendo, por isso, ser procurados e utilizados por públicos muito diversificados.

O suporte de inventário *Matriz* não permite a duplicação do campo *Descrição*, pelo que não existe a possibilidade de adaptar o conteúdo de cada registo/entidade ao destinatário preferencial da informação. O seu interface *web* - *Matriz.net* - assume-se como “*um importante instrumento, não apenas de trabalho, para profissionais ligados ao sector patrimonial e museológico e para o público estudantil, mas também de descoberta do património para públicos alargados*”⁹⁶. Supomos assim, pelo público alargado a que se destinam, e pela impossibilidade de duplicação deste campo de inventário, que os registos/entidades publicados neste catálogo *on-line* detenham a informação mais completa e abrangente possível, pois só assim conseguirão satisfazer as necessidades de públicos tão alargados como os utilizadores internos das instituições, ou os públicos estudantis, por exemplo⁹⁷.

Da análise das fontes bibliográficas e da realidade de alguns museus sobressai a disparidade em termos de uniformização, quer de conteúdos a incluir no campo de *Descrição*, quer da sua estrutura. No entanto, comparando as diversas realidades e ainda a experiência do Ecomuseu, pensamos poder avançar com uma proposta de modelo de estruturação de conteúdos na *Descrição*.

Depois de estudados os princípios propostos quer pela legislação portuguesa na área do património, quer pelas normas internacionais no campo da documentação, ressalta a importância da descrição no seio do inventário, enquanto campo de identificação de um objecto que fornece informação útil para as diversas actividades museológicas (conservação, segurança, exposição, educação, entre outras).

As Normas de Inventário publicadas pelo IMC fornecem-nos também algumas orientações gerais. No entanto, não nos proporcionam orientações específicas que impeçam a variedade de organizações de descrição que constatamos na análise aos vários museus.

⁹⁶ [em linha] Disponível em: <http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Apresentacao.aspx> [consultado em Janeiro de 2012]

⁹⁷ Anexos VIII e IX

No que diz respeito a bibliografia específica acerca de materiais de cerâmica arqueológica, salientamos os estudos de *Balfet, Fauvet-Bérthelot e Monzon* (BALFET FAUVET-BERTHELOT e MONZON, 2000; BALFET FAUVET-BERTHELOT e MONZON, 1992) cuja estrutura e organização de conteúdos corresponde, genericamente, à organização que pensamos ser a mais adequada para o campo de descrição, e que coincidentemente, ou não, está muito próxima da usada pelo Museu Nacional de Arqueologia (dos museus analisados é o que nos seus registos evidencia maior uniformização quer no que concerne aos conteúdos, quer a sua estrutura e organização).

Como já foi referido, o campo de *Descrição* de Inventário no contexto museológico pode assumir diversos objectivos. Muitas vezes, este campo de introdução de texto não controlado identifica o objecto na ausência de uma imagem, ou completa-a. Pode servir para a gestão de acervo do museu, por exemplo na selecção de peças para exposições ou catálogos, pode também ser utilizada como base de elaboração de uma legenda ou entrada de catálogo, como apoio para trabalhos de investigação, ou no caso dos registos acessíveis a utilizadores externos ao museu, pode constituir a informação fundamental para o conhecimento do objecto em questão, por exemplo.

Em alguns suportes informatizados de inventário é possível a duplicação do campo *Descrição* (como é o caso do programa utilizado no Ecomuseu Municipal do Seixal) alargando assim as hipóteses de fazer corresponder a *descrição* a objectivos e públicos específicos. No entanto, em muitos programas, como por exemplo o *Matriz*, esta realidade não se verifica. Devemos então assumir que a cada objecto, na maioria das situações, corresponderá um único conteúdo no campo de *Descrição*, que poderá – e deverá – ainda assim ser actualizado sempre que surjam novos dados de interesse. Esta limitação leva-nos a crer que por defeito os conteúdos da *descrição* deverão ser os mais completos possíveis sem comprometer a sua acessibilidade pelos diferentes públicos.

Em primeiro lugar acentuamos alguns princípios básicos inerentes à *descrição* de um objecto museológico, que nos são referidos na bibliografia analisada, nomeadamente nas *Normas de Inventário* do Instituto de Museus e da Conservação:

- A descrição deve ser realizada partindo do geral para o particular.
- Em fragmentos que o permitam, primeiro identificar a peça tal como se reconstitui, só depois particularizando o que se conserva. Entendemos que este é o modo mais eficaz de identificar o objecto de forma compreensível para a maioria dos públicos. A quem não domina o vocabulário arqueológico/museológico será decerto mais fácil identificar um prato por esta designação, e só então perceber que deste prato

apenas se conserva parte do bordo, por exemplo, do que identificar o objecto pela parte conservado - por exemplo bordo de prato - quando muitas vezes as designações bordo, pança, ou fundo, não são de conhecimento generalizado.

- Seguindo o princípio anterior, devemos identificar primeiro a forma genérica e a estrutura a descrever, e só depois os elementos acessórios ou decorativos.
- A descrição acompanhará logicamente a verticalidade ou a horizontalidade da própria peça e organizar-se-á partindo dos elementos principais para os secundários (corpo principal, seguido das asas, pegas, ou bicos, por exemplo).

Acreditamos assim que é fundamental a identificação imediata do objecto pela mesma designação que lhe é atribuída no campo *Designação* da ficha de inventário, para que não existam dúvidas sobre qual o objecto que estaremos a descrever.

Admitimos também que a descrição, cujo objectivo é não apenas a utilização interna pela instituição mas também a comunicação, terá muitas vezes que repetir informações já inseridas noutros campos do inventário. Estas informações, porque são caracterizadoras do objecto, não deverão ser omitidas.

Referimo-nos, por exemplo, à descrição dos elementos de decoração. Ainda que haja outro campo da ficha de inventário especificamente para este propósito, a decoração de um objecto é um factor identitário, distintivo e caracterizador, e por isso deverá sempre figurar na *descrição*.

Ainda que a lógica de uma base de dados relacional seja a da optimização e consequente fragmentação da informação por vários campos, reforçamos a necessidade de repetição de informação, sobretudo porque nos referimos a *descrições* cujos objectivos incluem a comunicação alargada. Por isso, as descrições devem ser auto-suficientes não apenas na caracterização, mas também na interpretação e contextualização do objecto.

No caso dos materiais de cerâmica arqueológica, a sua natureza de objectos de uso quotidiano torna-os muitas vezes indistintos entre si – quer dizer poderão existir numa mesma colecção dezenas de pratos com a mesma morfologia, por exemplo – e nestes casos a decoração é um elemento essencial que acentua a sua unicidade. Por todos estes motivos, no caso dos materiais arqueológicos, contrariando um pouco o princípio de descrição do geral para o particular, acreditamos que os elementos decorativos não deverão figurar no final da descrição, mas sim imediatamente a seguir à descrição morfológica, precisamente porque são dois dos elementos que mais concorrem para a identificação do objecto.

Quanto à organização da descrição morfológica do objecto, as Normas de Inventário do IMC propõem-nos que comecemos na base em direcção ao topo

(RAPOSO, L. MARTINS e CORREIA, 2000). No entanto, as análises realizadas aos objectos publicados no *Matriz.net* mostram-nos uma falta de uniformização neste critério, visto que às vezes até mesmo dentro de uma mesma instituição, encontramos registos que descrevem partindo da base para o topo, e outros que o fazem em sentido inverso. Acreditamos que a direcção proposta pelo IMC poderá ser útil em casos particulares, mas não o será na maioria dos fragmentos de cerâmica arqueológica. Quando consideramos fragmentos que apenas traduzem parcialmente o perfil do objecto, a questão terá que ser um pouco mais complexa.

Quanto a nós, não fará sentido descrever um fragmento de bordo partindo da sua base visto que o ponto de maior relevância se encontra precisamente no topo – o lábio. Do mesmo modo, não fará sentido descrever um fragmento que apenas apresente parte do fundo do objecto partindo do topo do fragmento. No caso dos objectos de perfil completo, ou até mesmo completos, também não fará muito sentido organizar a descrição no sentido da base para o topo visto que é genericamente aceite na comunidade científica arqueológica que o ponto com maior potencial informativo de um objecto cerâmico é precisamente o bordo/lábio. Ainda assim admitimos que possam existir excepções, e por isso acreditamos que a regra deverá ser a descrição do topo para a base, mas considerando os casos em que esta não seja eficiente, poder-se-á estruturar a descrição no sentido inverso.

A redacção da *descrição* deverá ser concisa mas fluida, e a linguagem deve ser rigorosa mas genericamente acessível, dada a assumpção anterior que este *campo* poderá ser útil a públicos muito diversificados para objectivos também diversos. Nos casos em que possamos adequar diferentes conteúdos da *descrição* a públicos ou objectivos específicos, deverão ser criados critérios de linguagem e de complexidade de acordo com o tipo de utilizadores e de utilizações previstas.

O vocabulário a utilizar nas *descrições* de objectos de cerâmica arqueológica deverá, em todo o caso, ser extremamente rigoroso para que possa ser compreensível quer para especialistas quer para utilizadores externos à temática arqueológica. Quando necessário dever-se-ão utilizar os *thesauri* disponíveis, e quando estes não forem suficientes dever-se-á recorrer a bibliografia de carácter específico. No caso de materiais de cerâmica arqueológica propomos: “*Elementos de apoio à classificação e documentação de colecções cerâmicas*” (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007 - [em permanente actualização]), os estudos de Hélène Balfet (BALFET FAUVET-BERTHELOT e MONZON, 2000; BALFET FAUVET-

BÉRTHELOT e MONZON, 1992), e finalmente a dissertação de mestrado de Cézer Santos (SANTOS, 2011).

Nas descrições em âmbito de inventário museológico poderá ainda existir a tentação de incluir especificidades de carácter técnico, apenas inteligíveis aos especialistas em determinada matéria. Esta tentação deverá ser combatida sob pena de ficarmos com descrições demasiado extensas e complexas, e completamente incompreensíveis para a maioria dos públicos que as possam consultar. No caso de se achar ainda assim relevante a inclusão deste tipo de informações, dever-se-á fazê-lo no final do corpo de descrição, deste modo assegurando que a mensagem inicial seja clara, compreensível e útil ao maior número de pessoas possível. No caso de objectos de cerâmica arqueológica referimo-nos a informações específicas, maioritariamente de carácter morfológico, como por exemplo tratar-se de um objecto de forma aberta ou fechada, ou de perfil contínuo ou descontínuo e respectivos pontos de intersecção. Nestes casos, quando a informação puder ser sinteticamente referida no momento de descrição morfológica, e ainda assim mantê-la inteligível, poder-se-á fazê-lo. De outro modo reserva-se esta informação para o final da descrição.

Poderá ainda caber neste campo de inventário a referência a grupos tipológicos previamente estabelecidos e vulgarizados na comunidade científica. Nestes casos devemos atentar à generalidade de utilização deste tipo de indicadores. Quer isto dizer que por exemplo para as *sigillatas* ou para materiais anfóricos fará todo o sentido mencionar as tipologias que são já universalmente utilizadas, quer na comunidade científica quer por vezes fora dela. No entanto, para a cerâmica comum terá que haver outro tipo de reservas, visto que as tipologias não são ainda uniformemente utilizadas, sequer no seio da comunidade arqueológica. Deste modo, a referência a este tipo de informação, quando for generalizada na comunidade científica, poderá aparecer imediatamente a seguir à denominação, actuando assim como qualificativo. Quando não for de uso generalizado, deverá ser incluída no final do corpo da descrição.

Informações externas ao objecto como a identificação do inventariante ou do(s) autor(es) da descrição, ou datas e descrições de acções de conservação e restauro, não fazem parte deste campo da ficha de inventário e deverão ser registadas na sua área respectiva.

Propomos então a seguinte organização de conteúdos:

- Deve-se iniciar a descrição pela **Denominação** do objecto. Deste modo identifica-se claramente de que objecto estamos a tratar. A denominação a incluir neste

campo deve ser igual à inscrita no campo *Denominação* da base de dados para que as informações da mesma sejam coerentes. No caso de fragmentos - que permitam identificar a forma respectiva - propomos que logo na *denominação* se identifique pela forma geral – por exemplo *Prato* – seguido do qualificativo – (*fragmento*).

- Em seguida, se for considerado relevante, poder-se-ão incluir informações genéricas sobre a **matéria** visto que concorrem para a descrição geral do aspecto visual do objecto (por exemplo se a colecção é maioritariamente constituída por objectos de matriz não calcária mas o objecto a descrever apresenta matriz calcária).
- Depois poder-se-á, quando relevante, precisar a **técnica** – roda, molde, ou manual, por exemplo, pois concorre também para o aspecto genérico do objecto.
- Nesta fase dever-se-ão incluir informações sucintas relacionadas com a **função** do objecto, e **época de produção ou uso, e origem ou proveniência**.
- Depois dever-se-á registar a **descrição da morfologia** do objecto, acompanhando a porção conservada, e quando aplicável, os seus constituintes. É esta informação que nos permite por um lado identificar a forma do objecto, e por outro identificar muitas vezes tipologias e seleccionar categorias. Aqui, quando for esse o caso, dever-se-á precisar que a descrição se refere ao fragmento conservado e não ao objecto de que faria parte.
- Em seguida salientar-se-ão o **acabamento** e os aspectos **decorativos** do objecto. Dever-se-á descrever a decoração, e quando relevante poder-se-ão até incluir considerações de âmbito iconográfico.
- Depois da descrição dos aspectos morfológicos e decorativos da peça podemos prosseguir para a **descrição da pasta** e outros aspectos técnicos ou tecnológicos. Esta deverá incluir informações relativas a: cor (interna e externa, e cerne), estrutura (compacta, etc.), textura, elementos e/ou inclusões, técnica de cozedura, entre outros.
- Por último poderão desenvolver-se informações de carácter histórico, antropológico, ou outro, que auxiliem na compreensão do objecto. Poder-se-á ainda desenvolver o contexto de recolha.⁹⁸

Todas as informações acima mencionadas devem ser incluídas, pois constituem dados relevantes para a identificação do objecto. No entanto, a informação deverá ter

⁹⁸ Apresentamos alguns exemplos de objectos que inventariámos e cujas descrições seguiram esta estrutura. Ver Anexo X

sempre um carácter sintético. Não se deverão omitir conteúdos relevantes, mas também não se pretende, neste campo, um estudo exaustivo de cada um destes elementos.

A estrutura aqui proposta, não tendo um carácter rígido e inflexível, visa uniformizar o campo de descrição de materiais de cerâmica arqueológica das fichas de inventário em contexto museológico, com vista a otimizar a informação e permitir processos mais céleres e eficazes de pesquisa.

6.3.3. “ELEMENTOS PARA UMA PROPOSTA DE UNIFORMIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO” - O CAMPO DE DIMENSÕES

Para além do campo da *Descrição* em inventário, e quanto a nós estreitamente relacionado com este, apresenta-se o campo de *Dimensões*.

De facto, ao longo da análise que fizemos para os pontos anteriores, deparámo-nos com algumas disparidades no que concerne a utilização de descritores de dimensão.

No Ecomuseu, existe já um documento de trabalho interno - “*Critérios para a medição de objectos*” (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2008) – que esclarece algumas das questões que iremos abordar: como a forma de orientar o objecto para o medir, quais as dimensões a considerar, e que unidades de medida utilizar. No entanto, a organização deste tipo de dados, no âmbito de registo de inventário de objectos de cerâmica arqueológica, não é generalizada, pelo que julgamos relevante fornecer um contributo nesse sentido.

Para isso realizámos uma análise dos descritores utilizados nas instituições que têm servido de amostra para o presente estudo.⁹⁹

Os descritores de dimensão utilizados nos registos de inventário de objectos museológicos podem servir uma tripla função: identificar e caracterizar o objecto; representar dados com potencial aproveitamento científico; constituir dados fundamentais para a gestão de acervo da instituição à qual pertencem (organização de reservas, transporte, acondicionamento, embalagem, entre outros).

No caso dos materiais de cerâmica arqueológica, pelas suas características de tridimensionalidade e pelo seu carácter fragmentário, o uso indiscriminado e não uniformizado de descritores de dimensão pode induzir o receptor da informação em erro. A ausência de determinado descritor pode levar o receptor a julgar que este não é aplicável no objecto em questão, e na realidade a omissão pode dever-se apenas a uma falta de padronização nos registos.

⁹⁹ Os resultados das análises aos descritores de dimensão encontram-se em anexo: Anexo XI

Igualmente importante é a definição de significado de cada um dos descritores. De facto, pela análise efectuada, julgamos que a grande maioria das instituições não utiliza definições comuns para altura, largura, e comprimento. Ainda que possa existir esta definição no seio de cada instituição, porque não é padronizada e porque não está disponível ao público no acto de pesquisa de registos de inventário, induz o receptor de informação em erro e confusão quanto ao significado de cada descritor.

Importa assim analisar a realidade existente para propor um modelo de estrutura de descritores de acordo com significâncias explícitas e idealmente comuns a diversas instituições.

Os descritores de dimensão utilizados nos registos analisados de objectos de cerâmica arqueológica publicados no *Matriz.net* são a altura, a largura, o comprimento, a profundidade, a espessura e o diâmetro. Verificou-se na análise que em nenhum registo são utilizados os seis descritores possíveis, utilizando-se até um máximo de cinco descritores. Na realidade parece-nos que qualquer um destes descritores é fundamental e por isso deve ser registado sempre que aplicável ao objecto em questão.

A organização destes descritores deverá considerar a funcionalidade/utilização ou posicionamento funcional do objecto, e deverá ser interpretada em função da nossa posição face ao objecto. Exceptuam-se os materiais de cerâmica arqueológica cuja orientação segue critérios de estabilidade/função.

Quando as dimensões consideradas dizem respeito às dimensões do fragmento e não do objecto de que faria parte (e por isso têm uma utilidade mais logística do que científica, ou seja, são úteis sobretudo para tarefas de acondicionamento ou transporte), este deve ser orientado paralelamente a um plano (deitado sobre a mesa, por exemplo), contrariando, por vezes, a orientação natural da peça. Por outro lado, quando as dimensões dizem respeito a uma projecção do objecto tal como se reconstituiria (adoptando um carácter científico), como é o caso do diâmetro, devem ser recolhidas com a peça orientada de acordo com os critérios de estabilidade/função normalmente utilizados em desenho arqueológico, por exemplo.

No caso de este tipo de critérios não ser aplicável (por se desconhecer a função do objecto, por exemplo) propomos que se adequa a estrutura descritiva à forma do objecto. Deste modo se estivermos a considerar um objecto cuja forma genérica é comparável à de um prisma, por exemplo, consideraremos em primeiro lugar o **comprimento**, imediatamente seguido da **largura** (dimensões definidas no plano da base).

A **altura** e a **profundidade** serão consideradas, por esta ordem, caso a morfologia da peça, ou de parte dela, o justifique (dimensões que definem a tridimensionalidade do objecto).

Quando o objecto se assemelhe a um prisma ou pirâmide de base quadrangular, em que o comprimento é igual à largura, indicar-se-á essa característica na descrição do objecto, e bastará, nesse caso, indicar como dimensões a largura e a altura (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2008).

Se considerarmos um objecto cuja forma genérica é comparável à de um cilindro consideraremos o **diâmetro**, depois a **altura**, e quando justificável a **espessura**.

A **espessura** é, normalmente, considerada em objectos cuja forma se assemelhe à de um prisma, e nos quais haja uma diferença de escala assinalável entre a projecção horizontal (comprimento e largura), e a terceira dimensão (por exemplo chapas, ou folhas) (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2008). Nos objectos de cerâmica arqueológica, a **espessura**, refere-se à dimensão da secção da parede do objecto, e será também considerada quando a morfologia da peça, ou parte dela, o justifique.

A **profundidade** é considerada quando for possível definir uma figura geométrica secundária impressa em negativo (ou “escavada”) na figura principal. Nestes casos a tridimensionalidade da figura secundária é definida pela **profundidade** (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2008). No caso dos objectos de cerâmica arqueológica, considera-se também por **profundidade**, a dimensão, medida pela parte interna do objecto, da base para o topo.

Estas dimensões devem sempre ser expressas em centímetros.

O **peso**, não constituindo propriamente uma dimensão, é na maioria dos objectos uma característica importante a registar em sede de inventário museológico. Deve ser incluído depois das dimensões anteriormente referidas, e será expresso em gramas.

Esta organização segue o critério de descrição dos sólidos geométricos, iniciando-se pela descrição da base (comprimento e largura, ou diâmetro), seguida da altura, profundidade, e/ou espessura.

A utilização generalizada desta sequência de descritores não só tornará os registos de inventário tendencialmente mais completos, como também facilitará uma obtenção mais célere de resultados pelo receptor de informação (interno ou externo à instituição).

Apesar da importância da uniformização na estrutura de dados, esta de nada servirá se a informação introduzida não for clara. Na análise efectuada, verificamos que 62% dos registos utilizam o *Diâmetro* como descritor de dimensão, sendo até o segundo descritor

mais utilizado. No entanto, na maioria dos casos (73%) não existe indicação de que parte do objecto está a ser medida. Nesse sentido, a informação introduzida perde valor por não ser clara. Propomos assim que se especifique através das denominações *Diâmetro Máximo*, *Diâmetro de Bordo*, *Diâmetro da Base*, e *Diâmetro de bico/vertedor*.

Genericamente, as dimensões indicadas devem corresponder às projecções máximas do objecto, a menos que haja indicação em contrário. Quando se justifique, podem ser indicadas dimensões de outros pontos, partes, ou zonas relevantes, desde que sejam devidamente explicitadas. (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2008)

No que concerne à clarificação de conceitos socorremo-nos para além de outra bibliografia (como as Normas de Inventário publicadas pelo IMC) de documentação interna do EMS (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007 - [em permanente actualização]; Ecomuseu Municipal do Seixal, 2008):

- Comprimento – dimensão medida da esquerda para a direita;
- Largura – dimensão medida na perpendicular do comprimento, no mesmo plano horizontal;
- Altura – dimensão medida da base para o topo, na vertical do plano definido pelo comprimento e pela largura.
- Diâmetro – dimensão máxima do círculo da base; dever-se-á especificar a que parte do objecto se refere;
- Profundidade – distância entre o plano da boca/bordo e o fundo do objecto, medida na parte interna da peça. Pode também expressar a tridimensionalidade de uma figura secundária “escavada” no objecto principal (por exemplo, no fundo de uma ânfora).
- Espessura – corresponde à dimensão da parede do objecto em secção.

Quanto à utilização de outro tipo de descritores de dimensão, parece-nos que só fará sentido em colecções específicas ou com objectivos de estudo particulares. Nestes casos, existindo já esse tipo de informação, poderá ser acrescentado à base de dados, sem prejuízo das dimensões acima mencionadas, desde que se clarifiquem os conceitos subjacentes.

Esta proposta visa a uniformização dos dados inseridos em base de dados no âmbito do inventário de objectos de cerâmica arqueológica. No entanto, não é uma estrutura rígida. Sempre que necessário as sugestões acima referidas poder-se-ão adaptar a

realidades específicas, tendo sempre em mente a uniformidade e clareza dos critérios a utilizar.

Salientamos ainda, como ideia fundamental do presente estudo, a ausência generalizada de uniformização ou padronização na introdução de informação de *Descrição* ou *Dimensão* nos registos de inventário em contexto museológico, apesar de alguns esforços por parte das entidades tutelares para combater esta realidade, e a necessidade óbvia de reverter esse processo.

Consideramos também relevante realçar que as propostas aqui enunciadas pressupõem que quaisquer que sejam os critérios a adoptar na organização dos registos da ficha de inventário, ou na utilização de vocabulário, o seu objectivo é sempre otimizar a informação que disponibilizamos, seja para utilização interna ou externa à instituição museológica. Do mesmo modo, não podemos esquecer que os critérios adoptados por qualquer instituição são apenas do conhecimento dos utilizadores internos da própria instituição (e frequentemente apenas de parte destes), ou seja, por um número muito reduzido de utilizadores, e que por isso devem ser coerentes e evitar a possibilidade de interpretações erróneas da informação, ou da sua ausência.

6.4 O RELACIONAMENTO E A OPTIMIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

No âmbito do inventário em suporte *FileMakerPro* deparámo-nos com algumas limitações que decorrem, principalmente, da obsolescência da versão desta ferramenta disponível no EMS, face às versões mais recentes entretanto comercializadas.

Consideramos indispensável, no âmbito do registo de inventário, acompanhar a informação de cada objecto, de imagem que o identifique. No caso dos materiais arqueológicos, é também de grande utilidade disponibilizar o seu desenho, uma vez que traduz informação não visível no registo fotográfico.

Infelizmente, a introdução de desenhos e fotografias nos registos de inventário em suporte *FileMakerPro*, na versão em utilização no EMS, aumenta significativamente a dimensão do ficheiro de base de dados, o que, conjugado com *hardware* também a precisar de modernização, pode significar avarias no sistema, provocando até, por vezes, perda de informação.

Com o objectivo de combater esta limitação, e ainda assim manter a completude e integridade dos registos, criámos uma base de dados suplementar, também em suporte

FileMakerPro, onde introduzimos os registos em desenho dos objectos que inventariámos. Depois, realizámos a ligação com a base de dados principal, através de um “botão” que, com um simples *clique*, permite visualizar os desenhos correspondentes ao objecto que queremos pesquisar. A base de dados de desenho que criámos tem também um “botão” que efectua a ligação inversa, permitindo visualizar o desenho e aceder às informações relativas ao objecto¹⁰⁰.

Esta simples ferramenta alivia a base de dados de objecto do *peso* motivado pela introdução de elementos de imagem (neste caso desenhos), ao mesmo tempo que potencia a relação entre os objectos e as fontes documentais que lhes estão associadas.

Do mesmo modo, para clarificar informação que aparecia num código alfanumérico, na base de dados de objectos da *Quinta do Rouxinol*, foi criado um botão de ligação entre o campo *Grupo Técnico* e a base de dados específica para *Descrição Técnica de Grupos de Fabrico*. Deste modo, mais uma vez de uma forma muito simples, satisfizeram-se as necessidades de clarificação da informação introduzida em inventário¹⁰¹.

Ainda com os mesmos objectivos foi criada uma base de dados de *Descrição Grupo Técnico*, e respectivos botões de relacionamento entre esta e a base principal. Esta base de dados clarifica o código alfanumérico atribuído para identificar as tipologias de Cézer Santos (SANTOS, 2011)¹⁰².

As propostas enunciadas neste capítulo tiveram sempre como objectivo comum a optimização do registo de inventário, bem como a qualidade e fiabilidade das informações obtidas nos resultados de pesquisa, potenciando as capacidades oferecidas pelo sistema de documentação e informação em uso no EMS para os materiais de cerâmica arqueológica. Tivemos ainda em mente a possibilidade de alargamento destas propostas a outros contextos de inventário e/ou outras instituições museológicas. Cabe ainda salientar que estas propostas foram incorporadas nos trabalhos de inventário que realizámos no âmbito do estágio no EMS, quanto a nós, com resultados satisfatórios.

¹⁰⁰ Anexo XII

¹⁰¹ Anexo XII

¹⁰² Anexo XII

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente *Relatório de Estágio* reflectiu as considerações, reflexões, e propostas que realizámos ao longo do trabalho de estágio no EMS.

Os objectivos a que nos propusemos no início da componente não-lectiva foram cumpridos. Desenvolvemos as problemáticas explicitadas no capítulo *O Inventário e a Documentação em contexto museal*, com base num trabalho de inventário da colecção de cerâmica arqueológica da Quinta do Rouxinol. A partir deste aprofundámos, aplicámos, e inter-relacionámos, os conhecimentos adquiridos ao longo da componente lectiva do mestrado em museologia, e da formação inicial em Arqueologia. No EMS, contribuímos para a actualização dos registos de inventário, ao mesmo tempo que realizámos uma reflexão sobre as práticas existentes, e propusemos, quando justificável, novas soluções. Mantivemos ao longo de todo o processo uma postura crítica, e avançámos com propostas de normalização de práticas, procedimentos e conceitos, não apenas para o EMS, mas desejavelmente para discussão e aplicação a contextos mais alargados.

O trabalho que desenvolvemos deveria, idealmente, ser um trabalho realizado por uma equipa multidisciplinar, pelo que as propostas enunciadas não devem ser entendidas de forma dogmática, mas apenas servir de base a futuras discussões de âmbito mais alargado.

A documentação e o inventário, em contexto museológico, evoluíram – acompanhando as transformações da sociedade no geral, mas também a evolução dos paradigmas museológicos – para um conceito mais abrangente, enquanto função museológica essencial à própria condição de museu. Actualmente, as instituições museológicas reúnem, produzem, e sistematizam informação sobre as colecções que preservam, ao mesmo tempo que associam informação de carácter administrativo e documental. Procura-se, deste modo, integrar toda a informação, independentemente da sua natureza e/ou localização.

O século XXI assume uma nova etapa na documentação e inventário em museus através da disponibilização e interligação dos registos na *web*, como é o caso, a título de exemplo, dos programas *MatrizNet* e *Europeana*.

O desenvolvimento da informática, fez sobressair a indispensabilidade da normalização de procedimentos, práticas, e conceitos, no âmbito da documentação e inventário. A definição de normas é um factor indissociável da eficácia de um sistema de

informação, quer no domínio da sua concepção, quer da sua utilização. No entanto este é um processo complexo, que implica a uniformização do que é naturalmente diversificado.

Nesse sentido, ao longo do século XX, e agora durante o século XXI, várias instituições de referência criaram instrumentos com o objectivo de normalizar a informação e as práticas de documentação e inventário. Destacámos os esforços realizados pelo CIDOC enquanto organismo do ICOM, vertidos no *International Guidelines for Museum Object Information* (ICOM, 1995), e no *CIDOC Conceptual Reference Model*. Relevámos também a importância fundamental do *SPECTRUM*, *standard* gerido pela *Museum Documentation Association*, não apenas enquanto modelo de dados para a construção de bases de dados, mas também enquanto normas de procedimentos. Nos Estados Unidos da América sobressai a actuação do *Getty Research Institute* através da criação de vários documentos de controlo de procedimentos e vocabulário. No Canadá ressalta a criação do *Canadian Heritage Information Network* (CHIN) que constitui um contributo incontornável para a definição de normas que promovem a consistência da documentação museológica. Na França, o catálogo colectivo dos museus franceses, *Joconde*, e os regulamentos legais que normalizam as práticas de documentação e inventário museológico. Em Espanha, o “*Proyecto de Normalización Documental: elementos para una aplicación informática de gestión museográfica*” (CARRETERO PÉREZ [et al.], 1998) que resultou no desenvolvimento de uma aplicação informática de gestão museológica: *DOMUS*, e consequente regulamentação da terminologia utilizada para designar, descrever, e classificar os bens culturais. Em Portugal, a legislação produzida no âmbito do enquadramento legal da prática museológica (Lei Quadro dos Museus Portugueses), e a criação de um programa comum de inventário das colecções museológicas dos museus tutelados pela administração central - o *Matriz* – constituem factores incontornáveis na temática da normalização. As versões subsequentes deste programa, bem como a disponibilização dos registos na *internet*, e a publicação das *Normas de Inventário* pelo Instituto de Museus e da Conservação, significaram um avanço muito significativo na normalização de estruturas, procedimentos, e conceitos, relativos à documentação e ao inventário museológicos.

A estas questões acrescem as especificidades dos materiais que nos propusemos tratar: objectos de cerâmica arqueológica da olaria romana da Quinta do Rouxinol.

A sua condição de documentos históricos, bem como a sua natureza de objectos do quotidiano, pressupõem a explicitação dos contextos que os acompanham. Isto reflecte-se num complexo registo documental aquando da sua recolha, e a subsequente integração da documentação produzida no processo de inventário. No âmbito do trabalho de inventário

que realizámos no EMS fizemos sempre acompanhar os nossos registos da indicação precisa do contexto de recolha, como aliás é prática comum de inventário nesta instituição.

A forma fragmentária, muitas vezes meramente residual, e a enorme quantidade de materiais que são recolhidos no campo e depositados em museu, condicionam o registo de inventário pela impossibilidade de inventariar todos os objectos. Defendemos uma separação entre *cacos* (objectos sem potencial informativo ou estético) e objectos museológicos, através de trabalhos preliminares de triagem, assentes em critérios previamente definidos. Ainda assim é fundamental o registo (através de ferramentas específicas e adequadas) dos que se mantêm *cacos*, pois podem constituir, no futuro, objecto de investigação mediante novos paradigmas.

No âmbito do trabalho de estágio, para além de acompanharmos este processo prévio de selecção e registo de materiais no que diz respeito aos objectos de cerâmica comum local, propusemos critérios que definissem o conjunto de peças a inventariar, em ambos os suportes informáticos utilizados na instituição, distinguindo desse modo os *cacos*, dos objectos museológicos. Foi com base nestes critérios que procedemos ao registo de inventário da colecção definida, quer em suporte *FileMakerPro*, quer em suporte *Micromusée*.

Os critérios que definimos têm como objectivo a normalização desta prática, e por isso conjugam as necessidades de investigação eminentemente arqueológica, e as necessidades específicas de cumprimento das funções museológicas essenciais à condição de museu. A sua definição permitiu a optimização do registo de inventário realizado.

Na problemática arqueológica, acresce ainda a indefinição de alguns conceitos e terminologias, próprias da Arqueologia, mas essenciais ao trabalho museológico. Referimo-nos, por exemplo, às terminologias de denominação dos objectos. Nesse sentido, contribuímos para a ampliação e definição de terminologias integradas no manual *Elementos de Apoio à Classificação e Documentação de Colecções Cerâmicas* (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007 - [em permanente actualização]) produzido e utilizado no EMS.

A própria instituição em que nos propusemos realizar o trabalho de estágio é também um caso singular no panorama museológico. O Ecomuseu Municipal do Seixal é uma instituição, polinucleada, de tutela municipal, com um acervo e campo disciplinar diversificados, que se orienta por uma noção dinâmica de património em relação com a sua envolvente social e territorial. Mais do que um museu, no sentido convencional do termo, o EMS é uma experiência museológica, de gestão do património cultural referente a um território, e a uma realidade em mudança. Esta configuração traduz especificidades no âmbito do seu sistema de documentação e informação, e da sua adequação à missão,

vocação, e objectivos institucionais. Foram estas condicionantes que levaram à adopção de um programa de documentação e inventário, baseado no *software Mobydoc*, que actualmente constitui um sistema de gestão integrado, através do relacionamento das bases de dados de objectos, fundos documentais, registos fotográficos, e património edificado.

No caso dos materiais arqueológicos, em alguns casos, o EMS realiza ainda uma forma de inventário intermédia em suporte *FileMakerPro*. No entanto, a ferramenta utilizada na instituição encerra algumas limitações que dificultam a introdução de elementos de imagem nos registos de inventário. Considerando o desenho arqueológico um elemento fundamental de documentação de objectos de cerâmica arqueológica, criámos uma base de dados auxiliar para este tipo de registos, e realizámos a ligação entre esta e a base de dados principal. Deste modo, potenciou-se a relação entre os objectos e as fontes documentais que lhes estão associadas, sem prejuízo de funcionamento da base de dados principal.

Ainda em suporte *FileMakerPro*, considerando a clareza da informação introduzida nos registos de inventário condição essencial à qualidade e fiabilidade dos registos, realizámos um processo semelhante ao acima descrito, desta vez para clarificar códigos alfanuméricos introduzidos nos campos *Grupo Técnico* e *Grupo de Fabrico*.

No decurso do trabalho de inventário que realizámos, detectámos carências ao nível da normalização da estrutura de conteúdos, e da definição de terminologias, nos campos de *Descrição* e *Medições*. Cientes que esta realidade traduzia-se no incumprimento de características inerentes a um sistema de informação (a qualidade e a fiabilidade da informação), propusemos alguns elementos para uma uniformização da informação. Após a análise da bibliografia de referência, e de registos publicados no *Matriz.Net* avançámos com propostas para a estruturação de conteúdos na *Descrição*, e para a definição de terminologias, e estruturação da informação no campo *Medições*, no registo de inventário de materiais de cerâmica arqueológica.

O trabalho de estágio que realizámos, vertido no presente Relatório de Estágio, teve sempre presente a prática, os recursos, e os documentos internos, produzidos, actualizados, e aplicados pelo EMS, quer no plano da investigação (nomeadamente a arqueológica), quer na documentação e inventário do seu acervo.

Quer para o trabalho desenvolvido, quer para este Relatório, foi também fundamental a aplicação e ampliação dos conhecimentos adquiridos na componente lectiva do Mestrado em Museologia, indissociáveis da nossa contribuição para a instituição de acolhimento de estágio, através da revisão e ampliação dos registos de inventário da

colecção de cerâmica comum local da Quinta do Rouxinol, e da observação atenta da realidade e apresentação de propostas sempre que justificável.

Gostaríamos que as nossas propostas pudessem ser aplicadas a contextos mais alargados que a instituição que nos acolheu, contribuindo assim para uma efectiva normalização de conceitos, procedimentos e práticas na documentação e inventário de objectos museológicos de temática arqueológica. De facto é nossa convicção que este tipo de trabalho é tanto mais útil quanto alargada for a sua utilização. Urge assim encetar uma discussão mais alargada dos elementos abordados no presente trabalho, para que com contributos mais diversificados se possa atingir, *num* futuro, uma efectiva normalização de âmbito global.

Fontes Referenciadas

[s.n.] (2005) - "*SIDRA: Sistema de Información Documental en Red de Asturias*". Oviedo. Gobierno del Principado de Asturias. [em linha] Disponível em: http://aabadom.files.wordpress.com/2009/09/100_0.pdf. [acedido em: Janeiro de 2011]

ALONSO FERNÁNDEZ, Luís (1993) - "*Museología y museografía*". Barcelona: Ediciones del Serbal.

"*Arrêté du 25 mai 2004 fixant les normes techniques relatives à la tenue de l'inventaire, du registre des biens déposés dans un musée de France et au récolement*", (12 de Junho de 2004) - MINISTÈRE, DE LA CULTURE ET DE LA COMMUNICATION, MCCB0400516A [Texte 54 sur 137], [em linha] Disponível em: <http://www.culture.gouv.fr/documentation/joconde/fr/partenaires/AIDEMUSEES/arrete-inventaire.pdf> [acedido em: Dezembro de 2011]

BALFET, Hélène; FAUVET-BERTHELOT, Marie-France; MONZON, Susana (2000) - "*Lexique et Typologie des Poteries. Pour la Normalisation de la Description des Poteries*". CNRS Editions. ISBN: 2-271-05835-X.

BALFET, Hélène; FAUVET-BÉRTHELOT, Marie-France; MONZON, Susana (1992) - "*Normas para la descripción de vasijas cerámicas*". México: Centre d'études mexicaines e Centramericaines. p. 35-146 ISBN: 968-6029-24-9.

CABALLERO ZOREDA, Luis (1983) - "*A proposito del "Sistema de Documentacion para Museos"*" in *Boletín Anabad*, vol. XXXIII, nº 3, 1983. [em linha] Disponível em: <http://www.ilam.org/ILAMDOC/patrimonio/aproposito.pdf>. [acedido em: Fevereiro de 2012]

CABRAL, João M. Peixoto; FONSECA, Suzana M.; GOUVEIA, M. Ângela (2002) - "*Caracterização química das produções de âforas do Vale do Tejo: III - Quinta do Rouxinol (continuação)*" in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5, número 2, 2002. [em linha] Disponível em: http://www.igespar.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/5_2/12.pdf. [acedido em: Agosto, 2011] ISSN: 0874-2782

Câmara Municipal do Seixal (1982) - "*Proposta de Criação do Museu Municipal do Seixal*". in FILIPE, GRAÇA "*O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*". Seixal. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Câmara Municipal do Seixal (2001) - "*Ecomuseu Municipal do Seixal - Programa de Qualificação e de Desenvolvimento*". Seixal. [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/get_documents?tp0=1. [acedido em: Maio de 2011]

Câmara Municipal do Seixal (2012) - "*Regulamento dos Serviços Municipais da Câmara Municipal do Seixal*". Seixal. Câmara Municipal do Seixal. [em linha] Disponível em: http://www.cm-seixal.pt/NR/rdonlyres/5E1BF4E1-06F1-43B3-A0E1-E7E978E9C873/7512/reg_serv_munic_ao.pdf. [acedido em: Fevereiro de 2012]

CARRETERO PÉREZ, Andrés (2005) - "*Domus y la gestión de las colecciones museísticas*" in *Marq, arqueología y museos*, vol. 0, 2005. [em linha] Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=7340>. [acedido em: Janeiro de 2012] ISSN: 1885-3145

CARRETERO PÉREZ, Andrés; CHINCHILLA GÓMEZ, Marina; BARRACA DE RAMOS, Pilar; ADELLAC MORENO, M. Dolores; PESQUERA VAQUERO, Isabel; ALQUÉZAR YÁÑEZ, Eva María (1998) - "*Normalizacion Documental de Museos: Elementos para una aplicacion informatica de gestion museografica*". [em linha] Disponível em: <http://www.mcu.es/museos/MC/NDM/index.html>. [acedido em: Janeiro de 2012] ISBN: 84-369-3148-3

CARVALHO, Vidal de; AZEVEDO, Ana; ABREU, António (2008) - "*Bases de Dados com Microsoft Access 2007*". Centro Atlântico, Lda. ISBN: 978-989-615-050-1.

CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima (2007) - "*Os Museus e a Representação do Conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação*". Salvador, Bahia, Brasil. [em linha] Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--012.pdf>. [acedido em: Janeiro de 2012]

CRUZ, Maria das Dores; CORREIA, Virgílio Hipólito (2007) - "*Normas de Inventário de Arqueologia. Cerâmica Utilitária*". Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação. ISBN n.º 978-972-776-332-0.

DUARTE, Ana L. Castanheira (1990) - "*Quinta do Rouxinol. A produção de ânforas no vale do Tejo*" in 1990. [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/web_extract_external.get_external?code=1235688&col_ext=content1&tab=ecom_publication. [acedido em: Setembro de 2011]

DUARTE, Ana L. Castanheira; RAPOSO, Jorge (1996) - "*Elementos para a caracterização das produções anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal)*". in "*Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*". Lisboa. D. Quixote. ISBN: 972-20-1260-6

Ecomuseu Municipal do Seixal (1997) - "*Algumas datas para a história do museu*" in "*Ecomuseu Informação*", Abril, Maio, Junho de 1997 p.6-7, Seixal.

Ecomuseu Municipal do Seixal (2007) - "*Inventário do Ecomuseu Municipal do Seixal. Base de dados Micromusée. Manual de Ajuda ao Utilizador*". Instrumento de trabalho interno de Ecomuseu Municipal do Seixal

Ecomuseu Municipal do Seixal (2007 - [em permanente actualização]) - "*Elementos de Apoio à Classificação e Documentação de Coleções Cerâmicas*". Instrumento de trabalho interno de *Ecomuseu Municipal do Seixal*

Ecomuseu Municipal do Seixal (2008) - "*Critérios para a medição de objectos*". Instrumento de trabalho interno de *Ecomuseu Municipal do Seixal*

Ecomuseu Municipal do Seixal (2009a) - "*Politica de Incorporações do Ecomuseu Municipal do Seixal (Proposta)*". Seixal. [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/web_extract_external.get_external?code=1267778&col_ext=content1&tab=ecom_publication. [acedido em: Maio de 2011]

Ecomuseu Municipal do Seixal (2009b) - "*Regulamento do Ecomuseu Municipal do Seixal [proposta]*". [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/web_extract_external.get_external?code=1267776&col_ext=content1&tab=ecom_publication. [acedido em: Maio de 2011]

FILIPE, Graça (2000) - "*O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*". Dissertação de mestrado em Museologia e Património; Lisboa; Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.p.365.

FILIPE, Graça (2005) - "*Do inventário museológico ao sistema de documentação*" in *Câmara Municipal do Seixal "Ecomuseu Informação - Boletim Trimestral do Ecomuseu Municipal do Seixal"*, nº 36 p.8-10, Seixal.

FILIPE, Graça; RAPOSO, Jorge (2009) - "*Quinta do Rouxinol: uma olaria romana no estuário do Tejo (Corroios/Seixal)*". Seixal: Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu Municipal do Seixal. ISBN: 978-972-8740-45-0.

GUEDES, Natália Correia (2009) - "*Elementos para a História da Comissão Portuguesa do ICOM. 15 anos de actividade, 1986-2001*". [em linha] Disponível em: <http://www.icom-portugal.org/pagina,123,123.aspx>. [acedido em: Janeiro de 2012]

ICOM (1995) - "*International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories*". International Committee for Documentation of the International Council of Museums. [em linha] Disponível em: <http://cidoc.mediahost.org/guidelines1995.pdf>. [acedido em: Setembro 2011] ISBN 92-9012-124-6

ICOM (2004) - "*Como Gerir um Museu: Manual Prático*". ICOM - Conselho Internacional de Museus. ISBN: 92-9012-157-2.

ICOM (2007) - "*ICOM Statutes*". Aprovado em Vienna (Austria) 24 de Agosto de 2007. [em linha] Disponível em: <http://icom.museum/> [acedido em: Janeiro de 2012]

ICOM (2009) - "*Código Deontológico do ICOM para Museus*". [em linha] Disponível em: http://www.icom-portugal.org/multimedia/CodigoICOM_PT%202009.pdf. [acedido em: Junho de 2011]

LAUBENHEIMER, Fanette (1985) - "*La Production des Amphores en Gaule Narbonnaise*". Paris: Centre de Recherches d'Histoire Ancienne. ISBN: 2251603271.

"*Lei Quadro dos Museus Portugueses*", (2004) - DIÁRIO DA REPÚBLICA, SÉRIE I-A, Nº 195, Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto, [em linha] Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2004/08/195A00/53795394.pdf> [acedido em: Setembro de 2011]

MASON, Timothy; WEEKS, Jane (2002) - "*From Australia to Zanzibar Museum Standards Schemes Overseas. A research project for Resourco: The Council for Museums Archives and Libraries*". [em linha] Disponível em: http://www.mla.gov.uk/what/publications/~media/Files/pdf/2002/From_Australia_to_Zanzibar.ashx. [acedido em: Setembro de 2011]

MATOS, Alexandre (2007a) - "*Da escavação ao museu, caminhos da informação*" in *Praxis Archaeologica*, vol. 2, 2007a. [em linha] Disponível em: http://www.praxisarchaeologica.org/issues/2007_3948.php. [acedido em: Abril 2011] ISSN: 1646-1983

MATOS, Alexandre (2007b) - "*Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas. Contribuições para a certificação de museus*". Dissertação de Mestrado em Museologia; Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Porto; Universidade do Porto.p.204.

MAYRAND, Pierre (1985) - "*La nouvelle muséologie affirmée*" in *Museum*, nº148, 1985. [em linha] Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127347eo.pdf#68373>. [acedido em: Janeiro de 2012]

NABAIS, António (1980-1981) - "*Museu Municipal do Seixal*" in *APOM "Boletim APOM"*, p.11-15,

PEREIRA, Pedro Manuel Figueiredo Cardoso (2004) - "*III - Poderá o Museu dar resposta a essa exigência simultânea de desenvolvimento e de preservação?*" in *Cadernos de Sociomuseologia*, Nº 34, 2004. [em linha] Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1129>. [acedido em: Janeiro de 2012]

PINHO, Elsa Garret; FREITAS, Inês Cunha (2000) - "*Normas de Inventário. Normas Gerais. Artes Plásticas e Artes Decorativas*". Lisboa. Instituto Português de Museus. [em linha] Disponível em: http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Download/Normas/AP_AD_NormasGerai s.pdf. [acedido em: Janeiro de 2012] ISBN: 972-776-038-4

RAPOSO, Jorge (2002) - "Arqueologia e Museus" in "Ecomuseu Informação", nº 23 (Abril, Maio, Junho) p.8-9, Seixal.

RAPOSO, Jorge (2011) - "Ecomuseu Municipal do Seixal: sistemas integrados de informação sobre colecções arqueológicas em contexto museal". in ALMEIDA, MARIA JOSÉ DE & CARVALHO, ANTÓNIO "Actas do Encontro de Museologia e Autarquias". Cascais. Câmara Municipal de Cascais. ISBN: 978-972-637-243-1

RAPOSO, Jorge; DUARTE, Ana L. Castanheira (2000) - "Olaria Romana da Quinta do Rouxinol. Investigação Arqueológica e Valorização Patrimonial" in 1as Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ribeirinha Sul, 2000. [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/web_extract_external.get_external?code=1104416&col_ext=content1&tab=ecom_publication. [acedido em: Setembro de 2011] ISBN: 972-98127-3-X

RAPOSO, Jorge; FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar; BUGALHÃO, Jacinta; DUARTE, Ana Luísa; SABROSA, Armando; DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel; GOUVEIA, Maria Ângela (2005) - "OREST project: Late Roman pottery productions from the lower Tejo". Oxford: Archaeopress (BAR International series 1340). [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/web_extract_external.get_external?code=1235670&col_ext=content1&tab=ecom_publication. [acedido em: Agosto de 2011]

RAPOSO, Jorge; SABROSA, Armando; DUARTE, Ana Luísa (1995) - "Ânforas do vale do Tejo: as olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete)". [em linha] Disponível em: http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/web_extract_external.get_external?code=1104411&col_ext=content1&tab=ecom_publication. [acedido em: Agosto de 2011] ISSN: 0304-243.-A. 77

RAPOSO, Luis; MARTINS, Adolfo; CORREIA, Virgílio (2000) - "Normas de Inventário de Arqueologia. Normas Gerais.". Lisboa. Instituto Português de Museus. [em linha] Disponível em: http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Download/Normas/ARQ_NormasGerais.pdf. [acedido em: Setembro de 2011] ISBN n.º 972-776-065-1

REMELGADO, Ana Patricia Soares Lapa (2008) - "Gestão Integrada de Colecções Museológicas: proposta aplicada aos Museus da Câmara Municipal do Porto". Dissertação de Mestrado em Museologia; Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Porto; Faculdade de Letras, Universidade do Porto.p.296.

RIVIÈRE, Georges H. (1992) - "L'Écomusée, un modèle évolutif (1971-1980)" in "Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie", p.440-445.

SANTOS, Cézer (2011) - "As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol". Dissertação de Mestrado em Arqueologia; Departamento de História; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.p.135.

VARINE, Hugues de (1985) - "*L'écomusée: au-delà du mot*" in *Museum*, nº 148, 1985.
[em linha] Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127347eo.pdf#68373>. [acedido em:
Janeiro de 2012]

YASSUDA, Silvia Nathaly (2009) - "*Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objecto no Museu Paulista*". Dissertação de Pós-Graduação em Ciência da Informação; Marília; Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências.p.124.

LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1 - <i>Tabela Tipológica</i>	42
Tabela 2 - <i>Distribuição do Número de Fragmentos por Formas</i>	45
Tabela 3 - <i>Relação entre Formas e nº de Sub-variantes Tipológicas</i>	46
Tabela 4 - <i>Distribuição da Coleção por Formas</i>	47
Tabela 5 - <i>Distribuição do Conjunto Inventariado em suporte Micromusée por Formas</i>	60

LISTA DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 1 – <i>Distribuição de fragmentos por formas</i>	45
Gráfico 2 - <i>Distribuição do Conjunto Inventariado em suporte Micromusée por Formas</i>	60

ANEXOS

ANEXO I

CONTEÚDO

Imagem 1 – Distribuição dos Núcleos e Extensões do EMS no Seixal

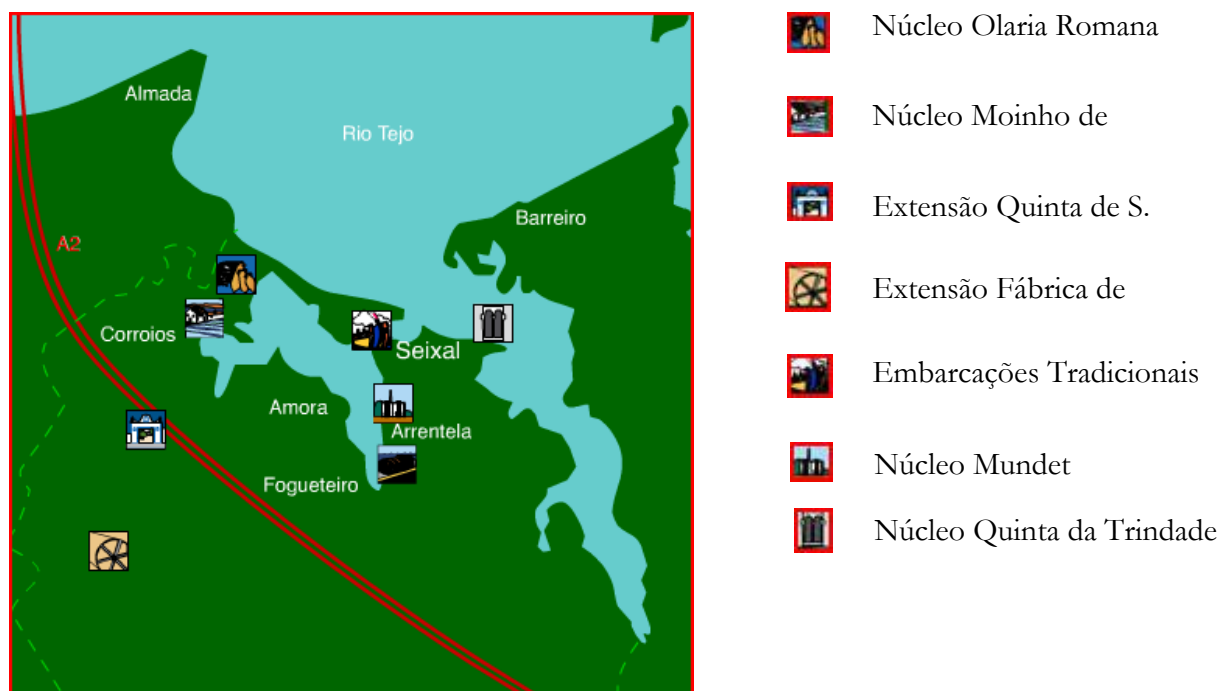


IMAGEM 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS E EXTENSÕES DO EMS NO SEIXAL

Fonte: http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/nucleos_home.html
[accedido em Agosto de 2011]

ANEXO II

CONTEÚDO

Imagem 1 – Localização do Núcleo da Quinta do Rouxinol

Imagem 2 – Planta da área escavada na Quinta do Rouxinol

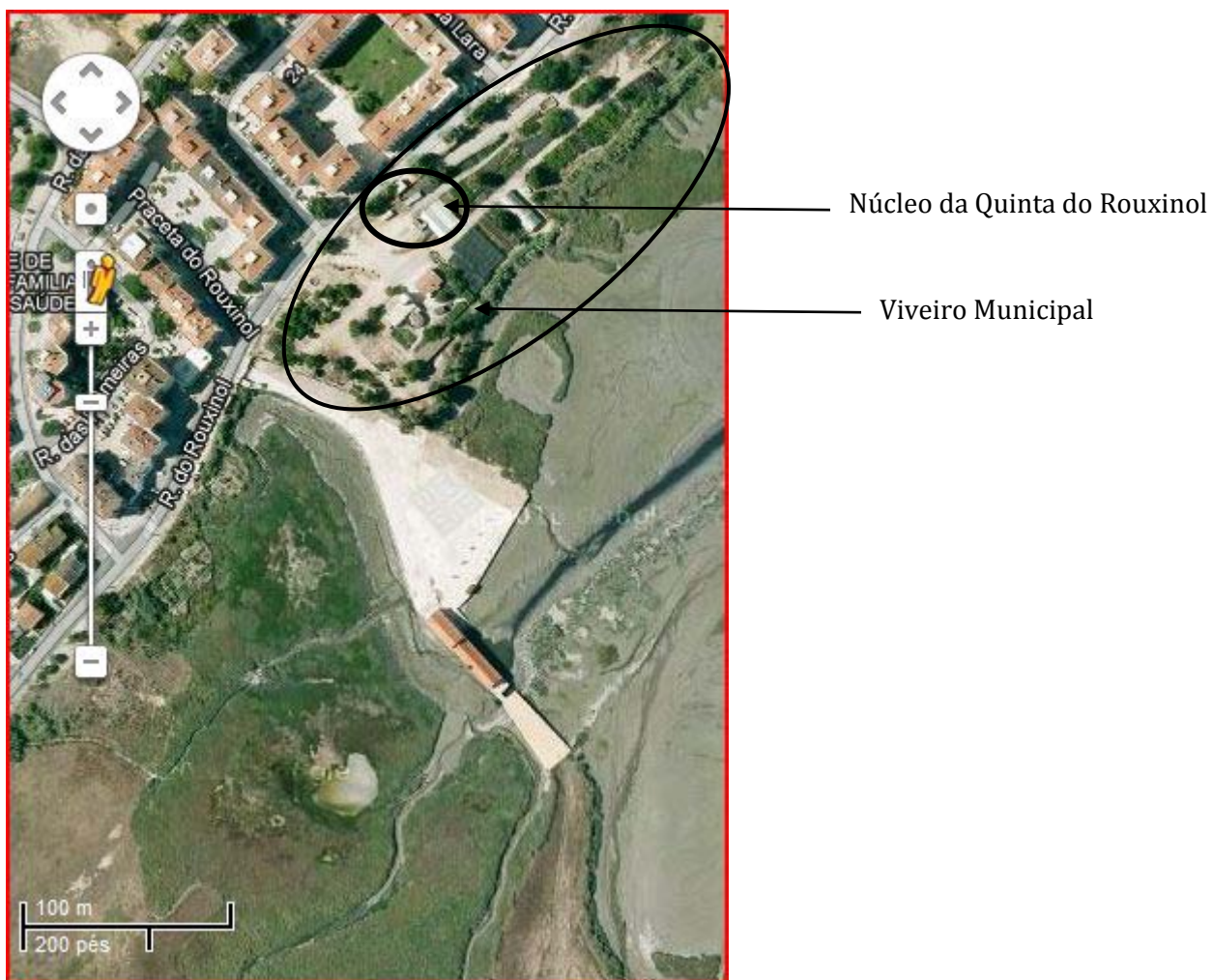


IMAGEM 1 – LOCALIZAÇÃO DO NÚCLEO DA QUINTA DO ROUXINOL

Fonte: <http://maps.google.pt/maps?hl=pt-PT&tab=wl> [acedido em Fevereiro de 2012]

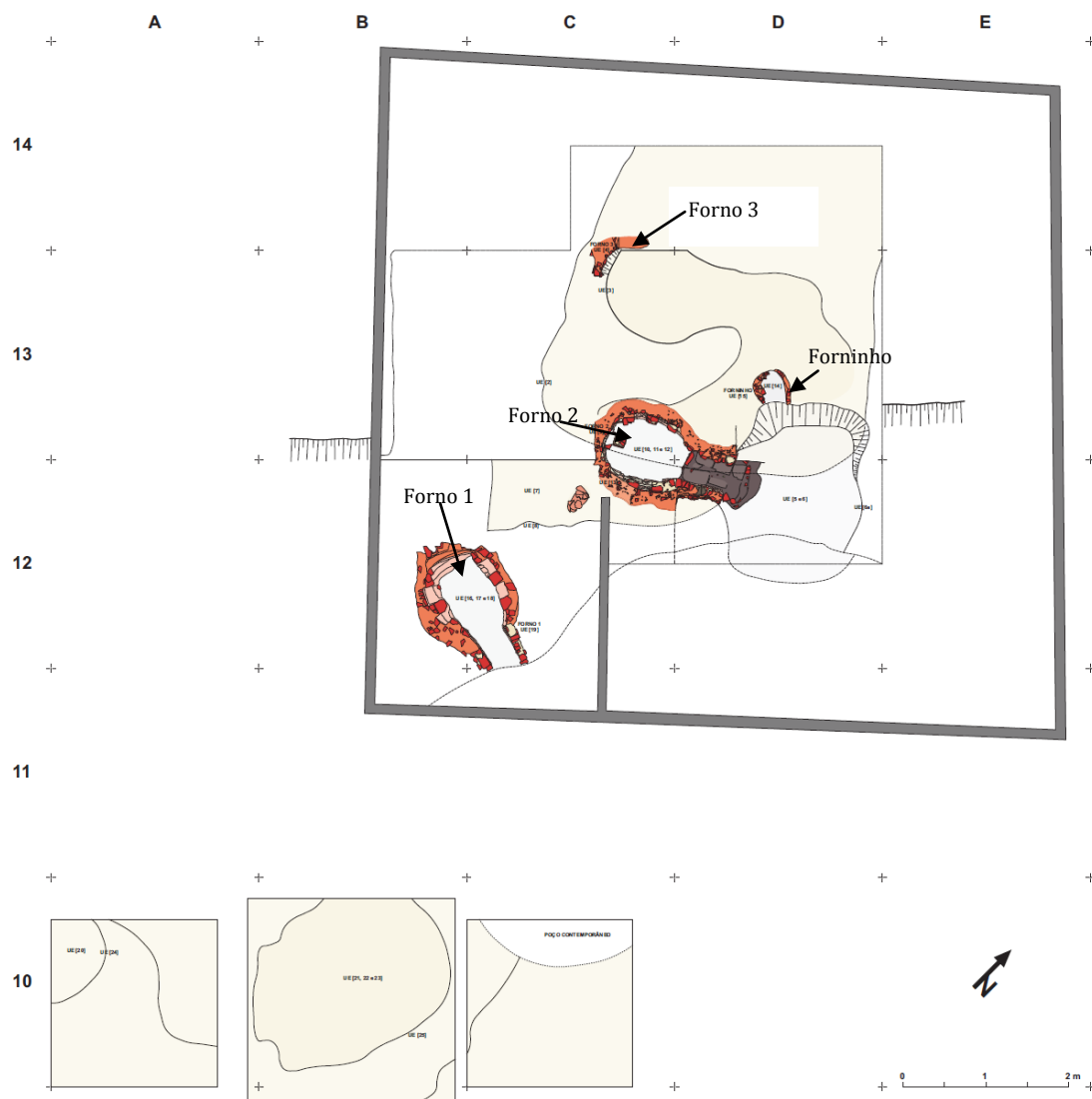


IMAGEM 2 – PLANTA DA ÁREA ESCAVADA NA QUINTA DO ROUXINOL

Fonte: (Santos, 2011)

ANEXO III

CONTEÚDO

1. “ Quinta do Rouxinol – Espólio em Reserva – Cerâmica Comum”, Exemplo de Tabela utilizada no registo de dados de carácter morfológico
2. “Quinta do Rouxinol – Espólio em reserva – Cerâmica Comum – Diâmetros” Exemplo de tabela utilizada no registo das medições de diâmetro

1. “QUINTA DO ROUXINOL – ESPÓLIO EM RESERVA – CERÂMICA COMUM”, EXEMPLO DE TABELA UTILIZADA NO REGISTO DE DADOS DE CARÁCTER MORFOLÓGICO

Quinta do Rouxinol - Espólio em reserva - Cerâmica Comum

[illegible]

2. “QUINTA DO ROUXINOL – ESPÓLIO EM RESERVA – CERÂMICA COMUM – DIÂMETROS” EXEMPLO DE TABELA UTILIZADA NO REGISTO DAS MEDIÇÕES DE DIÂMETRO.

Quinta do Rouxinol - Espólio em reserva - Cerâmica Comum - Diâmetros

[illegible]

ANEXO IV

CONTEÚDO

1. Ficha tipo de Fabricos Preenchida (Exemplo)
2. Grupos Técnicos: Caracterização Petrográfica

1. FICHA TIPO DE FABRICOS PREENCHIDA (EXEMPLO)

DESCRIÇÃO TÉCNICA DE GRUPOS DE FABRICO			
Grupo Tecnico	C1	Matriz da Cerâmica:	Ref. do Sítio: QTR
Qtr. Relacionados		☐ Calcária ☒ Não-Calcária ☐ Caulinitica	Tipologia Morfológico-Funcional do Grupo: cerâmica comum
Cor Munsell			
Cor do Cerne:	2.5YR 6/6	7.5YR 6/6	Avermelhado e castanho alaranjado
Cor da Superfície:	7.5YR 7/6	5YR 6/6	Castanho alaranjado
Acabamento da Superfície: ☒ Ausente ☐ Engobe não vitrificado ☐ Alisamento ☐ Engobe vitrificado ☐ Aguada ☐ Vidrado ☐ Brunimento ☐ Outro		Técnica de Conformação: ☐ Manual ☐ Torno Lento ☒ Torno Rápido ☐ Molde	
Textura da Pasta: ☐ 1 Fina ☐ 2 Média ☒ 3 Grosseira ☐ Vacúolos A pasta é mais ou menos compacta, apresenta muitos negativos de elementos não plásticos que se soltaram.		Condições de Cozedura: ☒ A - Heterogénea ☐ B - Redutora ☐ C - Oxidante ☐ Sobrecozedura	
		Fractura: ☐ Concooidal ☒ Irregular ☐ Lisa ☐ Laminada	Dureza: ☒ Branda, < 2 ☐ Dura, de 3 a 6 ☐ Muito Dura, > 6
		Sensação ao Toque: ☒ Áspero ☐ Rugoso ☐ Suave ☐ Pulvorulento ☐ Saponáceo	
		Desengordurante: ☐ Sim ☐ Não ☒ Indeterminado	
Inclusões: ☒ Quartzo ☐ Moscovite (MB) ☐ Calcite ☐ Feldspato ☐ Nódulos de Ferro ☐ "Rocha" ☐ "Minerais Negros" ☐ Cerâmica Triturada ☐ Outras ☐ Biotite (MN) ☐ Concha Dimensão variável entre fina e grosseira, apresenta quartzos de vários tipos.			
Inclusões: ☐ Quartzo ☒ Moscovite (MB) ☐ Calcite ☐ Feldspato ☐ Nódulos de Ferro ☐ "Rocha" ☐ "Minerais Negros" ☐ Cerâmica Triturada ☐ Outras ☐ Biotite (MN) ☐ Concha			
Inclusões: ☐ Quartzo ☐ Moscovite (MB) ☐ Calcite ☐ Feldspato ☒ Nódulos de Ferro ☐ "Rocha" ☐ "Minerais Negros" ☐ Cerâmica Triturada ☐ Outras ☐ Biotite (MN) ☐ Concha Pequenos picos e nódulos avermelhados que se desfazem com facilidade.			
Forma: ☐ Arredondado ☒ Subarredondado ☐ Angular			
Frequência: ☐ Reduzida < 20% ☒ Média de 20% a 30% ☐ Elevada > 30%			
Dimensão: ☐ Fina < 0,25 mm ☐ Média 0,26 a 0,50 mm ☐ Grosseira 0,51 a 1 mm ☒ Muito Grosseira > 1 mm			
Forma: ☐ Arredondado ☐ Subarredondado ☒ Angular			
Frequência: ☐ Reduzida < 20% ☒ Média de 20% a 30% ☐ Elevada > 30%			
Dimensão: ☐ Fina < 0,25 mm ☐ Média 0,26 a 0,50 mm ☒ Grosseira 0,51 a 1 mm ☐ Muito Grosseira > 1 mm			
Forma: ☐ Arredondado ☒ Subarredondado ☐ Angular			
Frequência: ☐ Reduzida < 20% ☒ Média de 20% a 30% ☐ Elevada > 30%			
Dimensão: ☐ Fina < 0,25 mm ☐ Média 0,26 a 0,50 mm ☒ Grosseira 0,51 a 1 mm ☐ Muito Grosseira > 1 mm			
Observações:			
Data: 21-06-2010			

2. GRUPOS TÉCNICOS: CARACTERIZAÇÃO PETROGRÁFICA¹

Designação de Grupo Técnico	Descrição de Grupo Técnico
A1	<i>“Pasta não-calcária com a cor do cerne e superfície alaranjada (5YR 6/8); conformada manualmente,</i> <i>com cozedura heterogénea. A textura da pasta é grosseira (mais ou menos compacta, apresenta muitos negativos de elementos não plásticos que se soltaram), com fractura irregular, dura e áspera ao toque e acabamento ausente.</i> <i>As inclusões identificadas foram as seguintes:</i> Quartzo de forma subarredondada, frequência elevada e dimensão muito grosseira (embora a dimensão seja variável, entre fina e grosseira, com quartzos de vários tipos); Moscovite de forma angular, frequência média e dimensão fina; Nódulos de ferro ou partículas de cerâmica triturada de forma subarredondada, de frequência média e dimensão média (pequenos picos e nódulos que se desfazem com facilidade).
A1a	<i>Distingue-se por possuir um alisamento como tratamento da superfície externa ou interna.</i>
A2	<i>Pasta não-calcária com a cor do cerne avermelhado e castanho alaranjado (2.5YR 6/6; 7.5YR 6/6), a cor da superfície é castanha alaranjada (7.5YR 7/6). Conformada manualmente, com cozedura heterogénea. A textura da pasta é média, com fractura irregular, dura e áspera ao toque e acabamento ausente.</i> <i>As inclusões identificadas foram as seguintes:</i> Quartzo de forma subarredondada, frequência média e dimensão média (embora a dimensão seja variável, entre fina e grosseira, com quartzos de vários tipos); Moscovite de forma angular, frequência média e dimensão fina; Nódulos de ferro ou partículas de cerâmica triturada de forma subarredondada, de frequência reduzida e dimensão grosseira (pequenos picos e nódulos que se desfazem com facilidade).

¹ Informações retiradas de (SANTOS, 2011, p. 38-44)

Designação de Grupo Técnico	Descrição de Grupo Técnico
A2a	<i>Distingue-se por possuir um alisamento como tratamento da superfície externa ou interna.</i>
B2	<i>A pasta é calcária ou caulinítica com a cor do cerne e da superfície bege esbranquiçada (10YR 8/2). Conformada manualmente, com cozedura heterogénea. A textura da pasta é média, com fractura laminada, branda, rugosa ao toque e acabamento ausente. Não é possível determinar a existência de desengordurante.</i> <i>As inclusões identificadas foram as seguintes:</i> Quartzos de diversos tipos, alguns deles baços e sem brilho, de forma angular e subarredondada, frequência média e dimensão média a muito grosseira; Moscovite de forma subarredondada, frequência reduzida e dimensão fina; “Rocha” com tons avermelhados, de forma subarredondada, frequência reduzida e dimensão fina.
B2a	<i>Distingue-se por possuir um alisamento como tratamento da superfície externa ou interna.</i>
C1	<i>Pasta não-calcária com a cor do cerne avermelhado e castanho alaranjado (2.5YR 6/6; 7.5YR 6/6; 5YR 6/8), a cor da superfície é castanha alaranjada (7.5YR 7/6; 5YR 6/6). Conformada em torno rápido, com cozedura heterogénea. A textura da pasta é grosseira (mais ou menos compacta, apresenta muitos negativos de elementos não plásticos que se soltaram), com fractura irregular, dura, áspera ao toque e acabamento ausente.</i> <i>As inclusões identificadas foram as seguintes:</i> Quartzos de forma subarredondada, frequência média e dimensão grosseira (embora a dimensão seja variável, entre fina e grosseira, com quartzos de vários tipos); Moscovite de forma angular, frequência média e dimensão fina; Nódulos de ferro ou partículas de cerâmica triturada de forma subarredondada, de frequência reduzida e dimensão grosseira (pequenos picos e nódulos que se desfazem com facilidade).
C1a	<i>Distingue-se por possuir um alisamento como tratamento da superfície externa ou interna.</i>

Designação de Grupo Técnico	Descrição de Grupo Técnico
C1b	<i>Distingue-se por possuir uma aguada como tratamento da superfície externa ou interna.</i>
C2	<i>Pasta não-calcária com a cor do cerne avermelhado e castanho alaranjado (2.5YR 6/6; 7.5YR 6/6; 5YR 6/8), a cor da superfície é castanha alaranjada (7.5YR 7/6; 5YR 6/6). Conformada em torno rápido, com cozedura heterogénea. A textura da pasta é média com fractura irregular, dura, áspera ao toque e acabamento ausente.</i> <i>As inclusões identificadas foram as seguintes:</i> Quartzos de forma subarredondada, frequência média e dimensão grosseira (embora a dimensão seja variável, entre fina e grosseira, com quartzos de vários tipos); Moscovite de forma angular, frequência média e dimensão fina; Nódulos de ferro ou partículas de cerâmica triturada de forma subarredondada, de frequência reduzida e dimensão grosseira (pequenos picos e nódulos que se desfazem com facilidade).
C2a	<i>Distingue-se por possuir um alisamento como tratamento da superfície externa ou interna.</i>
C2b	<i>Distingue-se por possuir uma aguada como tratamento da superfície externa ou interna.</i>
C2c	<i>Distingue-se por possuir um brunimento como tratamento da superfície externa ou interna.</i>

Designação de Grupo Técnico	Descrição de Grupo Técnico
D2	<i>A pasta é calcária ou caulinítica com a cor do cerne e da superfície bege esbranquiçada (10YR 8/2). Conformada em torno rápido, com cozedura heterogénea. A textura da pasta é média, com fractura laminada, branda, pulverulenta ao toque e acabamento ausente. Não é possível determinar a existência de desengordurante.</i> <i>As inclusões identificadas foram as seguintes:</i> Quartzos de diversos tipos, alguns deles baços e sem brilho outros de cor rosada, de forma angular e subarredondado, frequência média e dimensão média; Moscovite de forma subarredondada, frequência reduzida e dimensão fina; “Rocha” com tons avermelhados, de forma subarredondada, frequência reduzida e dimensão fina.
D2a	<i>Distingue-se por possuir um alisamento como tratamento da superfície externa ou interna.</i>
D3	<i>A pasta é calcária ou caulinítica com a cor do cerne e da superfície bege esbranquiçada (10YR 8/2). Conformada em torno rápido, com cozedura heterogénea. A textura da pasta é fina, com fractura concoidal, dura, áspero ao toque e acabamento ausente. Não é possível determinar a existência de desengordurante.</i> <i>As inclusões identificadas foram as seguintes:</i> Quartzos de diversos tipos, alguns deles baços e sem brilho outros de cor rosada, de forma angular e subarredondada, frequência média e dimensão média; Moscovite de forma subarredondada, frequência reduzida e dimensão fina; “Rocha” com tons avermelhados, de forma subarredondada, frequência reduzida e dimensão fina.
D3a	<i>Distingue-se por possuir um alisamento como tratamento da superfície externa ou interna.</i>
D3b	<i>Distingue-se por possuir uma aguada como tratamento da superfície externa ou interna.</i>
D3d	<i>Distingue-se por possuir um engobe não vitrificado como tratamento da superfície externa ou interna de cor vermelha, semelhante ao vermelho pompeiano (10R 4/6)</i>

Designação de Grupo Técnico	Descrição de Grupo Técnico
E1	<i>Pasta de eventual mistura com a cor do cerne bege alaranjado (7.5YR 7/6) e a cor da superfície bege rosado (2.5YR 6/8; 7.5YR 8/3). Não tem acabamento de superfície. Conformada em torno rápido, com cozedura heterogénea. A textura da pasta é grosseira, com fractura irregular, branda, pulverulenta ao toque. Não é possível determinar a existência de desengordurante.</i> <i>As inclusões identificadas foram as seguintes:</i> Quartzo de forma subarredondada, frequência elevada e dimensão muito grosseira; Moscovite de forma angular, frequência elevada e dimensão média; Nódulos de ferro ou partículas de cerâmica triturada de forma subarredondada, de frequência reduzida e dimensão grosseira (pequenos picos e nódulos que se desfazem com facilidade).
E1a	<i>Distingue-se por possuir um alisamento como tratamento da superfície externa ou interna.</i>
E2	<i>Pasta de eventual mistura com a cor do cerne bege alaranjado (7.5YR 7/6) e a cor da superfície bege rosado (7.5YR 8/4). Não tem acabamento de superfície. Conformada em torno rápido, com cozedura heterogénea. A textura da pasta é média, com fractura irregular, muito dura, áspera ao toque. Não é possível determinar a existência de desengordurante.</i> <i>As inclusões identificadas foram as seguintes:</i> Quartzo de forma subarredondada, frequência média e dimensão média; Moscovite de forma angular, frequência média e dimensão fina; Nódulos de ferro ou partículas de cerâmica triturada de forma subarredondada, de frequência média e dimensão muito grosseira (pequenos picos e nódulos que se desfazem com facilidade).
E2a	<i>Distingue-se por possuir um alisamento como tratamento da superfície externa ou interna.</i>
E2d	<i>Distingue-se por possuir um engobe não vitrificado como tratamento da superfície externa ou interna de cor bege claro (7.5YR 8/3)</i>

Designação de Grupo Técnico	Descrição de Grupo Técnico
E3	<i>Pasta de eventual mistura com a cor do cerne amarelo avermelhado (5YR 7/8) e a cor da superfície bege rosado (5YR 8/4; 7.5YR 8/3). Não tem acabamento de superfície. Conformada em torno rápido, com cozedura heterogénea. A textura da pasta é fina, com fractura irregular, branda, pulverulenta ao toque. Não é possível determinar a existência de desengordurante.</i> <i>As inclusões identificadas foram as seguintes:</i> Quartzo de forma angular, frequência média e dimensão média; Moscovite de forma angular, frequência média e dimensão fina; Nódulos de ferro ou partículas de cerâmica triturada de forma subarredondada, de frequência média e dimensão média (pequenos picos e nódulos que se desfazem com facilidade).
E3a	<i>Distingue-se por possuir um alisamento como tratamento da superfície externa ou interna.</i>
F2	<i>Pasta de eventual mistura com a cor do cerne castanho (5YR 3/3) e a cor da superfície cinzenta acastanhada (2.5YR 3/1). Não tem acabamento de superfície. Conformada em torno rápido, com cozedura redutora. A textura da pasta é média, com fractura irregular, dura, suave ao toque. Não é possível determinar a existência de desengordurante.</i> <i>As inclusões identificadas foram as seguintes:</i> Quartzo de forma angular, frequência reduzida e dimensão média; Moscovite de forma angular, frequência média e dimensão fina; Nódulos de ferro ou partículas de cerâmica triturada de forma subarredondada, de frequência reduzida e dimensão média (pequenos picos e nódulos que se desfazem com facilidade).
F2c	<i>Distingue-se por possuir um brunimento como tratamento da superfície externa ou interna.</i>

Designação de Grupo Técnico	Descrição de Grupo Técnico
G3	<i>Pasta não-calcária com a cor do cerne avermelhado e castanho alaranjado (2.5YR 6/6; 7.5YR 6/6), a cor da superfície é castanha alaranjada (7.5YR 7/6). Conformada a molde, com cozedura heterogénea. A textura da pasta é fina com fractura irregular, branda, suave ao toque e acabamento ausente.</i> <i>As inclusões identificadas foram as seguintes:</i> Quartzo de forma subarredondada, frequência média e dimensão média; Moscovite de forma angular, frequência média e dimensão fina; Nódulos de ferro ou partículas de cerâmica triturada de forma subarredondada, de frequência reduzida e dimensão fina (pequenos picos e nódulos que se desfazem com facilidade).
G3a	<i>Distingue-se por possuir um brunimento como tratamento da superfície externa ou interna."</i>

ANEXO V

CONTEÚDO

Tabela 1 – Tabela de distribuição do total de fragmentos por Variantes de Formas Abertas

Tabela 2 - Tabela de distribuição do total de fragmentos por Variantes de Formas Fechadas

Tabela 3 - Tabela de distribuição do total de fragmentos por Variantes de Tampas

Tabela 4 - Tabela de distribuição do total de fragmentos por Variantes de Lucernas

Tabela 5 - Tabela de distribuição do total de fragmentos por Variantes de Moldes

Tabela 6 - Tabela de distribuição do total de fragmentos por Variantes de Suportes

Tabela 7 - Tabela de distribuição do total de fragmentos por Variantes de Pesos

TABELA 1 – TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FRAGMENTOS POR VARIANTES DE FORMAS ABERTAS¹

1 - Formas Abertas							
	Prato 1.1	Prato Covo 1.2	Tigela 1.3	Bacia 1.4	Almofariz 1.5	Alguidar 1.6	Funil 1.7
BH - 1							
BD - 2	284		268				1
BVI - 3	919	404	46	1		6	
BVE - 4	29		182	1		314	
BT - 5				67	17	38	
BAM - 6							
BDO - 7							
BB - 8				8			
BCC - 9							
BDA - 10			12		4		
BAA - 11					169		
BAI - 12						5	
BDC - 13							
BTRI - 14							
Total de Formas Abertas	2775						

BH – Bordo Horizontal

BD – Bordo Direito

BVI – Bordo Voltado para o Interior

BVE – Bordo Voltado para o Exterior

BT – Bordo Triangular

BAM – Bordo Amendoado

BDO – Bordo Dobrado sobre o Ombro

BB – Bordo Bífido

1 - Formas Abertas (%)							
	Prato 1.1	Prato Covo 1.2	Tigela 1.3	Bacia 1.4	Almofariz 1.5	Alguidar 1.6	Funil 1.7
BH - 1							
BD - 2	2,96%		2,80%				0,01%
BVI - 3	9,59%	4,21%	0,48%	0,01%		0,06%	
BVE - 4	0,30%		1,90%	0,01%		3,28%	
BT - 5				0,70%	0,18%	0,40%	
BAM - 6							
BDO - 7							
BB - 8				0,08%			
BCC - 9							
BDA - 10			0,13%		0,04%		
BAA - 11					1,76%		
BAI - 12						0,05%	
BDC - 13							
BTRI - 14							
Total de Formas Abertas	28,95%						

¹ Aos valores das tabelas 1 a 7 devem-se juntar 1925 fragmentos indeterminados que perfazem 20,08% do total de fragmentos analisados.

TABELA 2 - TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FRAGMENTOS POR VARIANTES DE FORMAS FECHADAS

2 - Formas Fechadas								
	Tacho 2.1	Pote/Panela 2.2	Potinho 2.3	Jarro 2.4	Bilha 2.5	Cântaro 2.6	G. P. Can 2.7	Talha 2.8
BH - 1		28						13
BD - 2		324		31	15	2		
BVI - 3			5					
BVE - 4	284	958	430	116	4	3	41	
BT - 5					40			2
BAM - 6								4
BDO - 7	1614							3
BB - 8								
BCC - 9		21	57					
BDA - 10								
BAA - 11								
BAI - 12								
BDC - 13					57	15		
BTRI - 14			23	92	171			
Total de Formas Fechadas	4353							

BH – Bordo Horizontal

BD – Bordo Direito

BVI – Bordo Voltado para o Interior

BVE – Bordo Voltado para o Exterior

BT – Bordo Triangular

BAM – Bordo Amendoado

BDO – Bordo Dobrado sobre o Ombro

BB – Bordo Bífido

	2 - Formas Fechadas (%)							
	Tacho 2.1	Pote/Panel 2.2	Potinho 2.3	Jarro 2.4	Bilha 2.5	Cântaro 2.6	G. P. Can 2.7	Talha 2.8
BH - 1		0,29%						0,14%
BD - 2		3,38%		0,32%	0,16%	0,02%		
BVI - 3			0,05%					
BVE - 4	2,96%	9,99%	4,49%	1,21%	0,04%	0,03%	0,43%	
BT - 5					0,42%			0,02%
BAM - 6								0,04%
BDO - 7	16,84%							0,03%
BB - 8								
BCC - 9		0,22%	0,59%					
BDA - 10								
BAA - 11								
BAI - 12								
BDC - 13					0,59%	0,16%		
BTRI - 14			0,24%	0,96%	1,78%			
Total de Formas Fechadas	45,41%							

TABELA 3 - TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FRAGMENTOS POR VARIANTES DE TAMPAS

4. Tampas				
	BD 4.1	BT 4.2	BVI 4.3	BVE 4.4
1. Perfil Obliquo	48	7	1	7
2. Perfil Horizontal	142			
Total de Tampas	205			

BD – Bordo Direito

BT – Bordo Triangular

BVI – Bordo Voltado para o Interior

BVE – Bordo Voltado para o Exterior

4. Tampas (%)				
	BD 4.1	BT 4.2	BVI 4.3	BVE 4.4
1. Perfil Obliquo	0,50%	0,07%	0,01%	0,07%
2. Perfil Horizontal	1,48%			
Total de Tampas	2,14%			

TABELA 4 - TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FRAGMENTOS POR VARIANTES DE LUCERNAS

5. Lucernas		
	MAN 5.1	MLD 5.2
1. Peças Abertas	2	
2. Peças Fechadas	2	2
Total das Lucernas	6	

5. Lucernas (%)		
	MAN 5.1	MLD 5.2
1. Peças Abertas	0,02%	
2. Peças Fechadas	0,02%	0,02%
Total das Lucernas	0,06%	

MAN – Conformação Manual

MLD – Conformação a Molde

TABELA 5 - TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FRAGMENTOS POR VARIANTES DE MOLDES

6. MOLDES		
6.1 Moldes de Lucerna		
	M. Bloco 1.	M. Recortado 2.
1. Fundo		
2. Topo	2	1
Total de Moldes	3	

6.1 Moldes de Lucerna (%)		
	M. Bloco 1.	M. Recortado 2.
1. Fundo		
2. Topo	0,02%	0,01%
Total de Moldes	0,03%	

TABELA 6 - TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FRAGMENTOS POR VARIANTES DE SUPORTES

7. Suportes		
	Em Anel 7.1	Tubulares 7.2
1. Secção Triangular	1	
1. PO		1
2. PV		73
3. PA		231
Total de Suportes	306	

7. Suportes (%)		
	Em Anel 7.1	Tubulares 7.2
1. Secção Triangular	0,01%	
1. PO		0,01%
2. PV		0,76%
3. PA		2,41%
Total de Suportes	3,19%	

PO – Perfil Oblíquo
PV – Perfil Vertical
PA – Perfil Arqueado

TABELA 7 - TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FRAGMENTOS POR VARIANTES DE PESOS

8. Pesos		
	Curvilíneos 8.1	Angulares 8.2
1. Discóide	7	
2. Bobina	1	
3. Quadrante	1	
1. Trapezoidal		3
Total de Pesos	12	

8. Pesos (%)		
	Curvilíneos 8.1	Angulares 8.2
1. Discóide	0,07%	
2. Bobina	0,01%	
3. Quadrante	0,01%	
1. Trapezoidal		0,03%
Total de Pesos	0,13%	

ANEXO VI

CONTEÚDO

Tabela 1 - Tabela de definição de Terminologia Formal

TABELA 1 - TABELA DE DEFINIÇÃO DE TERMINOLOGIA FORMAL¹

Designação	Definição	Observações
<i>Alguidar</i>	Peça utilizada na cozinha ou em actividades de higiene, aberta, cujo perfil pode ser contínuo ou descontínuo, e funda, em geral troncocónica, mas que pode ter também modelações elípticas ou ovais. Com ou sem asas, o fundo é plano e largo. A dimensão da abertura ou a dimensão mínima da abertura (no caso das peças elípticas), deve estar compreendida entre uma vez e meia e três vezes a altura máxima ($1,5X H \leq M \leq 3X H$), o diâmetro da abertura, no caso das peças com perímetro de bordo circular, é maior que 40 cm.	
<i>Almofariz</i>	Peça utilizada na cozinha para preparação de alimentos, aberta, de perfil geralmente descontínuo, mas que pode também ser contínuo, usada para triturar com a ajuda de um pilão, de morfologia semelhante à tigela, normalmente com o bordo bem marcado e, por vezes, com um vertedouro e fundo plano ou pé diferenciado. A superfície interna pode apresentar estriamento concêntrico ou inclusão de pedrinhas angulosas. As proporções são idênticas às das tigelas, com o diâmetro máximo entre duas a quatro vezes a altura máxima ($2X H \leq M \leq 4X H$) e maior ou igual ao dobro do diâmetro do fundo ($M \geq 2X DF$).	
<i>Bacia</i>	Peça utilizada na cozinha ou em actividades de higiene, de forma aberta e perfil geralmente contínuo mas que também pode ser descontínuo, morfologicamente semelhante a uma grande tigela, geralmente com asas horizontais, de fundo plano, paredes fortemente oblíquas. O diâmetro da abertura superior a quatro vezes a altura ($M > 4X H$), pode eventualmente ser elíptico, e de diâmetro superior a 20 cm.	

¹ As informações constantes nesta tabela foram retiradas de (Ecomuseu, 2007 – [em permanente actualização] p. 29-38)

<i>Bilha</i>	Recipiente utilizado para servir alimentos líquidos à mesa, fechado, com perfil descontínuo, usado para servir líquidos, caracterizado pelo colo estreito, a pança larga e a aplicação de uma ou duas asas. Proporcionalmente, o diâmetro da pança será sempre três vezes superior ao diâmetro do colo ($DM \geq 3X DC$) e a altura superior ao diâmetro da abertura ($HM > DB$), diâmetro do bordo inferior a 10,5 cm e do colo inferior a 6 cm.	Peças morfologicamente semelhantes mas com colo mais largo (diâmetro do bojo menos diferenciado do diâmetro do colo – $DM < 3 DC$) são <u>jarros</u>. Peças morfologicamente semelhantes mas de maior dimensão são <u>cântaros</u>.
<i>Caçarola</i>	Tacho com pega ou cabo.	
<i>Caneca</i>	Copo com asas.	
<i>Cântaro</i>	Recipiente usado para armazenar líquidos, caracterizado pelo colo estreito em relação à pança e aplicação de uma ou duas asas. Proporcionalmente, o diâmetro da pança será sempre três vezes superior ao diâmetro do colo ($DM \geq 3X DC$) e a altura superior ao diâmetro da abertura ($HM > DB$), diâmetro do bordo entre 9 e 14 cm.	
<i>Chávena</i>	Copo com asas e diâmetro máximo superior à altura ($DB > HM$).	
<i>Copo</i>	Peça utilizada para consumo de alimentos líquidos, sem asas, de paredes verticais ou muito pouco extrovertidas, com diâmetro da abertura inferior a uma vez e meia a altura ($DB < 1,5 HM$) e compreendido entre 6 e 12 cm ($6 \text{ cm} \leq DB \leq 12 \text{ cm}$).	Peças morfologicamente semelhantes mas com asas e diâmetro máximo superior à altura são <u>chávenas</u> ($DB > HM$).
<i>Frigideira</i>	Peça aberta, semelhante a placa ou prato com pega (s) ou cabo, usada para fritar alimentos ou para os cozinhar no forno.	<u>Sertã</u> : USE <u>Frigideira</u>
<i>Funil</i>	Peça aberta, com perfil descontínuo, de forma semelhante à da Tigela (facilmente confundível) com bico ou vertedouro na extremidade inferior. Usado para verter líquidos para recipientes de forma fechada.	

<i>Garrafa</i>	Bilha sem asas, com colo alto (gargalo), e corpo desde a base até ao colo de proporções regulares (cilíndrica).	
<i>Grande Pote Canelado</i>	Peça fechada, com perfil descontínuo, morfológicamente semelhante a um pote mas de dimensões muito maiores, usada essencialmente na preparação do pez (breu cru) através da cozedura. Apresenta na superfície externa caneluras em toda a face. Proporcionalmente, a altura é sempre superior ao diâmetro da abertura ($HM > DB$) e geralmente inferior ou igual ao diâmetro da pança ($HM < DM$), diâmetros do bordo superiores a 25 cm, terá de se ter em conta outras medidas (espessura das paredes e proporção diâmetro/altura).	
<i>Jarro</i>	Peça utilizada para servir alimentos líquidos, fechada, com perfil descontínuo, morfológicamente aparentada com um pote mas sempre com uma asa, bordo simples, bico simples ou trilobado, usado para servir líquidos. Alguns jarros podem apresentar um pequeno vertedouro tubular na pança, nestes casos, podem ser coadores. O colo é largo e não muito diferenciado da pança ($DM < 3 \times DC$), no caso dos bordos trilobados a medida contabilizada é a do colo. A altura é sempre superior ao diâmetro da abertura ($HM > DB$), com diâmetro do bordo entre os 6,5 e os 12,5 cm.	Peças morfológicamente semelhantes mas com colo mais estreito (diâmetro do bojo três vezes superior ao diâmetro do colo – $DM \geq 3 DC$) são <u>bilhas</u> .
<i>Lucernas/Candeias</i>	Peça geralmente baixa, com um bico/queimador, um depósito de combustível, e geralmente com uma ou mais pegas/asas. São objectos usados para a iluminação do quotidiano, geralmente são modelados a partir de um molde bivalve ou conformados manualmente. Peça abundantemente utilizada em Época Romana para fins de iluminação, mediante a combustão de um óleo por intermédio de uma torcida. Normalmente possuía uma asa e era moldada, apresentando a zona superior (disco) frequentemente decorada. Um orifício permitia a alimentação do óleo, enquanto outro servia para a saída da torcida.	

Moldes	Utensílio usado na conformação de outros objectos.	
Panela	Recipiente utilizado para cozinhar alimentos a fogo, fechado, de perfil descontínuo, geralmente com asas, pança ovóide ou piriforme, fundo plano ou convexo. A altura superior ao diâmetro da abertura (HM > DB). Objecto usado para cozinhar alimentos, com diâmetro do bordo entre 10,5 e 30,5 cm. Objectos com diâmetros do bordo superiores a 25 cm podem corresponder a talhas, no entanto terá de se ter em conta outras medidas (espessura das paredes e proporção diâmetro/altura).	Peças morfologicamente semelhantes mas de diâmetro da abertura superior à altura são <u>tachos</u>. Peças morfologicamente semelhantes mas sem vestígios de uso culinário (acção do fogo) são <u>potes</u>. Em caso de dúvida USE Pote/panela.
Pesos	Objectos geralmente usados em actividades laborais ou oficinais. Geralmente os pesos de forma curvilínea seriam usados para lastrar redes de pesca. Os pesos de forma trapezoidal seriam provavelmente usados na tecelagem.	
Pote	Recipiente fechado, de perfil descontínuo, geralmente sem asas, pança ovóide ou piriforme, fundo plano. É usado para funções não-culinárias, pelo que geralmente não apresenta vestígios de uso culinário (acção do fogo). A altura superior ao diâmetro da abertura (HM > DB). Objecto com diâmetro do bordo entre 10,5 e 30,5 cm. Objectos com diâmetros do bordo superiores a 25 cm podem corresponder a talhas, no entanto terá de se ter em conta outras medidas (espessura das paredes e proporção diâmetro/altura).	Peças morfologicamente semelhantes mas com vestígios de uso culinário (acção do fogo) são panelas. Em caso de dúvida USE Pote/panela. Peças morfologicamente semelhantes mas de altura inferior ou igual ao diâmetro da abertura são <u>tachos</u>.
Potinho	Recipiente utilizado para consumir ou servir alimentos à mesa, fechado, de perfil descontínuo, normalmente com asas, pança ovóide, piriforme ou carenada, fundo plano ou com pé e usado, geralmente, para funções não-culinárias, para consumo de líquidos à mesa e, eventualmente, como fervedor. A altura superior ao diâmetro da abertura (HM > DB) mas pode ter o diâmetro da abertura menor que a altura (DB < HM). Com uma ou duas asas, diâmetro do bordo inferior a 12,5 cm. No caso dos potinhos de bordo trilobado e asa perpendicular ao vertedouro, o diâmetro do bordo pode ir até aos 14 cm.	

<i>Pratel</i>	Peça com igual relação DM/HM mas mais pequena, com diâmetro inferior a 15 cm.	<u>Prato pequeno</u> : USE <u>Pratel</u>
<i>Prato</i>	Peça geralmente usada para consumo de alimentos à mesa, com perfil geralmente contínuo, baixa, sem asas, de fundo plano ou ligeiramente côncavo, paredes fortemente extrovertidas e diâmetro da abertura superior a quatro vezes a altura ($DM > 4 HM$) e de dimensão entre 15 e 25 cm ($15 \text{ cm} \leq DM \leq 25 \text{ cm}$).	
<i>Prato Covo</i>	Objecto usado em contexto doméstico, tanto para servir alimentos à mesa, quanto para cozinhar alimentos a fogo, de forma aberta e perfil contínuo, morfológicamente semelhante ao prato (paredes fortemente extrovertidas, sem asas e com fundo plano ou côncavo) mas mais funda, com diâmetro máximo entre duas a quatro vezes a altura máxima ($2 HM \leq DM \leq 4 HM$) e menor que o dobro do diâmetro do fundo ($DM < 2 DF$).	Peças com igual relação HM/DM, mas de fundo mais estreito, isto é, com o diâmetro máximo maior ou igual ao dobro do diâmetro do fundo, são <u>tigelas</u> ($DM \geq 2 DF$). Peças morfológicamente semelhantes mas muito fundas, podem ser <u>terrinas</u> .
<i>Púcaro</i>	Peça utilizada para cozinhar ou aquecer alimentos líquidos, morfológicamente aparentada com um panela mas de dimensão relativamente pequena, de bojo ovóide ou levemente carenado, normalmente com uma ou duas asas, fundo plano, levemente côncavo ou com pé, com diâmetro da abertura geralmente menor que a altura ($DB < HM$), mas podendo ir até ao dobro desta ($DB \leq 2 HM$).	
<i>Suportes</i>	Acessório usado, geralmente, para suportar um recipiente que não se sustém por si só. Os suportes em anel são geralmente usados para sustentar potes ou panelas de fundo de base arredondada. Podem ser usados em contexto doméstico ou oficial. Os suportes de ânfora são elementos tubulares usados na actividade oleira para suportar ânforas na sua montagem ou no enforamento.	<u>Trempe</u> USE <u>Suporte Tubular</u>
<i>Taças</i>	Peça utilizada para consumir ou servir alimentos à mesa, morfológicamente semelhante à tigela com fundo ou pé alto e bem diferenciado, pode apresentar duas asas oponíveis.	

<i>Tacho</i>	Recipiente utilizado para cozinhar alimentos a fogo, normalmente fechado (embora possam existir peças de forma aberta), de perfil descontínuo, com ou sem asas, pança esférica, ovóide ou carenada, fundo plano ou convexo. A altura é inferior ou igual ao diâmetro da abertura ($HM \leq DB$), com diâmetros inferiores a 30,5 cm. Peças com diâmetros do bordo superiores a 25 cm podem corresponder a talhas, no entanto terá de se ter em conta outras medidas (espessura das paredes e proporção diâmetro/altura).	Peças morfologicamente semelhantes mas de altura superior ao diâmetro da abertura são <u>panelas</u> ou <u>potes</u> .
<i>Talha</i>	Peça fechada, com perfil descontínuo, morfologicamente semelhante a um pote mas de dimensões muito maiores, usada essencialmente para armazenamento. Proporcionalmente, a altura é sempre superior ao diâmetro da abertura ($HM > DB$) e geralmente inferior ao diâmetro da pança ($HM < DM$), diâmetros do bordo superiores a 25 cm, terá de se ter em conta outras medidas (espessura das paredes e proporção diâmetro/altura).	<u><i>Dolium</i></u> : USE <u>Talha</u>
<i>Tampas</i>	Acessório de forma aberta, para cobrir recipientes diversos (pratos, pratos covos, tachos, panelas, bilhas, talhas, etc.). Normalmente têm a forma de um prato ou tigela invertida, com uma pequena pega ou outro elemento de preensão.	
<i>Terrina</i>	Peça utilizada para servir alimentos à mesa, de morfologia pouco definida, que tanto pode apresentar perfis abertos como fechados, assemelhando-se a pratos covos fundos, tigelas fundas. Por vezes tem tampa, asas e fundo ou pé diferenciado. O diâmetro máximo terá entre uma a quatro vezes a altura máxima ($HM \leq DM \leq 4 HM$) e será maior ou igual ao dobro do diâmetro do fundo ($DM \geq 2 DF$).	

ANEXO VII

CONTEÚDO

1. Análise de Bibliografia

Tabela 1 – Análise Bibliográfica

1. ANÁLISE DE BIBLIOGRAFIA

Para esta análise bibliográfica foram seleccionados alguns títulos de referência relacionados com: o enquadramento legal português para o património cultural e para os museus portugueses; as orientações internacionais no âmbito da documentação em museus; as orientações no âmbito do inventário emanadas pelo IMC; e a bibliografia específica da temática arqueológica, particularmente no que concerne aos objectos cerâmicos. De cada um destes temas foram seleccionados apenas um ou dois títulos visto que a análise exaustiva de toda a bibliografia disponível não caberia no âmbito deste trabalho. Optamos assim por salientar os que nos pareceram mais indicados e dentro destes destacar os pontos mais relevantes para o presente estudo.

Na tabela seguinte realizamos a relação dos conceitos que nos parecem fundamentais para os objectivos a que nos propomos.

TABELA 1 – ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Fonte	Conceitos e ideias chave
Lei do Património Cultural Lei nº 107/2001	Artigo 6º: <i>Para além de outros princípios presentes nesta lei, a política do património cultural obedece aos princípios gerais de a) Inventariação, assegurando-se o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respectiva identificação.</i>
Lei-quadro dos Museus Portugueses Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto	Capítulo III, secção I, Artigo 7º entre as funções museológicas encontra-se na alínea c) o Inventário e a Documentação. Depois apresenta-se toda uma secção (Secção IV) dedicada a esta função museológica. Estabelece-se a obrigatoriedade do museu inventariar todos os bens incorporados (artigo 15º) mas salvaguarda-se no nº 3 do mesmo artigo que em circunstâncias excepcionais, decorrentes da natureza e características do acervo do museu, a incorporação pode não ser acompanhada da imediata elaboração do inventário museológico de cada bem cultural. No artigo 19º, nº 2, alínea h) estabelece-se como elemento obrigatório da ficha de inventário a Descrição.

Fonte	Conceitos e ideias chave
(CIDOC-ICOM, 1995) <i>“International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories”</i>	Pág. XVI ¹O grupo de Descrição fornece informação útil para arquivos de Segurança, Quantificação, Acesso, e Histórico. Na ausência de uma imagem fornece uma descrição detalhada do objecto e constitui-se um instrumento de busca que a imagem por si só não proporciona. Informação de Descrição pode ser usada para uma variedade de propósitos incluindo a investigação, exposições, e publicações. Categorias de informação: • <i>Descrição física</i> • <i>Estado do espécime</i> (usado apenas para espécimes de ciência). Descrição Física: • Descrição do aspecto visual geral do objecto. • Inclui informação acerca de molduras, bases e apresentação quando apropriado. Pode ser registada mais do que uma descrição física.
<i>"SPECTRUM: The UK Museum Documentation Standard,"</i> 2009)	Pág. 357 ²<u>Descrição física</u> Definição: aspecto visual geral de um objecto; Como registar: Use gramática e pontuações normais. Se apropriado inclua a referência e descrição da porção do objecto conservado. Comente apenas o estado de conservação se este afectar o estado de fragmentação. Descreva itens que seriam feitos usando um objecto. A base e a moldura devem também ser descritos se apropriado. Poder-se-ão mencionar os seguintes temas: • Qual a forma do objecto? • Descreva um objecto segundo a direcção que a peça toma (exemplo: o lado direito da escultura, e não o do observador). Não use ‘esquerdino’ ou ‘destro’ • Onde e como está decorado? • Como está seguro? • Como está construído? • Que escala é usada?

¹ Tradução livre do texto original.

² *Idem*

Fonte	Conceitos e ideias chave
(PINHO e FREITAS, 2000) <i>Normas de Inventário. Normas Gerais, Artes Plásticas e Artes Decorativas</i>	Pág. 33-34 • “Não se deve confundir descrição de inventário com entrada de catálogo, e dever-se-á ter sempre em conta a associação obrigatória de uma imagem a cada uma das peças inventariadas” • “Neste campo dever-se-á descrever objectivamente aquilo que se vê na peça e não o conhecimento que dela se tem.” • “Começar por descrever do geral para o particular” • “Identificar o tema/assunto representado”; • “Identificar o tema ou motivo principal primeiro, e secundário (s) ou envolvente (s), depois”; • “Identificar/descrever primeiro a forma/estrutura e depois os elementos decorativos” • “Descrever a forma e/ou composição abstracta ou figurativa de um objecto e/ou elementos decorativos, quando aplicável” Objectos bidimensionais • “Distinguir-se-á descrição estrutural e descrição conceptual. Começar-se-á por identificar o tema/padrão principal, seguido dos temas/elementos secundários, consoante se trate de uma composição figurativa, geométrica ou abstracta”. Objectos tridimensionais • “Identificar-se-á primeiramente a forma/estrutura e só depois a decoração. • A organização dos descritores acompanhará logicamente a verticalidade ou horizontalidade da própria peça. • A descrição será feita, tendencialmente, da base para o topo. (exemplo peças de ourivesaria) • Para a escultura, designadamente no que respeita a peças de Imaginária, a regra descritiva acima referida não se aplica. Neste caso, começar-se-á por descrever a atitude geral da imagem, seguida da sua descrição iconográfica e, por último, da leitura das formas e das técnicas nela presentes. • No final da descrição sintética e rigorosa da peça, admite-se a inclusão de um comentário personalizado, fundamentado, por exemplo, na leitura estético-formal da obra, em apreciações de ordem técnica, ou outra, sempre que na base de dados não exista campo próprio para este tipo de informação e que esta seja considerada pertinente” Iconografia • “A descrição iconográfica pode ou não estar contida na própria descrição geral da peça. • Serão sempre indicados os atributos específicos de cada imagem, bem como as características particulares que contribuem para a sua identificação. • Do mesmo modo, sendo os símbolos representações de ideias ou conceitos de ordem moral ou intelectual, ter-se-á em conta a sua forma, cor, posicionamento relativo na obra e significado intrínseco”

Fonte	Conceitos e ideias chave
(MÂNTUA HENRIQUES e CAMPOS, 2007) <i>Normas de Inventário Cerâmica. Artes Plásticas e Artes Decorativas</i>	Pág. 34-41 • “Deve aplicar-se uma lógica de observação hierarquizada do objecto que vai do geral para o particular e dos elementos estruturais para os acessórios; • Identificar e descrever a configuração/forma do corpo cerâmico, pela identificação dos elementos estruturais caracterizando-os, sempre que possível, pelo recurso a figuras geométricas planas e tridimensionais simples. • Identificar e descrever os elementos da decoração aplicados ao corpo cerâmico; • Para facilitar a descrição da configuração física dos objectos cerâmicos deve articular-se a identificação dos seus elementos estruturais com figuras planas ou tridimensionais simples:” Formas planas: • Circulo, semicírculo • Oval, Óvulo • Triângulo, quadrado, pentágono, hexágono... Superfícies: • Plana • Curva, cônica, cilíndrica • Côncava, convexa Volumes • Cubo • Paralelepípedo • Prisma recto • Pirâmide recta • Tronco de pirâmide • Cilindro • Cone, Tronco de cone • Esfera, Calote esférica • Ovóide • Toro Linhas (para contornos por exemplo) • Recta, quebrada • Curva, contra curvada • Paralelas, intersectadas
(RAPOSO, L. MARTINS e CORREIA, 2000) <i>Normas de Inventário de Arqueologia. Normas Gerais</i>	Pág. 22 • “Todos os fragmentos que permitirem uma reconstituição da peça a que pertenceram, podendo portanto ser objecto de uma análise tipológica, inventariam-se enquanto peça e não como fragmento.” Pág. 35-36 • “Começar por descrever do geral para o particular. Em fragmentos, primeiro identificar a peça tal como se reconstitui, só depois particularizando o que se conserva. • Identificar primeiro a forma e a estrutura a descrever depois os elementos acessórios ou decorativos.

Fonte	Conceitos e ideias chave
	• <i>A descrição acompanhará logicamente a verticalidade ou horizontalidade da própria peça. A descrição será feita, tendencialmente, da base para o topo, sendo que a escultura de vulto admite outro tipo de abordagem, consoante a configuração da própria peça.</i> • <i>Em mosaicos, ou peças comparáveis, começar-se-á por descrever o campo e seus diferentes planos, e por último a cercadura</i>
(CRUZ e CORREIA, 2007) <i>Normas de Inventário de Arqueologia. Cerâmica Utilitária</i>	Pág. 50 • <i>“O princípio fundamental para a descrição e/ou classificação da organização decorativa baseia-se essencialmente no posicionamento dos motivos no corpo do recipiente, na relação entre os vários motivos e na sua orientação, por exemplo horizontal/vertical.”</i>
(ECOMUSEU, 2007) <i>Inventário do Ecomuseu Municipal do Seixal. Base de dados Micromusée. Manual de Ajuda ao Utilizador</i>	Pág. 20 Descrição Analítica <i>“Este campo permite descrever a iconografia, o aspecto formal e técnico do objecto.</i> <i>Desenvolve-se neste campo a forma do objecto e explica-se o seu conteúdo iconográfico. Para os objectos complexos, os diferentes elementos são muitas vezes indissociáveis.</i> <i>Por vezes repete-se aqui informação inserida noutros campos, usando um discurso mais ligado que visa a posterior utilização em perfis de consulta de bases de dados, ou de exportação e impressão a partir da mesma.”</i>
(BALFET FAUVET-BÉRTHÉLOT e MONZON, 1992) <i>Normas para la Descripción de Vasijas Cerámicas</i>	³Estrutura do Manual: • Forma dos recipientes (aberto/fechado) e denominações; • Partes de um recipiente; • Recipientes de forma simples ou composta; • Pontos de perfil; • Pasta: elementos constituintes e descrição da pasta; • Elaboração da forma: união de elementos, moldagem, fabrico à roda (torno); • Cozedura: temperatura, atmosfera, instalações, controlo da cozedura, ventilação; • Acabamentos: técnicas. • Tratamentos de superfície: alisamento, polimento, “à escova” • Modificação da superfície: incisão, excisão, gravado, impressão, estampilhagem, impressão com rolo, modelado, penteada, moldado. • Aplicação de um elemento: revestimento (engobe, grafito, revestimento rugoso, “fumado” (?), vidrado); ornamento (decoração pintada, barbotina, aplicação de um elemento

³ Tradução livre do texto original.

Fonte	Conceitos e ideias chave
	modelado ou moldado). Vocabulário para descrição de Perfis: • Ponto de intersecção: ponto de ruptura de uma curva que provoca uma mudança brusca do contorno formando um ângulo saliente ou reentrante. A curva resultante chama-se descontínua. • Ponto de Inflexão: ponto de inversão, sem ruptura, entre os segmentos convexos e côncavos de uma curva contínua. • Curva contínua: a curva do perfil é contínua quando não existem pontos de intersecção. • Curva descontínua: a curva do perfil é descontínua quando existem um ou mais pontos de intersecção.

Fonte	Conceitos e ideias chave
(BALFET FAUVET-BERTHELOT e MONZON, 2000) <i>“Lexique et Typologie des Poteries. Pour la Normalisation de la Description des Poteries”</i>	⁴Princípios: • A nomenclatura, em objectos arqueológicos, deve basear-se principalmente em critérios de forma e não de função. Esta regra não exclui os termos funcionais ou regionais, mas reserva a sua utilização a casos em que o contexto o permita sem ambiguidade. • <i>“A nossa proposta consiste numa classificação em grandes categorias, definidas por critérios simples de profundidade e de diâmetro (máximo de abertura), e, posteriormente, de outras dimensões. Para cada categoria são dados igualmente os nomes e definições de formas semelhantes relacionadas com uma função específica e eventualmente termos de uso regional”.</i> Estrutura do Manual: Forma • <i>Recipientes abertos e fechados;</i> • Descrição de cada uma das formas incluídas nos grandes grupos acima mencionados. Denominação • Nomenclatura de formas cerâmicas, divididas em recipientes de forma simples e de forma composta; Morfologia • Pontos de um perfil: ponto de intersecção, ponto de inflexão; ponto de tangencia vertical externa; ponto de tangencia vertical interna; pontos extremos; curva contínua; curva descontínua. • Partes de um recipiente. • Elementos de prensão, de verter, e de fechar/tapar; Descrição de fabrico/acabamentos/decoração • Termos técnicos – definição: Pasta (conformação, elementos constituintes, descrição); Fabrico (generalidades, construção por junção de elementos, moldagem, e modelagem a torno); Cozedura (temperatura e atmosfera, instalações e controlo de cozedura). • Acabamento: técnicas; • Técnicas de decoração: de acabamento de superfície (alisar, polir, Lustrar, Encrespar, Raspar); de modificação da superfície cerâmica (incisão, grafitar, excisão, gravar, imprimir, carimbar, imprimir rolamento, imprimir por basculamento, estampar, decalcar, fotocerâmica, modelar, moldar) aplicação de um elemento (<i>aplicação de um revestimento</i> – engobar, granular, vidrar, esmaltar, envernizar; <i>aplicação de uma decoração</i> – pintura, traçado a barbotina, decoração plástica, empedrar modelado ou moldado por elementos separados).
⁴ Tradução livre do texto	original.

Fonte	Conceitos e ideias chave
(JOCHIM e DICKENS JR., 2002) <i>Analysing Pottery</i>	⁵A investigação arqueológica foca-se na variação de três correntes principais: tecnológica, funcional, estilística. Estas podem por sua vez estar inter-relacionadas e associar-se a variáveis cronológicas, espaciais, sociais, económicas e ideológicas. Anatomia do Recipiente • Para a maioria das medidas de bordos ou fundos o elemento mais importante na orientação é a postura. Esta é a posição que, idealmente, um vaso adoptaria quando posicionado sobre uma superfície. Para orientar um bordo segure-o sobre uma superfície plana e mova-o para a frente e para trás até achar a posição na qual todo ou a maior parte do lábio esteja em contacto com a superfície. A superfície plana assume-se então como a representação do eixo plano horizontal do recipiente. • Partes de recipientes; • Medição da forma do recipiente: distinção entre formas abertas e fechadas. • Análise tecnológica (pasta, fabricos, acabamentos, decoração) • Análise estilística;
(SANTOS, 2011) <i>As Cerâmicas de Produção Local do Centro Oleiro Romano da Quinta do Rouxinol</i>	➤ Segue a metodologia de Balfet: divisão em categorias - Formas abertas/formas fechadas - e acrescenta categorias de peças que morfologicamente não se incluem nestas últimas: tampas, lucernas, moldes, suportes para vasilhame, pesos, cerâmica figurativa e cerâmica arquitectónica. ➤ Estas Categorias estão depois divididas em formas: correspondem genericamente aos modelos habitualmente produzidos pelos oleiros. Simplificaram-se e uniformizaram-se as designações mais regionalistas ou restritivas (exemplo: tigela, malga, taça ou gamela, que correspondem vulgarmente ao mesmo tipo de peça). ➤ Termos usados: pratos, pratos covos, tigelas bacias, almofarizes, alguidares, funis, tachos, potes/panelas, potinhos, jarros, bilhas, cântaros, “grandes potes canelados”, talhas. ➤ Em algumas formas atribuíram-se ainda variantes, tendo em conta a morfologia e posição do bordo, e sub-variantes que se referem a peças que reproduzem determinado modelo mas que apresentam alguma particularidade que ainda assim não é suficiente para uma nova forma ou variante. ➤ No estudo adoptou-se uma nomenclatura numérica simples, lógica, e obedecendo a uma matriz pré-formatada, composta por um numeral de três a cinco algarismos separados por um ponto: o primeiro corresponde à categoria morfológica, o segundo à forma, o

⁵ Tradução livre do texto original.

Fonte	Conceitos e ideias chave
	terceiro à variante, e o quarto e quintos às sub-variantes. ➤ As formas foram ainda divididas segundo uma classificação funcional num modelo pensado de forma a atribuir um grau de funcionalidade às peças de acordo com o contexto em que surgem, dando maior relevância ao último acto de uso no momento em que o espaço é abandonado. Este esquema enfrenta um problema: peças sem vestígios ou marcas de uso que são encontradas em contextos nos quais nunca chegaram a cumprir o seu objectivo funcional (olarias ou lixeiras). Nestes casos apenas se pode especular sobre a sua funcionalidade baseando-se em paralelos de contextos de consumo. ➤ Deste modo definiram-se dois grandes grupos gerais: produção local/regional e de importação. Grupos de Contexto Funcional ➤ <i>“Cerâmica de uso votivo ou artístico: conjuntos de objectos de carácter figurativo em que se valoriza a sua componente estética e visual (estatuetas), e/ou utilizados em actos de natureza religiosa, simbólica, funerária, ritual ou votiva (ex votos). Muitos dos objectos podem pertencer ao grupo do uso doméstico, sobretudo em contexto funerário.”</i> ➤ <i>“Cerâmica de uso doméstico: conjunto de recipientes que se destinam a ser usados à mesa e na cozinha:</i> • <i>A cerâmica de mesa refere-se a um conjunto de recipientes destinados a consumir e a servir alimentos (pratos, tigelas, potinhos, jarros e bilhas);</i> • <i>A cerâmica de cozinha refere-se a um conjunto de recipientes destinados ao processamento de alimentos, com recurso à acção do fogo (tachos e panelas) ou só de preparação (almofarizes);</i> • <i>A cerâmica de iluminação refere-se a recipientes destinados a esse fim (lucernas);</i> <i>A cerâmica de uso higiénico refere-se a um conjunto de recipientes para satisfação dos cuidados de higiene pessoal, cosmética, lavagens em geral (bacias e alguidares);</i> • <i>A cerâmica de transporte/armazenamento refere-se a um conjunto de recipientes para armazenamento e/ou transporte de alimentos ou outro tipo de materiais (potes, cântaros e talhas).”</i> ➤ <i>“Cerâmica de uso oficial/laboral: conjunto de recipientes ou objectos destinados à produção laboral ou oficial (cerâmica canelada, suportes, moldes e pesos).”</i> ➤ <i>“Cerâmica de transporte e armazenamento: conjunto de recipientes destinados ao armazenamento e transporte de diversas matérias [noutros contextos que não o doméstico] (ânforas, cântaros e potes).”</i> ➤ <i>“Cerâmica de uso lúdico: conjunto de objectos, feitos de raiz ou reaproveitados, destinados ao entretenimento (peças de jogo).”</i>

Fonte	Conceitos e ideias chave
	➤ <i>“Cerâmica de construção: conjunto de objectos destinados à edificação de estruturas e infra-estruturas: Construção (telhas, tijolos, tijoleiras etc.); Revestimento (azulejos, mosaicos, ladrilhos, etc.); Elementos de canalização (tubos, manilhas, gárgulas, etc.).”</i> ➤ <i>“Cerâmica de uso indefinido: quando não é possível a atribuição de um grupo mais preciso.”</i> ➤ Pode existir cruzamento entre os diversos subgrupos de carácter funcional e os grupos de contexto funcional. ➤ Esta divisão não é rígida uma vez que a realidade é complexa e as formas poderão ter diversas funções. <u>Cada caso terá de ser analisado individualmente tendo em conta o seu contexto.</u> Designações: designações simples e de fácil visualização mental, recorrendo a formas geométricas conhecidas, planos geométricos, superfícies curvas, morfologia de signos alfabéticos, e partes da anatomia humana ou animal.

ANEXO VIII

CONTEÚDO

Caracterização dos Descritores definidos para a análise do campo de Descrição

CARACTERIZAÇÃO DOS DESCRITORES DEFINIDOS PARA A ANÁLISE DO CAMPO DE DESCRIÇÃO

Para maior conveniência de estudo e análise, o conteúdo do campo *Descrição* das fichas de inventário dos museus considerados, foi agrupado em “categorias de informação”, às quais, no âmbito do presente estudo, chamámos descritores. Nesse sentido elaborámos uma lista dos *descritores* considerados na análise aos registos de inventário, e respectiva caracterização da informação.

Denominação: refere a denominação conferida ao objecto no campo com o mesmo nome da ficha de inventário, por vezes precedida de *fragmento*.

Exemplo: *“Fragmento de malga de pansa carenada com ângulo externo vivo, parte superior nitidamente côncava e bordo com entalhe de canelura na superfície superior”.*

(Museu Monográfico de Conímbriga, nº de inventário 64.608, [em linha] Disponível em: <http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=108747> [acedido em Fevereiro de 2012])

Categoria Funcional: referência a um grupo que designa utilização/destino.

Exemplo: *“Fragmento de bojo de vaso ritual, em Cerâmica Bracarense, de produção local”*

(Museu D. Diogo de Sousa, nº de inventário 2002.0310 [em linha] Disponível em: <http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=962053> [acedido em Fevereiro de 2012])

Matéria: informações relativas à matéria com que é feito o objecto. Por exemplo: *barro*.

Exemplo: *“Fragmento de candil de pé alto, de barro cozido revestido em ambas as faces de esmalte verde com alguns pigmentos azulados aplicados sob o engobe claro. O fragmento conservado corresponde a uma parte de base incompleta de forma circular da tipologia dos candis de pé alto com bordo boleado e uma aba exterior de secção triangular. Possui um arranque de asa de fita de secção oval colocada verticalmente e a nascer da base. Na base visível vestígio de apoio da trempe. Pasta bege, homogénea e bem depurada.”*

(Museu Nacional de Arqueologia, nº de inventário 12777 F [em linha] Disponível em:

<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=109453> [acedido em Fevereiro de 2012]]

Técnicas de Conformação: informações relativas à transformação da matéria-prima em cerâmica.

Exemplo: “*Vaso de cerâmica manual. Pança globular, sem colo e com bordo bastante esvasado, fundo plano e curto. Asa aparentemente de secção circular, localizada entre bordo e a parte alta da pança. Superfície polida.*”

(Museu D. Diogo de Sousa, nº de inventário 1991.0389 [em linha] Disponível em:

<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=313361> [acedido em Fevereiro de 2012]]

Descrição de Pasta: informações relativas à caracterização da pasta como por exemplo: cor ou inclusões.

Exemplo: “*Taça incompleta, de barro cozido, coberta em ambas as faces de vidrado verde. É composta por dois fragmentos colados. Apresenta porção de parede de perfil carenado com bordo recto envasado em aba. O vidrado da face exterior é de tonalidade mais viva, enquanto o da face interior oscila entre o esverdeado claro e amarelado. A decoração é incisa, aplicada na parte superior do corpo. Traços oblíquos formam um padrão espinhado. A pasta é bege alaranjada, bem depurada. Contém alguns elementos não plásticos.*”

(Museu Nacional de Arqueologia, nº de inventário 12784 A [em linha] Disponível em:

<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=109519> [acedido em Fevereiro de 2012]]

Grupo de Fabrico: identificação de um grupo atribuído em resultado de investigação desenvolvida no seio da instituição ou noutro contexto, segundo critérios técnicos e tecnológicos.

Exemplo: “*Prato em Cerâmica Focense, Tipo Hayes 3 - Fabrico 1*”

(Museu D. Diogo de Sousa, nº de inventário 1991.0683 [em linha] Disponível em:

<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=317112> [acedido em Fevereiro de 2012]]

Morfologia: informações que descrevam a morfologia do objecto no todo ou em parte.

Exemplo: *“Taça incompleta, de barro cozido, coberta em ambas as faces de vidrado verde. É composta por dois fragmentos colados. Apresenta porção de parede de perfil carenado com bordo recto envasado em aba. O vidrado da face exterior é de tonalidade mais viva, enquanto o da face interior oscila entre o esverdeado claro e amarelado. A decoração é incisa, aplicada na parte superior do corpo. Traços oblíquos formam um padrão espinhado. A pasta é bege alaranjada, bem depurada. Contém alguns elementos não plásticos.”*

(Museu Nacional de Arqueologia, nº de inventário 12784 A [em linha]
Disponível em:
<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=109519> [acedido em Fevereiro de 2012])

Acabamentos: informações relativas a alterações da superfície cerâmica que não tenham como objectivo decorar/adornar o objecto.

Exemplo: *“Taça incompleta, de barro cozido, coberta em ambas as faces de vidrado verde. É composta por dois fragmentos colados. Apresenta porção de parede de perfil carenado com bordo recto envasado em aba. O vidrado da face exterior é de tonalidade mais viva, enquanto o da face interior oscila entre o esverdeado claro e amarelado. A decoração é incisa, aplicada na parte superior do corpo. Traços oblíquos formam um padrão espinhado. A pasta é bege alaranjada, bem depurada. Contém alguns elementos não plásticos.”*

(Museu Nacional de Arqueologia, nº de inventário 12784 A [em linha]
Disponível em:
<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=109519> [acedido em Fevereiro de 2012])

Decoração/Iconografia: informações relativas à decoração, quer se refiram à técnica quer ao motivo representado, ou eventual análise iconográfica.

Exemplo: *“Taça incompleta, de barro cozido, coberta em ambas as faces de vidrado verde. É composta por dois fragmentos colados. Apresenta porção de parede de perfil carenado com bordo recto envasado em aba. O vidrado da face exterior é de tonalidade mais viva, enquanto o da face interior oscila entre o esverdeado claro e amarelado. A decoração é incisa, aplicada na parte superior do corpo. Traços oblíquos formam um padrão espinhado. A pasta é bege alaranjada, bem depurada. Contém alguns elementos não plásticos.”*

(Museu Nacional de Arqueologia, nº de inventário 12784 A [em linha]
Disponível em:

<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=109519> [acedido em Fevereiro de 2012]]

Inscrição/Grafitos: informações relativas a inscrições ou grafitos inscritos no objecto.

Exemplo: *“Molde de lucerna de volutas, tipo Loeschcke IV (?). Fragmento da parte inferior de molde bivalve onde apenas se lê na parte inferior as letras DO.”*

(Museu D. Diogo de Sousa, nº de inventário 1993.0695, [em linha] Disponível em:

<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=317529> [acedido em Fevereiro de 2012]]

Estado de Conservação: informações relativas ao estado de conservação do objecto.

Exemplo: *“Lucerna em argila de forma circular de fundo abalado e de boca muito larga, tendo uma pega com formato arredondado e perfurado na parte central do bojo. Falta-lhe um pedaço e tem pequenas brechas. Tem texto na parte inferior.”*

(Museu Abade Baçal, nº de inventário 1324, [em linha] Disponível em: <http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=3583> [acedido em Fevereiro de 2012]]

Porção Conservada: identifica a parte do objecto que se encontra conservada no caso de este não estar completo.

Exemplo: *“Bule de barro cozido coberto em ambas as faces de engobe bege claro. O fragmento conservado apresenta colo baixo cilíndrico com bordo boleado, o arranque do bojo com um pequeno bico vertedor de forma bitruncónica que nasce do bojo e acompanha a curvatura do colo. Na face exterior do colo existem caneluras salientes e paralelas em relação ao bordo e entre si. No colo e no bico vertedor manchas escorridas de esmalte verde de tonalidade turquesa. Pasta bege rosada, homogénea e bem depurada. Apresenta estrias.”*

(Museu Nacional de Arqueologia, nº de inventário 12784 D, [em linha] Disponível em:

<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=109365> [acedido em Fevereiro de 2012]]

Particularidades: informações de carácter muito específico que muitas vezes não estão directamente relacionadas com o objecto.

Exemplo: *“Urna de forma globular e fundo côncavo. Existe mais um fragmento.”*

(Museu de Évora, nº de inventário ME 10852, [em linha] Disponível em: <http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=27977> [acedido em Fevereiro de 2012])

Tipologia (grupo tipológico): referência a um grupo atribuído pela instituição, ou outro tipo de fonte, que reúne os critérios de descrição e atribui-lhes uma designação geralmente em código.

Exemplo: *“Prato em Cerâmica Focense, Tipo Hayes 3 - Fabrico 1”*

(Museu D. Diogo de Sousa, nº de inventário 1991.0683 [em linha] Disponível em: <http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=317112> [acedido em Fevereiro de 2012])

Dados Históricos/Antropológicos: informações de carácter histórico/antropológico sobre o objecto ou aspectos com ele relacionados.

Exemplo: *“Lucerna de canal, também denominada paleocristã, tipo Hayes II A, Dressel 31, Deneauve XII. Pico incompleto unido ao disco por um canal largo. Orla horizontal rebaixada, separada do disco por moldura que envolve o canal decorada com ramos de videira em espiral de onde pendem alternadamente folhas e cachos de uvas. O disco apresenta duas figuras levando aos ombros uma vara com um enorme cacho de uvas, desproporcionado em relação às figuras. Asa maciça, sobre a orla, que é larga e plana, decoração releva (tema simbólico do velho testamento que representa dois hebreus com o cacho de uvas da terra de Canaan). Pode-se relacionar com a comunidade hebraica que se instalou em Troia no Baixo Império.”*

(Museu de Évora, nº de inventário ME 3389, [em linha] Disponível em: <http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=17638> [acedido em Fevereiro de 2012])

Identificação do Inventariante: informação relativa ao autor da ficha de inventário.

Exemplo: *“Pequeno fragmento do bordo e do colo, alto e arqueado, com um fino cordão. Descrição de José Cristóvão (2004)”*

(Museu Francisco Tavares Proença Júnior, nº de inventário 10.475 MFTP],
[em linha] Disponível em:
<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=220285> [acedido em Fevereiro de 2012]]

ANEXO IX

CONTEÚDO

Análise do campo Descrição

Análise de Total de Registos Considerados

Tabela 1 – Frequência de número de descritor utilizados

Tabela 2 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 3 – Frequência de Descritor por Posicionamento

Análise de Registos do Museu Abade Baçal

Tabela 4 – Frequência de número de descritor utilizados

Tabela 5 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 6 – Frequência de Descritor por Posicionamento

Análise de Registos do Museu D. Diogo de Sousa

Tabela 7 – Frequência de número de descritor utilizados

Tabela 8 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 9 – Frequência de Descritor por Posicionamento

Análise de Registos do Museu de Évora

Tabela 10 – Frequência de número de descritor utilizados

Tabela 11 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 12 – Frequência de Descritor por Posicionamento

Análise de Registos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior

Tabela 13 – Frequência de número de descritor utilizados

Tabela 14 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 15 – Frequência de Descritor por Posicionamento

Análise de Registos do Museu Monográfico de Conímbriga

Tabela 16 – Frequência de número de descritor utilizados

Tabela 17 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 18 – Frequência de Descritor por Posicionamento

Análise de Registos do Museu Nacional de Arqueologia

Tabela 19 – Frequência de número de descritor utilizados

Tabela 20 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 21 – Frequência de Descritor por Posicionamento

ANÁLISE DO CAMPO DESCRIÇÃO

Para esta análise foi seleccionada, do universo dos registos/entidades publicados no *Matriz.net* com colecções de cerâmica arqueológica, uma amostra de 109 registos. Esta amostra não tem por objectivo ser representativa em termos de tipologia de objecto mas sim em termos de tipo e estrutura de descrição. Deste modo, depois de identificadas as instituições com colecções de cerâmica arqueológica a seu cargo e publicadas no *Matriz.net* (Museu Abade Baçal, Museu D. Diogo de Sousa, Museu de Évora, Museu Francisco Tavares Proença Júnior, Museu Monográfico de Conímbriga, e Museu Nacional de Arqueologia), foram seleccionados cerca de 20 registos de cada uma sob critérios de diversidade em termos de organização, estrutura e vocabulário utilizados no campo de descrição. Exceptua-se o Museu Abade Baçal, de onde apenas foram seleccionados 9 registos visto que o universo da colecção publicado é ele próprio muito diminuto.

O objectivo desta análise foi perceber quais os itens/descriptores incluídos no conteúdo do campo de *Descrição*¹ de uma ficha de inventário de objectos de cerâmica arqueológica, e respectiva estrutura/organização.

¹ Passaremos a designar estes itens de informação por *descriptores*. Esta designação não pretende aqui adoptar o significado relacionado com os suportes informáticos de bases de dados anteriormente abordados, mas sim denominar os conjuntos de informações inseridos no campo descrição: *Denominação, Matéria, Técnicas de Conformação, Acabamentos, Descrição de Pasta, Grupo de Fabrico, Porção Conservada, Estado de Conservação, Morfologia, Decoração/Iconografia, Inscrições/Grafitos, Particularidades, Categoria Funcional, Tipologia (grupo tipológico), Dados Históricos/Antropológicos, Identificação do Inventariante*.

ANÁLISE DE TOTAL DE REGISTOS CONSIDERADOS

TABELA 1 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADOS

Número de Descritores	Ocorrências	Ocorrências (%)
1	5	5%
2	13	12%
3	33	30%
4	26	24%
5	10	9%
6	5	5%
7	5	5%
8	12	11%

Número de registos analisados: 109

Dos museus analisados, num total de 109 registos, como podemos verificar na *Tabela 1* apenas 5% indica apenas uma informação no campo *Descrição*. 30% dos registos incluem três tipos de informação e 24% indicam quatro tipos. O número máximo de descritores diferentes incluídos neste campo é de 8 e foram utilizados em 11% dos registos analisados.

TABELA 2 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

Descritor	Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)
Denominação	105	96%
Matéria	31	28%
Técnicas de Conformação	19	17%
Acabamentos	31	28%
Descrição da pasta	42	39%
Grupo de Fabrico	1	1%
Porção Conservada	39	36%
Estado de Conservação	10	9%
Morfologia	90	83%
Decoração/Iconografia	43	39%
Inscrições/Grafitos	6	6%
Particularidades	5	5%
Categoria Funcional	1	1%
Tipologia (grupo tipológico)	10	9%
Dados Históricos/Antropológicos	8	7%
Identificação do Inventariante	4	4%

Número de registos analisados: 109

O descritor mais utilizado é a *Denominação* (96%), em seguida referem-se maioritariamente descritores morfológicos (83%). Os descritores de *Descrição de Pasta* e de *Decoração/Iconografia* são mencionados, cada um, em 39% dos registos, seguindo-se

os descritores referentes a *Porção Conservada* (36%), *Matéria* (28%), *Acabamentos* (28%), e *Técnicas de Conformação* (17%). Os restantes descritores são mencionados em menos de 10% dos registos.

TABELA 3 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Número/Posicionamento de Descritor	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Descritor								
Denominação	105							
Matéria		30		1				
Técnicas de Conformação		3	16					
Acabamentos		4	9	18				
Descrição da pasta		5	9	7	2	3	8	8
Grupo de Fabrico			1					
Porção Conservada		15	5	3	16			
Estado de Conservação			5	4	1			
Morfologia	3	33	34	2	2	16		
Decoração/Iconografia		5	8	17	4	1	8	
Inscrições/Grafitos	1			2	3			
Particularidades		1	2	1	1			
Categoria Funcional		1						
Tipologia (grupo tipológico)		7	1	1			1	
Dados Históricos/Antropológicos			1		2	1		4
Identificação do Inventariante				2	1	1		

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
96%							
	29%		2%				
	3%	18%					
	4%	10%	31%				
	5%	10%	12%	6%	14%	47%	67%
		1%					
	14%	5%	5%	50%			
		5%	7%	3%			
3%	32%	37%	3%	6%	73%		
	5%	9%	29%	13%	5%	47%	
1%			3%	9%			
	1%	2%	2%	3%			
	1%						
	7%	1%	2%			6%	
		1%		6%	5%		33%
			3%	3%	5%		

Número de registos analisados: 109

O maior grau de uniformização, no que concerne o posicionamento do descritor na estrutura de texto da descrição, é conferido à *Denominação* que aparece sempre mencionada em primeiro lugar. Os descritores morfológicos aparecem sobretudo em segundo e terceiro lugar mas podem também ser mencionados em primeiro lugar (3%), quarto (2%), quinto (2%), e sexto (18%). No caso de *Descrição de Pasta*, a distribuição no corpo de texto é bastante uniforme entre o segundo e o oitavo lugar, no entanto no caso de *Decoração/Iconografia* é mencionado sobretudo em quarto lugar, ainda que também possa aparecer em segundo, terceiro, quinto, sexto ou sétimo.

O dado mais relevante a retirar desta análise é que não existe uma uniformização nem no que diz respeito aos descritores utilizados no campo *Descrição*, nem no que concerne ao seu posicionamento na estrutura do texto.

ANÁLISE DE REGISTOS DO MUSEU ABADE BAÇAL

TABELA 4 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADOS

Número de Descritores	Ocorrências	Ocorrências (%)
1	0	0%
2	1	11%
3	2	22%
4	4	45%
5	2	22%
6	0	0%
7	0	0%
8	0	0%

Número de registos analisados: 9

No Museu Abade Baçal, num total de 9 registos analisados, 45% apresentam quatro descritores no campo *Descrição*, 22% menciona três, e igual percentagem menciona cinco descritores. 11% dos registos analisados apontam apenas dois descritores neste campo de inventário.

TABELA 5 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

Descritor	Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)
Denominação	9	100%
Matéria	5	56%
Técnicas de Conformação	0	
Acabamentos	1	11%
Descrição da pasta	0	
Grupo de Fabrico	0	
Porção Conservada	1	11%
Estado de Conservação	4	44%
Morfologia	7	78%
Decoração/Iconografia	5	56%
Inscrições/Grafitos	0	
Particularidades	2	22%
Categoria Funcional	0	
Tipologia (grupo tipológico)	0	
Dados Históricos/Antropológicos	0	
Identificação do Inventariante	0	

Número de registos analisados: 9

Nesta instituição a totalidade dos registos analisados menciona informações relativas à *Denominação*. O segundo descritor mais utilizado é a *Morfologia* (78%) seguindo-se a *Matéria* e a *Decoração/Iconografia* ambos com 56% de utilização. O *Estado*

de *Conservação* é utilizado em 44% dos registos, e *Particularidades* em 22%. Por último utilizam-se os descritores *Acabamentos* e *Porção Conservada* em 11% dos registos, nos dois casos.

TABELA 6 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Número/Posicionamento de Descritor	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Descritor																	
Denominação	9									100%							
Matéria		5									56%						
Técnicas de Conformação																	
Acabamentos			1									13%					
Descrição da pasta																	
Grupo de Fabrico																	
Porção Conservada				1									17%				
Estado de Conservação			1	2	1							13%	33%	50%			
Morfologia		2	5								22%	63%					
Decoração/Iconografia		2	1	2							22%	13%	33%				
Inscrições/Grafitos																	
Particularidades				1	1								17%	50%			
Categoria Funcional																	
Tipologia (grupo tipológico)																	
Dados Históricos/Antropológicos																	
Identificação do Inventariante																	

Número de registos analisados: 9

A totalidade dos registos analisados menciona em primeiro lugar, no campo *Descrição* do registo de inventário, informações relativas à *Denominação*. Depois são mencionadas informações relativas à *Matéria* (56%), à *Decoração/Iconografia* (22%) ou então à *Morfologia* (22%). Em terceiro lugar registam-se informações relativas à *Morfologia* (63%), *Estado de Conservação* (13%), *Acabamentos* (13%), ou ainda *Decoração/Iconografia* (13%). Em quarto lugar são mencionadas informações relativas ao *Estado de Conservação* (33%), à *Decoração/Iconografia* (33%), à *Porção Conservada* (17%), ou a *Particularidades* (17%). No final são registadas informações relativas ao *Estado de Conservação* (50%) ou *Particularidades* (50%).

No geral as *Descrições* são demasiado sintéticas, omitindo-se informação vital para a capaz compreensão do objecto inventariado, o vocabulário utilizado é frequentemente pouco preciso, e não existe qualquer uniformização na estrutura da descrição, que aparece muitas vezes até desorganizada.

ANÁLISE DE REGISTOS DO MUSEU D. DIOGO DE SOUSA

TABELA 7 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADOS

Número de Descritores	Total de Ocorrências	Total de Ocorrências (%)
1	4	20%
2	7	35%
3	5	25%
4	3	15%
5	0	0%
6	1	5%
7	0	0%
8	0	0%

Número de registos analisados: 20

No Museu D. Diogo de Sousa, num total de 20 registos analisados, 35% apresentam apenas dois descritores no campo *Descrição*, 25% menciona três, 20% aponta um descritor, 15% quatro, e 5% utiliza seis descritores.

TABELA 8 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

Descritor	Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)
Denominação	20	100%
Matéria	7	35%
Técnicas de Conformação	2	10%
Acabamentos	1	5%
Descrição da pasta	1	5%
Grupo de Fabrico	1	5%
Porção Conservada	2	10%
Estado de Conservação	1	5%
Morfologia	8	40%
Decoração/Iconografia	4	20%
Inscrições/Grafitos	1	5%
Particularidades	2	10%
Categoria Funcional	1	5%
Tipologia (grupo tipológico)	0	
Dados Históricos/Antropológicos	0	
Identificação do Inventariante	0	

Número de registos analisados: 20

Nesta instituição a totalidade dos registos analisados menciona, no campo *Descrição* do registo de inventário, informações relativas à *Denominação*. O segundo descritor mais utilizado é a *Morfologia* (40%), seguida da *Matéria* (35%), e depois a

Decoração/Iconografia (20%). Os descritores *Técnicas de Conformação*, *Porção Conservada*, e *Particularidades* são todos mencionados em apenas 10% dos registos. Os restantes descritores incluídos correspondem, cada um, a 5% da frequência de utilização.

TABELA 9 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Número/Posicionamento de Descritor																
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Denominação	20								100%							
Matéria		6		1						38%		25%				
Técnicas de Conformação		2								13%						
Acabamentos				1								25%				
Descrição da pasta						1							100%			
Grupo de Fabrico			1								11%					
Porção Conservada			2								22%					
Estado de Conservação			1								11%					
Morfologia		4	3		1					25%	33%		100%			
Decoração/Iconografia		2	1	1						13%	11%	25%				
Inscrições/Grafitos				1								25%				
Particularidades			1	1						6%	11%					
Categoria Funcional			1							6%						
Tipologia (grupo tipológico)																
Dados Históricos/Antropológicos																
Identificação do Inventariante																

Número de registos analisados: 20

A totalidade dos registos analisados menciona em primeiro lugar, no campo *Descrição* do registo de inventário, informações relativas à *Denominação*.

Depois, são mencionadas informações sobre a *Matéria* (38%), a *Morfologia* (25%), *Técnicas de Conformação* e *Decoração Iconografia* (13% cada um), e *Particularidades* e *Categoria Funcional* (6% cada um).

Em terceiro lugar registam-se informações relativas à *Morfologia* (33%), *Porção Conservada* (22%), *Grupo de Fabrico*, *Estado de Conservação*, *Decoração/Iconografia*, ou *Particularidades* (todos representando 11%).

Em quarto lugar são mencionadas informações relativas à *Matéria*, *Acabamentos*, *Decoração/Iconografia*, ou *Inscrições/Grafitos* (todos representando 25% dos registos com pelo menos quatro descritores).

Depois, são mencionadas informações sobre a *Morfologia*, e por último, as relativas à *Descrição de Pasta*.

No geral as *Descrições* são demasiado sintéticas, omitindo-se informação vital para a capaz compreensão do objecto inventariado, e o vocabulário utilizado é frequentemente pouco preciso.

ANÁLISE DE REGISTOS DO MUSEU DE ÉVORA

TABELA 10 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADOS

Número de Descritores	Total de Ocorrências	Total de Ocorrências (%)
1	0	0%
2	0	0%
3	8	40%
4	8	40%
5	2	10%
6	1	5%
7	1	5%
8	0	0%

Número de registos analisados: 20

No Museu de Évora, num total de 20 registos analisados, 40% apresentam três descritores no campo *Descrição*, e igual percentagem apresenta quatro. 10% dos registos menciona cinco descritores, 5% menciona seis, e outros 5% mencionam sete.

TABELA 11 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

Descritor	Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)
Denominação	20	100%
Matéria	3	15%
Técnicas de Conformação	0	
Acabamentos	4	20%
Descrição da pasta	8	40%
Grupo de Fabrico	0	
Porção Conservada	5	25%
Estado de Conservação	3	15%
Morfologia	19	95%
Decoração/Iconografia	10	50%
Inscrições/Grafitos	0	
Particularidades	0	
Categoria Funcional	0	
Tipologia (grupo tipológico)	6	30%
Dados Históricos/Antropológicos	1	5%
Identificação do Inventariante	0	

Número de registos analisados: 20

Nesta instituição a totalidade dos registos analisados menciona no campo *Descrição* do registo de inventário, informações relativas à *Denominação*. O segundo descritor mais utilizado é a *Morfologia* (95%) seguido da *Decoração/Iconografia* (50%). *Descrição de Pasta* e *Tipologia* são utilizados, respectivamente, em 40% e 30% dos registos. Os descritores menos utilizados são *Porção Conservada* (25%), *Acabamentos*

(20%), *Matéria* e *Estados de Conservação* (ambos com 15%), e finalmente *Dados Históricos/Antropológicos* (5%).

TABELA 12 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Número/Posicionamento de Descritor	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Descritor																
Denominação	20								100%							
Matéria		3								15%						
Técnicas de Conformação																
Acabamentos		3		1						15%		8%				
Descrição da pasta		3	3	2						15%	15%	17%				
Grupo de Fabrico																
Porção Conservada		3		2						15%		17%				
Estado de Conservação			3								15%					
Morfologia		4	14		1					20%	70%		25%			
Decoração/Iconografia				6	3	1						50%	75%	50%		
Inscrições/Grafitos																
Particularidades																
Categoria Funcional																
Tipologia (grupo tipológico)		4		1			1			20%		8%			100%	
Dados Históricos/Antropológicos						1								50%		
Identificação do Inventariante																

Número de registos analisados: 20

A totalidade dos registos analisados menciona em primeiro lugar, no campo *Descrição* do registo de inventário, informações relativas à *Denominação*.

Depois são mencionadas a *Morfologia* e *Tipologia* (ambas com 20%), *Matéria*, *Acabamentos*, *Descrição de Pasta*, e *Porção Conservada* (todas em 15% dos registos com pelo menos dois descritores).

Em terceiro lugar registam-se a *Morfologia* (70%), *Descrição de Pasta*, ou *Estado de Conservação* (ambas em 15% dos registos).

Em quarto lugar são mencionadas a *Decoração/Iconografia* (50%), *Descrição de Pasta* e *Porção Conservada* (ambos com 17% dos registos), *Acabamentos* e *Tipologia* (ambos com 8%).

Depois, são mencionadas informações relativas a *Decoração/Iconografia* (75%) ou *Morfologia* (25%).

Em sexto lugar mencionam-se informações relativas a *Decoração/Iconografia* ou *Dados Históricos/Antropológicos* (ambas com 50%). Por último mencionam-se dados relativos à *Tipologia*.

No conjunto analisado existem descrições claras, concisas e bem estruturadas, mas encontram-se também descrições cujo vocabulário é impreciso, e onde a informação é demasiado sintética, e desestruturada.

ANÁLISE DE REGISTOS DO MUSEU FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR

TABELA 13 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADOS

Número de Descritores	Total de Ocorrências	Total de Ocorrências (%)
1	1	5%
2	0	0%
3	7	35%
4	8	40%
5	2	10%
6	2	10%
7	0	0%
8	0	0%

Número de registos analisados: 20

No Museu Francisco Tavares Proença Júnior, num total de 20 registos analisados, 40% apresentam quatro descritores no campo *Descrição*, 35% inclui três descritores, 10% cinco e igual percentagem seis. 5% dos registos menciona apenas um descritor.

TABELA 14 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

Descritor	Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)
Denominação	16	80%
Matéria	0	
Técnicas de Conformação	0	
Acabamentos	1	5%
Descrição da pasta	16	80%
Grupo de Fabrico	0	
Porção Conservada	11	55%
Estado de Conservação	0	
Morfologia	20	100%
Decoração/Iconografia	5	25%
Inscrições/Grafitos	3	15%
Particularidades	0	
Categoria Funcional	0	
Tipologia (grupo tipológico)	1	5%
Dados Históricos/Antropológicos	0	
Identificação do Inventariante	3	15%

Número de registos analisados: 20

Nesta instituição o descritor mais utilizado no campo de *descrição* é a *Morfologia* (em todos os registos), seguida da *Denominação* e *Descrição de Pasta* (cada uma em 80%), depois a *Porção Conservada* (55%), a *Decoração/Iconografia* (25%), e *Inscrições/Grafitos* e

Identificação do Inventariante (ambas em 15%). Finalmente, são utilizados *Acabamentos* e *Tipologia* (ambos em 5%).

TABELA 15 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Número/Posicionamento de Descritor	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Descritor																
Denominação	16								80%							
Matéria																
Técnicas de Conformação																
Acabamentos			1								5%					
Descrição da pasta		2	6	5	1	2				11%	32%	42%	25%	100%		
Grupo de Fabrico																
Porção Conservada			8	3						42%	16%					
Estado de Conservação																
Morfologia	3	8	7	2					15%	42%	37%	17%				
Decoração/Iconografia		1	1	2	1					5%	5%	17%	25%			
Inscrições/Grafitos	1			1	1				5%			8%	25%			
Particularidades																
Categoria Funcional																
Tipologia (grupo tipológico)			1								5%					
Dados Históricos/Antropológicos																
Identificação do Inventariante				2	1							17%	25%			

Número de registos analisados: 20

Neste museu, em primeiro lugar menciona-se a *Denominação* (80% dos registos), a *Morfologia* (15%), ou *Inscrições/Grafitos* (5%).

Depois registam-se informações relativas a *Porção Conservada* e *Morfologia* (ambas com 42%), *Descrição de Pasta* (11%), ou *Decoração/Iconografia* (5%).

Em terceiro lugar incluem-se informações sobre a *Morfologia* (37%), *Descrição de Pasta* (32%), *Porção Conservada* (16%), *Acabamentos*, *Decoração/Iconografia*, *Tipologia* (todos representando 5%).

Depois registam-se informações relativas à *Descrição de Pasta* (42%), *Morfologia*, *Decoração/Iconografia*, e *Identificação do Inventariante* (todas com 17%), ou *Inscrições/Grafitos* (8%).

Em quinto lugar registam-se a *Descrição da Pasta*, *Decoração/Iconografia*, *Inscrições/Grafitos* ou *Identificação do Inventariante* (todos em 25% dos registos com pelo menos cinco descritores). Por último, é tratada a *Descrição da Pasta*.

No conjunto analisado, num número significativo de registos (11), a *Denominação* não identifica o objecto mas sim a parte do objecto conservado, tornando a informação pouco clara. A restante informação é também muito sintética e o vocabulário impreciso.

ANÁLISE DE REGISTOS DO MUSEU MONOGRÁFICO DE CONÍMBRIGA

TABELA 16 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADOS

Número de Descritores	Ocorrências	Ocorrências (%)
1	0	0%
2	5	25%
3	11	55%
4	3	15%
5	1	5%
6	0	0%
7	0	0%
8	0	0%

Número de registos analisados: 20

No Museu Monográfico de Conímbriga, num total de 20 registos analisados, 55% apresentam três descritores no campo *Descrição*, 25% inclui apenas dois, 15% quatro, e 5% cinco.

TABELA 17 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

Descritor	Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)
Denominação	20	100%
Matéria	0	
Técnicas de Conformação	1	5%
Acabamentos	6	30%
Descrição da pasta	0	
Grupo de Fabrico	0	
Porção Conservada	3	15%
Estado de Conservação	2	10%
Morfologia	18	90%
Decoração/Iconografia	7	35%
Inscrições/Grafitos	0	
Particularidades	1	5%
Categoria Funcional	0	
Tipologia (grupo tipológico)	0	
Dados Históricos/Antropológicos	2	10%
Identificação do Inventariante	0	

Número de registos analisados: 20

A totalidade dos registos analisados menciona a *Denominação*. O segundo descritor mais utilizado é a *Morfologia* (90%), seguido da *Decoração/Iconografia* (35%), *Acabamentos* (30%), *Porção Conservada* (15%), e *Estado de Conservação* (10%). Os descritores menos utilizados são *Técnicas de Conformação* e *Particularidades* (ambos com 5%).

TABELA 18 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Número/Posicionamento de Descritor	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Descritor	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Denominação	20							
Matéria								
Técnicas de Conformação		1						
Acabamentos		1	5					
Descrição da pasta								
Grupo de Fabrico								
Porção Conservada		3						
Estado de Conservação				2				
Morfologia		15	3					
Decoração/Iconografia			5	2				
Inscrições/Grafitos								
Particularidades			1					
Categoria Funcional								
Tipologia (grupo tipológico)								
Dados Históricos/Antropológicos			1		1			
Identificação do Inventariante								

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
100%							
	5%						
	5%	33%					
	15%						
			50%				
	75%	20%					
		33%	50%				
		7%					
		7%		100%			

Número de registos analisados: 20

A totalidade dos registos analisados inicia a descrição mencionando a *Denominação*.

Em segundo lugar regista-se informações relativas a *Morfologia* (75%), *Porção Conservada* (15%), *Técnicas de Conformação* ou *Acabamentos* (ambos com 5%).

Depois mencionam-se *Acabamentos* e *Decoração/Iconografia* (ambos com 33%), *Morfologia* (20%), *Particularidades* ou *Dados Históricos/Antropológicos* (ambos com 7%).

Em quarto lugar regista-se o *Estado de Conservação* ou a *Decoração/Iconografia* (ambos com 50%). Por último referem-se os *Dados Históricos/Antropológicos*.

No geral as descrições são demasiado sintéticas, omitindo-se informação vital como por exemplo a porção de objecto conservada. O vocabulário é impreciso, e não existe qualquer tipo de organização na estrutura da descrição.

ANÁLISE DE REGISTOS DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

TABELA 19 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADOS

Número de Descritores	Ocorrências	Ocorrências (%)
1	0	0%
2	0	0%
3	0	0%
4	0	0%
5	3	15%
6	1	5%
7	4	20%
8	12	60%

Número de registos analisados: 20

No Museu Nacional de Arqueologia, num total de 20 registos analisados, 60% apresentam oito descritores no campo *Descrição*, 20% inclui sete, 15% cinco, e 5% seis.

TABELA 20 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

Descritor	Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)
Denominação	20	100%
Matéria	16	80%
Técnicas de Conformação	16	80%
Acabamentos	18	90%
Descrição da pasta	17	85%
Grupo de Fabrico	0	
Porção Conservada	17	85%
Estado de Conservação	0	
Morfologia	18	90%
Decoração/Iconografia	12	60%
Inscrições/Grafitos	2	10%
Particularidades	0	
Categoria Funcional	0	
Tipologia (grupo tipológico)	3	15%
Dados Históricos/Antropológicos	5	25%
Identificação do Inventariante	1	5%

Número de registos analisados: 20

A totalidade dos registos analisados inclui a *Denominação* no campo de *Descrição*. Em seguida, os descritores mais utilizados são *Acabamentos* e *Morfologia* (ambos em 90%), *Descrição de Pasta* e *Porção Conservada* (ambas em 85%), *Matéria* e *Técnicas de Conformação* (ambas em 80%), *Decoração/Iconografia* (60%), *Dados*

Históricos/Antropológicos (25%), *Tipologia* (15%), e *Inscrições/Grafitos* (10%). O descritor menos utilizado é a *Identificação do Inventariante* (5%).

TABELA 21 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Número/Posicionamento de Descritor	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Descritor	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Denominação	20							
Matéria		16						
Técnicas de Conformação			16					
Acabamentos			2	16				
Descrição da pasta					1		8	8
Grupo de Fabrico								
Porção Conservada		1			16			
Estado de Conservação								
Morfologia			2			16		
Decoração/Iconografia				4			8	
Inscrições/Grafitos					2			
Particularidades								
Categoria Funcional								
Tipologia (grupo tipológico)		3						
Dados Históricos/Antropológicos					1			4
Identificação do Inventariante						1		

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
100%							
	80%						
		80%					
		10%	80%				
				5%		50%	67%
	5%			80%			
		10%			94%		
			20%			50%	
				10%			
	15%						
				5%			33%
					6%		

Número de registos analisados: 20

A totalidade dos registos analisados inicia a descrição mencionando a *Denominação*.

Em segundo lugar regista-se informações relativas a *Matéria* (80%), *Tipologia* (15%) ou *Porção Conservada* (5%). Depois mencionam-se *Técnicas de Conformação* (80%), *Acabamentos* ou *Morfologia* (ambos com 10%). Em quarto lugar referem-se *Acabamentos* (80%) ou *Decoração/Iconografia* (20%). Depois, a *Porção Conservada* (80%), *Inscrições/Grafitos* (10%), *Descrição de Pasta* ou *Dados Históricos/Antropológicos* (ambos com 5%). Em sexto lugar menciona-se a *Morfologia* (94%) ou a *Identificação do Inventariante* (6%). Segue-se informação relativa a *Descrição de Pasta* ou *Decoração/Iconografia* (ambos com 50%), e por último registam-se dados relativos à *Descrição de Pasta* (67%) ou *Dados Históricos/Antropológicos* (33%).

O Museu Nacional de Arqueologia, do universo das instituições analisadas, é a que apresenta descrições mais completas e com maior diversidade de informação, mas também com maior uniformização na sua organização. Podemos dizer, sinteticamente, que a estrutura de informação utilizada é na maioria dos casos: *Denominação*, *Matéria*, *Técnica*, *Acabamento*, *Porção Conservada*, *Morfologia* de cada constituinte, *Decoração/Iconografia*, *Descrição de Pasta*, e eventualmente *Dados Históricos/Antropológicos*.

Na *Descrição de Pasta* utilizam-se como descritores: cor externa, cor interna, cor de cerne, estrutura, textura, e elementos/inclusões.

Exemplo:

Nº de Inventário: 17037

Denominação: Fragmento de prato de cerâmica

“Prato de barro cozido coberto em ambas as faces de esmalte branco leitoso. O fragmento conservado apresenta base côncava de onde se desenvolve uma parede grossa com bordo semicircular de secção triangular. Apresenta carena na face exterior junto ao fundo. Este forma um ônfalo saliente, e é decorado com um filete em relevo circundando o fundo umbilical. Pasta rosada, bem depurada. Contém poucos elementos não plásticos de grão médio e algumas bolhas de ar. A produção de artefactos cerâmicos esmaltados de cor branca em ambas as faces deriva da tradição islâmica e constitui a continuação, com algumas modificações, das suas formas e técnicas. Situa-se no período que medeia entre o séc. XV e XVI. As formas mais frequentemente encontradas são escudelas (taças pequenas) e pratos com um ônfalo no fundo. Caracterizam-se por uma grande robustez o que reflete a sua espessura. O que os diferencia dos seus protótipos islâmicos são as dimensões mais pequenas o que se prende com modos de comer diferentes, nomeadamente com a individualização. No acervo do MNA existe um outro exemplar análogo, também de proveniência desconhecida, nomeadamente o n.º Inv. 17038 e ainda n.º Inv.998.39.24. Em Portugal, pratos com características semelhantes foram recolhidos em Mértola e em Silves.”

ANEXO X

CONTEÚDO

Exemplos de Descrições

EXEMPLOS DE DESCRIÇÕES



EMS.2009.00045.00000 – Tigela (fragmento) de cerâmica de matriz calcária com decoração impressa digitada, utilizada para consumo de alimentos à mesa em época romana (cerca da segunda metade do século III, inícios do século IV). Foi recolhida em 1988, no âmbito de escavações arqueológicas realizadas na Olaria Romana da Quinta do Rouxinol. O fragmento conservado apresenta parte do bordo voltado para o exterior formando pequena aba, e parte da parede recta tendencialmente oblíqua. Abaixo do bordo desenvolve-se uma única banda horizontal com decoração impressa digitada. A pasta beije esbranquiçada nas faces e no cerne, de textura fina, foi provavelmente conformada a torno rápido e cozida sob condições heterogéneas, apresentando inclusões de quartzo, moscovite, e “rocha”. Corresponde ao tipo 1.3.4.2 de Cézer Santos, e ao grupo de fabrico D3a do mesmo autor.



EMS.2008.00800.00000 – Tigela (fragmento) de cerâmica comum decorada na face interna do fundo, utilizada para consumo de alimentos à mesa em época romana (entre a segunda metade do século IV e inícios do século V). Foi recolhida em 1989, no âmbito de escavações arqueológicas realizadas na Olaria Romana da Quinta do Rouxinol. O fragmento conservado apresenta fundo plano e pequena parte de parede de perfil oblíquo. O fundo é decorado na face interna por uma banda, circular e periférica, com linhas incisas em ziguezague. No centro ostenta uma palmeta completa, e parte de outra, a 45º e em posição perpendicular à primeira, o que permite supor que a decoração completa incluiria quatro palmetas dispostas em círculo sobre os pontos cardiais, circundadas por uma banda com decoração em ziguezague. A pasta, castanho alaranjada nas faces interna e externa, e avermelhada e castanha no cerne, foi provavelmente conformada a torno rápido e cozida sob condições heterogéneas, apresentando inclusões de quartzo, moscovite e nódulos de ferro. Corresponde ao tipo 1.3 de Cézer Santos, e ao grupo de fabrico C2a do mesmo autor.



EMS.2008.00826.00000 – Jarro (fragmento) de cerâmica comum, utilizado para servir líquidos à mesa em época romana (entre 220 e 300 d.C.). Foi recolhido em 1989, no âmbito de escavações arqueológicas realizadas na Olaria Romana da Quinta do Rouxinol. Os fragmentos conservados reconstituem o objecto, a que faltam apenas parte do bordo e do colo. O bordo é voltado para o exterior e espessado, o colo alto apresenta um sulco na zona da intersecção com a pança, abaixo do qual se encontram vestígios de arranque da base de uma asa vertical. O corpo forma perfil ovóide e termina numa base de fundo côncavo. A pasta, castanho alaranjada nas faces interna e externa, e avermelhada e castanha no cerne, foi provavelmente conformada a torno rápido e cozida sob condições heterogéneas, apresentando inclusões de quartzo,

moscovite e nódulos de ferro. Corresponde ao tipo 2.4.4.2 de Cézer Santos, e ao grupo de fabrico C2a do mesmo autor.

ANEXO XI

CONTEÚDO

Análise Descritores de Dimensão

Análise de Total de Registos Considerados

Tabela 1 – Frequência de número de descritor utilizado

Tabela 2 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 3 – Frequência de Descritor por Posicionamento

Análise de Registos do Museu Abade Baçal

Tabela 4 – Frequência de número de descritor utilizado

Tabela 5 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 6 – Frequência de Descritor por Posicionamento

Análise de Registos do Museu D. Diogo de Sousa

Tabela 7 – Frequência de número de descritor utilizado

Tabela 8 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 9 – Frequência de Descritor por Posicionamento

Análise de Registos do Museu de Évora

Tabela 10 – Frequência de número de descritor utilizado

Tabela 11 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 12 – Frequência de Descritor por Posicionamento

Análise de Registos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior

Tabela 13 – Frequência de número de descritor utilizado

Tabela 14 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 15 – Frequência de Descritor por Posicionamento

Análise de Registos do Museu Monográfico de Conímbriga

Tabela 16 – Frequência de número de descritor utilizado

Tabela 17 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 18 – Frequência de Descritor por Posicionamento

Análise de Registos do Museu Nacional de Arqueologia

Tabela 19 – Frequência de número de descritor utilizado

Tabela 20 – Frequência de Utilização por Descritor

Tabela 21 – Frequência de Descritor por Posicionamento

ANÁLISE DESCRITORES DE DIMENSÃO

A análise cujos resultados serão abaixo descritos teve como objectivo perceber quais os descritores de dimensões utilizados pelos museus com colecções de cerâmica arqueológica publicadas no *Matriz.net*, e respectiva organização da informação.

Para esta análise foi considerado o universo de registos já tratado no Anexo IX.

As tabelas seguintes mostram os descritores de dimensão de objectos utilizados nos registos analisados e respectiva frequência de utilização (absoluta e relativa em percentagem).

ANÁLISE DE TOTAL DE REGISTOS CONSIDERADOS

TABELA 1 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADO

Número de Descritores	Total de Frequência Absoluta	Total de Frequência Relativa (%)
1	17	16%
2	41	37%
3	47	43%
4	3	3%
5	1	1%

Número de registos analisados: 109

Os museus analisados usam pelo menos um, e no máximo cinco, descritores de dimensão de peça nos seus registos de inventário.

Num total de 109 registos de inventário analisados, 43% utilizam três descritores, 37% utiliza dois, 16% utiliza um, apenas 3% utiliza quatro descritores e 1% utiliza cinco. Nenhuma peça foi inventariada utilizando o conjunto dos seis descritores identificados: altura, largura, comprimento, profundidade, espessura e diâmetro.

TABELA 2 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

DESCRITOR		Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)	
Altura		84	77%	
Largura		38	35%	
Comprimento		31	28%	
Profundidade		3	3%	
Espessura		33	30%	
Diâmetro	Não específica	49	73%	62%
	Máximo	1	1%	
	Bordo	7	10%	
	Base	10	15%	
	Bico/Vertedor	1	1%	

Número de registos analisados: 109

O descritor mais utilizado, é a altura (77% dos registos), seguido do diâmetro (62%). O menos utilizado é a profundidade (3%). A largura (35%), o comprimento (28%) e a espessura (30%) têm uma expressão pouco significativa, quando comparados individualmente, mas a realidade é que quando somados totalizam 93% das ocorrências, o que quer dizer que é frequente utilizar-se pelo menos um destes três descritores. Quanto ao diâmetro, no total de 68 registos que referem este descritor, 73% não menciona a que parte do objecto se refere, 15% explicitam tratar-se do diâmetro da base do objecto, 10% do diâmetro do bordo/boca, e apenas 1% do diâmetro máximo ou do diâmetro de bico/vertedor.

TABELA 3 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Posicionamento de Descritor		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º
Descritor											
Altura		84					100%				
Largura		8	30				21%	79%			
Comprimento		1	2	28			3%	6%	91%		
Profundidade			2	1				67%	33%		
Espessura		3	18	11	1		9%	55%	33%	3%	
Diâmetro	Não específica	13	29	5	2		27%	59%	10%	4%	
	Máximo		1					100%			
	Bordo		5	2				71%	29%		
	Base		5	3	1	1		50%	30%	10%	10%
	Bico/Vertedor			1					100%		

Número de registos analisados: 109

Nos registos considerados os descritores que apresentam maior uniformidade, no que concerne o seu posicionamento face aos restantes descritores, são: a altura (mencionada sempre em primeiro lugar), o diâmetro máximo (sempre em segundo lugar), e o diâmetro de bico/vertedor (sempre em terceiro lugar). Como podemos verificar na *Tabela 3*, não existe uniformidade de posicionamento em relação aos restantes descritores de dimensão.

ANÁLISE DE REGISTOS DO MUSEU ABADE BAÇAL

TABELA 4 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADO

Número de Descritores	Total de Frequência Absoluta	Total de Frequência Relativa (%)
1	0	0%
2	8	89%
3	1	11%
4	0	0%
5	0	0%

Número de registos analisados: 9

No Museu Abade Baçal, num total de 9 registos analisados, 89% apresentam dois descritores de medição e os restantes 11% referem três.

TABELA 5 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

DESCRITOR		Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)	
Altura		7	89%	
Largura		0	0%	
Comprimento		0	0%	
Profundidade		0	0%	
Espessura		3	33%	
Diâmetro	Não específica	9	100%	100%
	Máximo	0	0%	
	Bordo	0	0%	
	Base	0	0%	
	Bico/Vertedor	0	0%	

Número de registos analisados: 9

Os descritores utilizados são a altura, a espessura e o diâmetro.

O descritor “diâmetro” é referido em todos os registos, apesar de não se especificar a que parte da peça se refere. A altura é mencionada em 89% dos registos e a espessura em 33%.

TABELA 6 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Posicionamento de Descritor		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º
Descritor											
Altura		7					100%				
Largura											
Comprimento											
Profundidade											
Espessura		2	1				67%	33%			
Diâmetro	Não específica		8	1				89%	11%		
	Máximo										
	Bordo										
	Base										
	Bico/Vertedor										

Número de registos analisados: 9

Nos registos considerados a altura é sempre mencionada em primeiro lugar. No que concerne os restantes descritores (espessura e diâmetro), não existe uniformidade quanto ao seu posicionamento.

ANÁLISE DE REGISTOS DO MUSEU D. DIOGO DE SOUSA

TABELA 7 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADO

Número de Descritores	Total de Frequência Absoluta	Total de Frequência Relativa (%)
1	0	0%
2	16	80%
3	4	20%
4	0	0%
5	0	0%

Número de registos analisados: 20

No Museu D. Diogo de Sousa, do total de 20 registos analisados, 80% apresenta dois descritores de medição e 20% três.

TABELA 8 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

DESCRITOR		Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)	
Altura		20	100%	
Largura		7	35%	
Comprimento		3	15%	
Profundidade		0	0%	
Espessura		1	5%	
Diâmetro	Não específica	13	100%	65%
	Máximo	0	0%	
	Bordo	0	0%	
	Base	0	0%	
	Bico/Vertedor	0	0%	

Número de registos analisados: 20

Os descritores utilizados são a *altura*, a *largura*, o *comprimento*, a *espessura* e o *diâmetro*.

O descritor *altura* é referido em todos os registos, seguido do *diâmetro*, mencionado em 65% das ocorrências, apesar de não se especificar a que parte do objecto se refere. A *largura*, o *comprimento*, e a *espessura* são mencionados, respectivamente, em 35%, 15%, e 5% dos registos.

TABELA 9 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Posicionamento de Descritor		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º
Descritor											
Altura		20					100%				
Largura			7					100%			
Comprimento				3					100%		
Profundidade											
Espessura				1					100%		
Diâmetro	Não específica		13					100%			
	Máximo										
	Bordo										
	Base										
	Bico/Vertedor										

Número de registos analisados: 20

O Museu D. Diogo de Sousa apresenta um grau elevado de uniformidade no que concerne o posicionamento dos descritores de dimensão: a altura é sempre mencionada em primeiro lugar, a largura em segundo, o comprimento em terceiro, a espessura em terceiro também, e o diâmetro em segundo.

ANÁLISE DE REGISTOS DO MUSEU DE ÉVORA

TABELA 10 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADO

Número de Descritores	Total de Frequência Absoluta	Total de Frequência Relativa (%)
1	0	0%
2	4	20%
3	13	65%
4	3	15%
5	0	0%

Número de registos analisados: 20

No Museu de Évora, do total de 20 registos analisados, 65% utilizam três descritores, 20% apenas dois, e 15% quatro.

TABELA 11 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

DESCRITOR		Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)	
Altura		19	95%	
Largura		13	65%	
Comprimento		13	65%	
Profundidade		2	10%	
Espessura		3	15%	
Diâmetro	Não específica	2	22%	45%
	Máximo	0	0%	
	Bordo	4	45%	
	Base	3	33%	
	Bico/Vertedor	0	0%	

Número de registos analisados: 20

À semelhança dos museus acima mencionados, o descritor mais utilizado é a *altura* (95% dos registos), seguindo-se a *largura* e o *comprimento*, com 65% de registos cada um. O diâmetro é referido em 45% dos registos. Num total de nove registos que utilizam o diâmetro como descritor de dimensão, 45% refere-se ao bordo/boca, 3% ao diâmetro da base, e 22% não especifica a que parte do objecto se refere. No Museu de Évora utilizam-se também a profundidade (10%) e a espessura (15%), ainda que com menos expressividade.

TABELA 12 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Posicionamento de Descritor		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º
Descritor											
Altura		19					100%				
Largura		1	12				8%	92%			
Comprimento			1	12				8%	92%		
Profundidade			2					100%			
Espessura			1	2				33%	67%		
Diâmetro	Não específica				2					100%	
	Máximo										
	Bordo		3	1				75%	25%		
	Base		1	1	1			33%	33%	33%	
	Bico/Vertedor										

Número de registos analisados: 20

Nos registos considerados os descritores que apresentam maior uniformidade, no que concerne o seu posicionamento face aos restantes descritores, são: a altura (mencionada sempre em primeiro lugar), a profundidade (sempre em segundo lugar), e o diâmetro (sempre em terceiro lugar). Como podemos verificar na *Tabela 12*, não existe uniformidade de posicionamento em relação aos restantes descritores de dimensão.

ANÁLISE DE REGISTOS DO MUSEU FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR

TABELA 13 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADO

Número de Descritores	Total de Frequência Absoluta	Total de Frequência Relativa (%)
1	1	5%
2	3	15%
3	16	80%
4	0	0%
5	0	0%

Número de registos analisados: 20

No Museu Francisco Tavares Proença Júnior, do total de 20 registos analisados, 80% refere três descritores de dimensão, 15% dois, e 5% apenas um.

TABELA 14 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

DESCRITOR		Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)	
Altura		13	65%	
Largura		13	65%	
Comprimento		6	30%	
Profundidade		0	0%	
Espessura		17	85%	
Diâmetro	Não específica	6	100%	30%
	Máximo	0	0%	
	Bordo	0	0%	
	Base	0	0%	
	Bico/Vertedor	0	0%	

Número de registos analisados: 20

O descritor mais referido é a *espessura* (85%), seguindo-se a *altura* e a *largura*, que aparecem, cada uma, em 65% dos registos. Também mencionados, mas com menor expressão, estão o *comprimento* e o *diâmetro* (30% cada um).

TABELA 15 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Posicionamento de Descritor		1º	2º	3º	4º	5º
Descritor		1º	2º	3º	4º	5º
Altura		13				
Largura		7	6			
Comprimento				6		
Profundidade						
Espessura			11	6		
Diâmetro	Não específica		2	4		
	Máximo					
	Bordo					
	Base					
	Bico/Vertedor					

1º	2º	3º	4º	5º
100%				
54%	46%			
		100%		
	65%	35%		
	33%	67%		

Número de registos analisados: 20

Nos registos considerados os descritores que apresentam maior uniformidade, no que concerne o seu posicionamento face aos restantes descritores, são: a altura (mencionada sempre em primeiro lugar), e o comprimento (sempre em terceiro lugar). Como podemos verificar na *Tabela 15*, não existe uniformidade de posicionamento em relação aos restantes descritores de dimensão.

ANÁLISE DE REGISTOS DO MUSEU MONOGRÁFICO DE CONÍMBRIGA

TABELA 16 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADO

Número de Descritores	Total de Frequência Absoluta	Total de Frequência Relativa (%)
1	14	70%
2	4	20%
3	2	10%
4	0	0%
5	0	0%

Número de registos analisados: 20

No Museu Monográfico de Conímbriga, num total de 20 registos, 70% refere apenas um descritor de dimensão, 20% refere dois, e 10% refere três.

TABELA 17 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

DESCRITOR		Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)	
Altura		7	35%	
Largura		0	0%	
Comprimento		2	10%	
Profundidade		0	0%	
Espessura		0	0%	
Diâmetro	Não específica	19	100%	95%
	Máximo	0	0%	
	Bordo	0	0%	
	Base	0	0%	
	Bico/Vertedor	0	0%	

Número de registos analisados: 20

O descritor mais comum é o *diâmetro* (95%), apesar de não se especificar a que parte do objecto se refere. São ainda mencionados a *altura* (35%) e o *comprimento* (10%).

TABELA 18 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Posicionamento de Descritor		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º
Descritor											
Altura		7					100%				
Largura											
Comprimento				2				100%			
Profundidade											
Espessura											
Diâmetro	Não específica	13	6				68%	32%			
	Máximo										
	Bordo										
	Base										
	Bico/Vertedor										

Número de registos analisados: 20

O Museu Monográfico de Conímbriga apresenta um grau elevado de uniformidade no que concerne o posicionamento dos descritores de dimensão: a altura e o diâmetro são sempre mencionados em primeiro lugar, e o comprimento em segundo.

ANÁLISE DE REGISTOS DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

TABELA 19 – FREQUÊNCIA DE NÚMERO DE DESCRITOR UTILIZADO

Número de Descritores	Total de Frequência Absoluta	Total de Frequência Relativa (%)
1	1	5%
2	7	35%
3	11	55%
4	0	0%
5	1	5%

Número de registos analisados: 20

No Museu Nacional de Arqueologia são utilizados até cinco descritores de dimensão. Num total de 20 registos analisados, a maioria (55%) menciona três descritores, 35% menciona dois, 5% menciona um, e igual percentagem menciona cinco. Curiosamente nenhum registo menciona quatro descritores.

TABELA 20 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO POR DESCRITOR

DESCRITOR		Frequência Absoluta de Utilização	Frequência Relativa de Utilização (%)	
Altura		18	90%	
Largura		5	25%	
Comprimento		7	35%	
Profundidade		1	5%	
Espessura		9	45%	
Diâmetro	Não específica	1	8%	65%
	Máximo	1	8%	
	Bordo	3	23%	
	Base	7	53%	
	Bico/Vertedor	1	8%	

Número de registos analisados: 20

O descritor mais referido é a *altura* (90%), seguida do *diâmetro* (65%). A *espessura* é mencionada em 45% dos registos, seguindo-se o *comprimento* (35%) e a *largura* (25%). A profundidade é mencionada em apenas 5% dos registos. No que concerne ao *diâmetro*, 53% de um total de 13 registos referem-se a diâmetro de base e 23% a diâmetro de bordo/boca. Com 8% de ocorrências são também mencionados o *diâmetro máximo* e o *diâmetro de bico/vertedor*. Igualmente 8% das ocorrências não especifica a que parte do objecto se refere o diâmetro.

TABELA 21 – FREQUÊNCIA DE DESCRITOR POR POSICIONAMENTO

Posicionamento de Descritor		1º	2º	3º	4º	5º
Descritor						
Altura		18				
Largura			5			
Comprimento		1	1	5		
Profundidade				1		
Espessura		1	5	2	1	
Diâmetro	Não específica		1			
	Máximo		1			
	Bordo		2	1		
	Base		4	2		1
	Bico/Vertedor			1		

1º	2º	3º	4º	5º
100%				
	100%			
14%	14%	72%		
		100%		
11%	56%	22%	11%	
	100%			
	100%			
	67%	33%		
	57%	29%		14%
		100%		

Número de registos analisados: 20

Nos registos considerados os descritores que apresentam maior uniformidade, no que concerne o seu posicionamento face aos restantes descritores, são: a altura (mencionada sempre em primeiro lugar), a largura (sempre em segundo), a profundidade (sempre em terceiro), e os diâmetros não especificados e máximo (sempre em segundo) e de bico/vertedor (sempre em terceiro lugar). Como podemos verificar na *Tabela 21*, não existe uniformidade de posicionamento em relação aos restantes descritores de dimensão.

O museu que utiliza maior variedade de descritores, e aparentemente com maior uniformidade, é o Museu Nacional de Arqueologia.

ANEXO XII

CONTEÚDO

Imagem 1: Ficha de Inventário de Objectos, Base de Dados de Inventário Quinta do Rouxinol, FileMakerPro

Imagem 2: Ficha de Inventário de Desenho, Base de Dados de Desenho Quinta do Rouxinol, FileMakerPro

Imagem 3: Ficha de Descrição Técnica de Grupos de Fabrico, Base de Dados de Descrição Técnica de Grupos de Fabrico, FileMakerPro

Imagem 4: Ficha de Descrição Grupo Técnico, Base de Dados de Descrição Grupo Técnico, FileMakerPro.

ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL
QUINTA DO ROUXINOL

Quadrado: B.10 **Plano:** 10 / **Perfil:**
U.E. 22C **Camada:** 72 **Peça:** 25

X (Oeste/Este): 214 **Referências especiais:**
Y (Sul / Norte): 450
Z (absoluto):

Nº de inventário **QtR. 470**

Ficha criada em:
 Ficha actualizada em: 07-12-2011

Ref.º Inv.Ecomuseu
 EMS.2008.00826.00000

☒ descrição corrigida

Data: 13-05-2008

Desenho

Desenho (Nº / ano): 7 / 2011

Pasta de arquivo:

Material: cerâmica **Tipo de objecto:** cerâmica comum ☐ ânfora fichada

Classificação: Jarro **Tipo de fragmento:** perfil completo **Nº Fragmentos:** ?

Cronologia: 220-300 d.C. **Dimensões do fragmento:** Diâm. máx. = 17 cm; Alt. máx. = 22,2 cm

Descrição: Jarro da forma 2.4.4.2. Fragmento com perfil completo. Bordo voltado para o exterior e espessado. O colo alto, com um sulco na zona de intersecção com a pança, e a baixo vestígios de arranque da base de uma asa vertical. O corpo com perfil ovóide. O fundo côncavo.

Descrição especial: (decoração)

Dimensões da peça (cm):

DB	11.4
DM	17
DM	22.2



Ref.º fotog. Tipo Arquivo

? Dig CMS

Bordo

☒ menos de 1/4 ☐ inexistente

☐ 1/4 a 1/3 ☒ menos de 1/4

☐ 1/3 a metade ☐ 1/4 a metade

☐ metade a 2/3 ☐ mais de metade

☐ 2/3 a 3/4 ☐ completo

☐ completo

Asa esquerda

☐ inexistente

☒ vestígios de arranque

☐ arranque

☐ menos de 1/4

☐ 1/4 a metade

☐ mais de metade

☐ completa

Asa direita

☒ inexistente

☐ vestígios de arranque

☐ arranque

☐ menos de 1/4

☐ 1/4 a metade

☐ mais de metade

☐ completa

Fundo

☐ extremidade

☐ até metade

☐ mais de metade

☒ Perfil completo

☒ Diâmetro completo

Pança

☐ inexistente

☐ pequena parte

☐ parte

☒ boa parte

Classificação de Cerâmica

Grupo Técnico	Grupo / Forma	Categoria Funcional
C2a	2.4.4.2	Mesa / Servir

Informação
Grupo
Técnico

Informação
Grupo/Forma

IMAGEM 1: FICHA DE INVENTÁRIO DE OBJECTOS, BASE DE DADOS DE INVENTÁRIO QUINTA DO ROUXINOL, FILEMAKERPRO.

A – Botão de ligação à base de dados de Desenho

B – Botão de ligação à base de dados de *Descrição Técnica de Grupos de Fabrico*

C – Botão de ligação à base de dados de *Descrição Grupo Técnico*

ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL

Quadrado B.10 **Plano** 10 / **Perfil**

U.E. 22C **Camada** 72 **Peça** 25

Ref.ª Inv. Ecomuseu EMS.2008.00826.00000

Referências Especiais

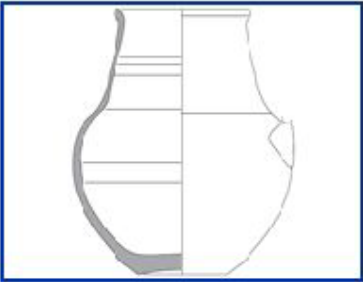
Nº de inventário

QtR. 470

Ficha de Inventário ← A

Nº de Desenho (Nº / ano): 7 / 2011

Pasta de arquivo:



Classificação de Cerâmica:

Grupo Técnico	Grupo / Forma	Categoria Funcional
C2a	2.4.4.2	Mesa / Servir

Grupo Técnico ← B

Grupo Forma ← C

IMAGEM 2: FICHA DE INVENTÁRIO DE DESENHO, BASE DE DADOS DE DESENHO QUINTA DO ROUXINOL, FILEMAKERPRO.

A – Botão de ligação à base de dados de objecto: “Inventário Quinta do Rouxinol”

B – Botão de ligação à base de dados de *Descrição Técnica de Grupos de Fabrico*

C – Botão de ligação à base de dados de *Descrição Grupo Técnico*

A

DESCRIÇÃO TÉCNICA DE GRUPOS DE FABRICO			
Grupo Tecnico	C2a	Matriz da Cerâmica:	Ref. do Sítio: QIR
QIR Relacionados		☐ Calcária ☒ Não-Calcária ☐ Caulínica	Tipologia Morfológico-Funcional do Grupo: cerâmica comum
Cor Munsell			
Cor do Cerne:	2.5YR 6/6 7.5YR 6/6	Avermelhado e castanho alaranjado	
Cor da Superfície:	7.5YR 7/6	Castaño alaranjado	
Acabamento da Superfície: ☐ Ausente ☐ Engobe não vitrificado ☒ Alisamento ☐ Engobe vitrificado ☐ Aguada ☐ Vidrado ☐ Brunimento ☐ Outro		Técnica de Conformação: ☐ Manual ☐ Torno Lento ☒ Torno Rápido ☐ Molde	
Textura da Pasta: ☐ 1 Fina ☒ 2 Média ☐ 3 Grosseira ☐ Vacúolos		Condições de Cozedura: ☒ A - Heterogénea ☐ B - Redutora ☐ C - Oxidante ☐ Sobrecozedura	
Inclusões: ☒ Quartzo ☐ Moscovite (MB) ☐ Calcite ☐ Feldspato ☐ Nódulos de Ferro ☐ "Rocha" ☐ "Minerais Negros" ☐ Cerâmica Triturada ☐ Outras ☐ Biotite (MN) ☐ Concha Dimensão variável entre fina e grosseira, apresenta quartzos de vários tipos.		Fractura: ☐ Concoidal ☒ Irregular ☐ Lisa ☐ Laminada Sensação ao Toque: ☒ Áspero ☐ Rugoso ☐ Suave ☐ Pulvorolento ☐ Saponáceo Desengordurante: ☐ Sim ☐ Não ☒ Indeterminado	
Inclusões: ☐ Quartzo ☒ Moscovite (MB) ☐ Calcite ☐ Feldspato ☐ Nódulos de Ferro ☐ "Rocha" ☐ "Minerais Negros" ☐ Cerâmica Triturada ☐ Outras ☐ Biotite (MN) ☐ Concha		Forma: ☐ Arredondado ☒ Subarredondado ☐ Angular Frequência: ☐ Reduzida < 20% ☒ Média de 20% a 30% ☐ Elevada > 30% Dimensão: ☐ Fina < 0,25 mm ☐ Média 0,26 a 0,50 mm ☒ Grosseira 0,51 a 1 mm ☐ Muito Grosseira > 1 mm	
Inclusões: ☐ Quartzo ☒ Moscovite (MB) ☐ Calcite ☐ Feldspato ☐ Nódulos de Ferro ☐ "Rocha" ☐ "Minerais Negros" ☐ Cerâmica Triturada ☐ Outras ☐ Biotite (MN) ☐ Concha Pequenos picos e nódulos avermelhados que se desfazem com facilidade.		Forma: ☐ Arredondado ☒ Subarredondado ☐ Angular Frequência: ☒ Reduzida < 20% ☐ Média de 20% a 30% ☐ Elevada > 30% Dimensão: ☐ Fina < 0,25 mm ☐ Média 0,26 a 0,50 mm ☒ Grosseira 0,51 a 1 mm ☐ Muito Grosseira > 1 mm	

IMAGEM 3: FICHA DE DESCRIÇÃO TÉCNICA DE GRUPOS DE FABRICO, BASE DE DADOS DE DESCRIÇÃO TÉCNICA DE GRUPOS DE FABRICO, FILEMAKERPRO.

A – Botão de ligação à base de dados de objecto: “Inventário Quinta do Rouxinol”

Grupo / Forma			2.4.4.2
Categoria	Forma	Variante	
2. Fechadas	4. Jarro	4. BVE - Bordo Voltado para o Exterior	
Grupo Funcional		QtR. Relacionado A	
Descrição Jarro de bordo voltado para o exterior espessado e colo alto, com asa, de corpo com perfil tendencialmente ovóide, e fundo côncavo.			
Desenho 			

IMAGEM 4: FICHA DE DESCRIÇÃO GRUPO TÉCNICO, BASE DE DADOS DE DESCRIÇÃO GRUPO TÉCNICO, FILEMAKERPRO.

A – Botão de ligação à base de dados de objecto: “Inventário Quinta do Rouxinol”